

JORGE SCALA

Ideologia de Gênero



**O neototalitarismo e
a morte da família**

JORGE SCALA

Ideologia de gênero

O neototalitarismo e a morte da família



Minha Impalpável Biblioteca

Co-edição



São Paulo 2011

Capa: *A Mesa das Crianças*

– Charles Bertrand D’Entraigues (1850-1929).
Coleção Particular.

Capa, projeto gráfico e diagramação:
Luis Guillermo Arroyave

Impressão
Artpress Indústria Gráfica e Editora Ltda.

Rua Visconde de Taunay, 364
CEP 01132-000 São Paulo-SP
Fone (11) 3331-4522
email: artpress@artpress.com.br
site: www.artpress.com.br

©2011 – Todos os direitos reservados

ISBN 978-85-7206-211-4

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO – Pe. Luiz Carlos Lodi da Cruz.....	5
PREFÁCIO – Ives Gandra da Silva Martins.....	9
INTRODUÇÃO – O <i>Gênero</i> como ferramenta de poder.....	11
CAPÍTULO I – Antecedentes históricos e culturais.....	19
CAPÍTULO II – As ideologias – Seu modo atual de difusão.....	28
CAPÍTULO III – A ideologia de <i>gênero</i>	46
CAPÍTULO IV – Consequências antropológicas e sociais da ideologia de <i>gênero</i>	64
CAPÍTULO V – Refutação científica, psicológica e antropológica da ideologia de <i>gênero</i>	93
CAPÍTULO VI – A ideologia de <i>gênero</i> como ferramenta de poder global para um novo autoritarismo.....	134
EPÍLOGO – Um caminho de esperança.....	193
RESUMO BIOGRÁFICO.....	199

APRESENTAÇÃO

Tendo tido a honra de traduzir do espanhol a excelente obra “*IPPF: a multinacional da morte*”, de Jorge Scala, deparo-me agora com outro livro valioso do mesmo autor, já traduzido para o português, sobre a “ideologia de gênero”.

Em nossa língua poucos são os que compreendem a origem, o significado e o perigo de tal ideologia. Não tivemos ainda, por parte do episcopado brasileiro, um documento semelhante ao produzido pela Conferência Episcopal Peruana “*La ideología de género: sus peligros y alcances*” (1998). Ao contrário, não são poucas as vezes em que membros da hierarquia católica em nosso país fazem uso – inadvertidamente, é claro – de termos emprestados àquela ideologia. Falar de desigualdade de *gênero*, opor-se à *homofobia*, não aceitar *discriminações* contra os homossexuais, dividir as pessoas em homossexuais e *heterossexuais*, tudo isso se encontra em escritos de zelosos pastores de almas, inocentes úteis nas mãos de uma doutrina tão perniciosa.

Como já destacara em sua obra “*IPPF: a multinacional da morte*”, Jorge Scala torna a advertir-nos sobre o perigo do jogo de palavras, que não é inocente, mas faz parte de um engenhoso plano tático de infiltração ideológica.

Adverte-nos o autor que não devemos de falar de *gênero* quando nos referimos a pessoas, mas simplesmente de sexo. *Gênero* é um conceito ideológico que tenta anular as diferenças e aptidões naturais de cada sexo.

A população se divide em homens e mulheres, não em homossexuais e *heterossexuais*. Esta última classificação é perigosa, pois tende

a colocar no mesmo nível uma anormalidade (o homossexualismo) e a normalidade sexual, como se tudo fosse mera questão de legítima opção.

Não se deve falar, sem mais, que a Igreja é contrária à *discriminação* aos homossexuais. O Catecismo da Igreja Católica teve o cuidado de distinguir: “*evitar-se-á para com eles todo sinal de discriminação injusta*” (n.º 2358). O texto supõe, portanto, que a Igreja admite discriminações *justas* para com os homossexuais. E de fato admite. Uma delas é a proibição de receberem a Sagrada Comunhão, enquanto não abandonarem seu pecado (o que vale também para qualquer outro pecado grave). Outra é a impossibilidade de serem admitidos em seminários e casas religiosas.

Tampouco um cristão deve dizer que se opõe à *homofobia*, pois este vocábulo pejorativo foi criado para designar as discriminações *justas*.

O erro fundamental da ideologia de gênero, como nos ensina Jorge Scala, é a negação da natureza humana em matéria sexual. Não há, segundo tais ideólogos, um homem natural nem uma mulher natural. Masculinidade e feminilidade são meras construções sociais, que podem (ou devem) ser *desconstruídas*. O casamento entre um só homem e uma só mulher (*heterossexualidade obrigatória*) é visto não como a união natural entre dois seres complementares e fecundos, mas como mera convenção da sociedade. A família é uma instituição a ser abolida. Faz-se isso dando novo sentido a essa palavra. Família deixa de ser o “santuário da vida”* e passa a designar qualquer aglomerado de pessoas (no futuro, também animais?), com qualquer tipo de comportamento sexual (incluindo a pedofilia?), orientado ou não à procriação. A vida deixa de ser sagrada, para ser o produto do encontro casual de um macho e uma fêmea da espécie humana. A promo-

* JOÃO PAULO II, Encíclica *Evangelium Vitae*, n. 92.

ção do aborto, portanto, é coerente com a defesa da desestruturação da família e faz parte da agenda de *gênero*.

O Brasil tem-se destacado vergonhosamente pelo apoio maciço a essa ideologia. E isso nosso governo tem feito por todos os meios: realizando Conferências Nacionais de *Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais* (GLBT); apoiando as horrendas paradas de “orgulho” (sic) homossexual; produzindo material educativo (?) de “combate à *homofobia*” e distribuindo-o a crianças e adolescentes nas escolas; apoiando a “união estável” e o “casamento” entre pessoas do mesmo sexo; lutando perante a ONU e a OEA pela proibição internacional de toda *discriminação* (justa ou injusta) aos que praticam o vício contra a natureza.

Faço o leitor notar que Jorge Scala foi o primeiro autor de que tive notícia a admoestar sobre o perigo da expressão “planejamento familiar”^{**}, termo esse sistematicamente evitado pelo Santo Padre e pela Cúria Romana, mas amplamente usado por sacerdotes, bispos e até por Conferências Episcopais. Em vez de “planejamento familiar” (termo cunhado pelos fautores da cultura da morte e que inclui aborto, esterilização e anticoncepção), os católicos devem falar em *paternidade responsável*, um termo caro ao Magistério da Igreja, que significa não só o espaçamento dos filhos (por razões graves e com respeito à lei moral), mas também a abertura à bênção de uma família numerosa.

No presente livro sobre a “ideologia de gênero”, Jorge Scala conserva sua habitual precisão dos termos, sua clareza na exposição dos temas e sua crítica sistemática a cada uma das teses. Conclui com um convite à esperança, uma vez que tal ideologia, como todas as outras, está fadada à desapareição. Cabe a nós lutarmos contra ela a fim de minimizar seus danos ao ser humano, à família, à sociedade e sua ofensa à soberania de Deus.

^{**} Cf. Introdução (p. 11-12) de seu livro *IPPF: a multinacional da morte*, Anápolis: Múltipla, 2004.

Creio que a leitura deste livro será muito proveitosa a todos aqueles que lutam em defesa da vida e da família. Queira Deus que ele seja amplamente difundido e lido em nossa pátria tão ferida e ameaçada pela cultura da morte.

Pe. Luiz Carlos Lodi da Cruz
Presidente do Pró-Vida de Anápolis

PREFÁCIO

Li, com particular proveito, o excelente livro de Jorge Scala sobre o “Gênero, como ferramenta do Poder”. Uma lógica serena, irretorquível e demolidora de “falácias arvoradas em verdades superiores”, permite ao leitor visualizar o nível de manipulação a que a sociedade está submetida por um pequeno grupo de pessoas dispostas a implementar posições minoritárias contra a natureza humana, à luz de distorção de palavras e de idéias.

Demonstra que a preocupação primária de tais subversivos intelectuais é alterar o conteúdo ôntico de conceitos genéricos, difundindo-o pela sociedade até convencê-la de que a adulteração corresponde ao verdadeiro sentido conceitual daquela palavra ou daquela idéia reinterpretada.

Transforma-se, portanto, tal desfiguração conceitual, em instrumento de poder e de fantástica deformação dos verdadeiros valores para a introdução de novas concepções hodiernas, totalitárias e desumanas, muito embora à luz de uma falsa defesa da “liberdade” e de “direitos humanos”.

No campo do direito à vida, embora sempre se tenha entendido que o homicídio uterino é um crime e uma forma de violação do mais fundamental dos direitos humanos, que é o da vida, que surge na concepção, tal manipulação leva a acreditar que o superior direito da mãe de utilizar seu corpo para gozo e prazer irresponsáveis implica o supremo direito de assassinar seus próprios filhos indefesos, no seu ventre, como se a mãe, e não o filho, merecesse todo o respeito da sociedade, principalmente quando age irresponsavelmente.

E, para distorcer o conteúdo desses conceitos, se utilizam palavras deformadas, tais como “direitos reprodutivos”, “interrupção de

gravidez” (ou seja, da vida), “antecipação do parto”, (ou seja, a morte do nascituro), havendo, inclusive, movimentos de pessoas que se dizem “católicas” – apesar de não o serem – mas que propalam terem, nessa matéria, o “direito de decidir”, que, de rigor, é “o direito de matar crianças indefesas ainda não nascidas”.

Em livro que coordenei sob o título de “Direito fundamental à vida” (Ed. Quartier Latin, 2005), com a participação de 26 juristas dos quais dez de sete países diferentes da América e da Europa, entre eles Jorge Scala, cujo livro agora prefacio, o tema foi tratado sob diversos enfoques, muito embora no presente livro o que é de se realçar é a preocupação bem sucedida do autor de desmascarar as desvirtuações provocadas, mediante alteração de conteúdo do gênero (palavras e idéias) para implantação de política que levaria ao poder um pequeno grupo, cujo único objetivo é este, após ter provocado uma verdadeira lavagem mental da sociedade, “bombardeada”, nos termos do autor, por tais desconstituintes de valores.

Em meu livro “Uma breve teoria do poder”, procuro, por outra vertente, chegar às mesmas conclusões do que representa a manipulação de conceitos para a detenção do poder.

É, portanto, com particular alegria que prefacio o bem escrito livro de Scala, na certeza de que, na feliz expressão do Ministro Eros Grau, tais cidadãos são “abortos frustrados”, que conseguiram salvar-se da morte por sábia deliberação de seus pais.

Espero que o livro alcance a aceitação que merece, por desventrar a realidade do poder, não poucas vezes obtida por manipulação de conceitos fundamentais.

Ives Gandra da Silva Martins

Professor Emérito das Universidades Mackenzie, UNIP, UNIFIEO, UNIFMU, do CIEE/O ESTADO DE SÃO PAULO, das Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército - ECEME e Superior de Guerra - ESG; Professor Honorário das Universidades Austral (Argentina), San Martin de Porres (Peru) e Vasili Goldis (Romênia); Doutor Honoris Causa da Universidade de Craiova (Romênia) e Catedrático da Universidade do Minho (Portugal); Presidente do Conselho Superior de Direito da Fecomercio-SP e Presidente Honorário do Centro de Extensão Universitária do IICS Instituto Internacional de Ciências Sociais.

INTRODUÇÃO

O *Gênero*¹ como Ferramenta de Poder

Por Jorge Scala

A assim chamada “teoria” (“enfoque”, “olhar” etc.) de “*gênero*”² é, na realidade, uma ideologia. Provavelmente a ideologia mais radical da história, já que, se fosse imposta, destruiria o ser humano em seu núcleo mais íntimo e simultaneamente acabaria com a sociedade. Além disso, é a mais sutil porque não procura se impor pela força das armas – como, por exemplo, o marxismo e o nazismo –, mas utilizando a propaganda para mudar as mentes e os corações dos homens, sem aparente derramamento de sangue.

No entanto, como todas as ideologias, no seu devido tempo, de-

¹ A palavra “gênero tem diversas acepções, várias são legítimas – *tela* (nota do tradutor: o autor dá como exemplo a palavra *tela* que, em espanhol, tem como sinônimo a palavra *gênero*, o que não se dá na língua portuguesa), aquilo que abarca diversas espécies etc.. Para facilitar a compreensão do livro, cada vez que me refira à acepção ideológica, escreverei tal vocábulo em itálico, mesmo nas citações, ainda quando o original não esteja em itálico. Redigirei também em itálico as outras locuções ideológicas que integram a ideologia de gênero.

² A Locução “perspectiva de gênero” admite duas acepções. A mais utilizada é um sinônimo da ideologia de *Gênero*. Outros autores, por sua vez, diferenciam entre tal ideologia e a “*perspectiva de gênero*”. Esta última, em sua vertente não ideologizada, reconhece a existência de uma identidade sexual biológica, em sua versão feminina ou masculina; significa que aceita a igualdade de dignidade e de direitos entre os sexos, juntamente com

saparecerá sem deixar rastro, exatamente por sua intrínseca falsidade. Deixará atrás de si, obviamente, um caudal de vítimas³ – pessoas e sociedades frustradas e infelizes. Que o mal seja maior ou menor dependerá do que você e eu fizermos. Ainda que seja um trabalho de divulgação, apresento cada uma de suas teses, com o apoio de citações dos cultuadores do *gênero*, conferindo-lhe objetividade.

Como toda ideologia, não procura a verdade nem o bem dos outros, mas busca somente a conquista de suas vontades para utilizá-las com um fim espúrio. Portanto, a ideologia de *gênero* é necessariamente ambígua. Utiliza o engano como um meio imprescindível para alcançar sua finalidade. A razão é óbvia: aquele que pretende usar os outros em seu próprio benefício não pode dizê-lo abertamente. Assim como o pedreiro usa os tijolos, o balde e a colher, do mesmo modo o ideólogo utiliza o engano como ferramenta diária de trabalho.

Esse corpo ideológico, por suas limitações intelectuais, não poderia pretender sair de pequenos círculos esotéricos a não ser pela manipulação da linguagem, visando uma verdadeira lavagem cere-

a diversidade antropológica dos mesmos. Propõe políticas públicas para superar a injusta discriminação da mulher, promovendo-a onde seja conveniente; considerando, porém, o impacto diferente que tais políticas poderiam ter nas respectivas situações de homens e mulher e também das famílias. Em relação a isso, consultem-se os documentos da Santa Sé incorporados às Atas da Conferência de Pequim de 1995 (cfr.: Casas Torres, José Manuel, “La cuarta conferencia mundial sobre la mujer”, Madrid, 1998, pág. 78). Sem dúvida, esta colocação é válida. No entanto, em minha opinião, é inconveniente utilizar o vocábulo *gênero* porque esta palavra é usada nos meios de comunicação, nos ambientes políticos e acadêmicos, majoritariamente, na acepção ideológica do termo. E isso provoca uma perigosa ambiguidade, que só pode ser superada desterrando a palavra *gênero* do próprio vocabulário – salvo em suas legítimas acepções, como *tela*, etc. (v. nota do tradutor na nota de rodapé n.1).

³ Como veremos adiante, os seis milhões de mortos nos campos de concentração nazistas e os cem milhões de mortos provocados pela aplicação do marxismo em todas as suas vertentes são cifras pequenas, se comparadas com os mortos que a ideologia de gênero está provocando. A diferença fundamental é que estas últimas são vítimas pouco visíveis.

bral, ao estilo sectário, mas com dimensões globais. Esta tática é aplicada através de um movimento envolvente, utilizando para isso os meios de propaganda⁴ e o sistema educacional formal. A estratégia possui três etapas: a) A primeira consiste em utilizar uma palavra da linguagem comum, mudando-lhe o conteúdo de forma subreptícia; b) depois a opinião pública é bombardeada através dos meios de educação formais (a escola) e informais (os meios de comunicação de massa). Aqui é utilizado o velho vocábulo, voltando-se, porém, progressivamente ao novo significado; e c) as pessoas finalmente aceitam o termo antigo com o novo conteúdo.

Esta ideologia possui várias locuções utilizadas para habilmente manipular a linguagem. A principal delas é a palavra que a denomina, isto é, o vocábulo *gênero*. Além disso, utiliza numa complexa articulação, outros termos convenientes para completar a argumentação ideológica. Entre eles, destaco os seguintes: *opção sexual, igualdade sexual, direitos sexuais e reprodutivos, saúde sexual e reprodutiva, igualdade e desigualdade de gênero, “empoderamento” da mulher, “patriarcado”, “sexismo”, cidadania, “direito ao aborto”, gravidez não desejada, “tipos” de família, “androcentrismo”, “casamento homossexual”, sexualidade polimórfica, “parentalidade”, “heterossexualidade obrigatória” e “homofobia”*. Como se pode ver, trata-se de uma nova linguagem, de características esotéricas, cuja função é assegurar a confusão.

Na linguagem, o gênero masculino, feminino ou neutro das palavras é definido de maneira arbitrária, isto é, sem ter relação alguma com a sexualidade. Por exemplo: a palavra mesa é do gênero femi-

⁴ O principal êxito dos meios de comunicação é fazer-nos acreditar que são meios de “comunicação”. Na realidade, um meio de comunicação é, por exemplo, o telefone, porque intercomunica duas pessoas. Os jornais, o rádio e a televisão são unidirecionais, de maneira que não existe propriamente comunicação alguma entre seres humanos, mas só propagação de idéias (propaganda) ou publicidade de produtos e serviços. O correto é chamá-los meios de propaganda ou, em todo caso, de massas.

nino e o copo é do gênero masculino, sem que em nenhum dos casos exista conotação sexual alguma. Extrapolando isso aos seres humanos, pretende-se sustentar que existe um sexo biológico, com o qual nascemos e, portanto, é definitivo; mas, ao mesmo tempo, toda pessoa poderia **construir livremente** seu sexo psicológico ou *gênero*.

No começo são usados os termos sexo e gênero de modo intercambiável, como se fossem sinônimos e depois, quando as pessoas já se acostumaram a utilizar a palavra *gênero*, vai se acrescentando imperceptivelmente o novo significado de “sexo construído socialmente”, como contraposição ao sexo biológico. O processo final será simples mortais falando de *gênero* como uma autoconstrução livre da própria sexualidade, ainda quando isso não seja possível. E a afirmação de que o impossível é possível, manifesta a “lavagem cerebral” de boa parte da sociedade.

Segundo esta ideologia, a liberdade para “construir” o próprio *gênero* deve ser interpretada como sinônimo de uma autonomia absoluta. E esta, em dois sentidos simultâneos: 1^o) cada um interpreta o que é ser homem e o que é ser mulher como queira, interpretação que o sujeito, além disso, poderá variar quantas vezes achar conveniente; e 2^o) cada pessoa pode, escolher aqui e agora, se quer ser homem ou mulher – com o conteúdo subjetivo que ela mesma tenha dado a esses termos – e mudar de decisão quantas vezes quiser. Deve-se ressaltar que não somente cada um poderia definir sem limite algum o conteúdo da masculinidade e da feminilidade, como também poderia pô-lo em prática sem nenhum limite. Essa escolha absolutamente autônoma é denominada *opção sexual*.

Na “construção” do *gênero*, portanto, intervém também a percepção que o resto da sociedade tem sobre o que é ser homem ou ser mulher. E isso cria uma dupla interação: por um lado, cada pessoa com sua concepção do gênero influi na sociedade e, por outro lado, a sociedade toda influi no que cada pessoa percebe como o conteúdo do *gênero*. Por isso se afirma que o gênero seria o “sexo construído socialmente”. Como veremos mais adi-

ante, este jogo de palavras não é inocente: primeiro, é oferecido às pessoas a ilusão da autonomia absoluta em matéria sexual; porém, depois disso, aqueles que detêm o poder real são os que escolhem – como lhes convenha – o modo como os que carecem de poder poderão exercer a sexualidade.

Outro aspecto que destaco nesta breve introdução é que, se o *gênero* fosse construído autonomamente, não teria sentido e, mais ainda, as concepções da complementaridade dos sexos e a norma da heterossexualidade para o casamento seriam idéias perniciosas. O casamento seria uma opção para aqueles que o desejassem, mas seria apenas mais uma opção, com o mesmo valor que a coabitação sem compromissos, as relações ocasionais, a prostituição, a homossexualidade, a pederastia, o bestialismo etc.. Cada qual escolheria livremente o que deseja e o que gosta.

E não só ninguém deveria impedi-lo como o próprio Estado deveria facilitar os meios para que cada pessoa satisfizesse seus instintos sexuais ao seu gosto, minimizando o risco de uma *gravidez não desejada* ou de contrair uma doença sexualmente transmissível. A única limitação tolerável seria a proibição das relações sexuais não consentidas – e seria permitido a todo adolescente dar um consentimento válido a qualquer forma de trato genital. Esse exercício sem limites e os meios para evitar as gravidezes e doenças de transmissão sexual são denominados *direitos sexuais e reprodutivos*. Paralelamente, *a saúde sexual e reprodutiva* seria o exercício sem limites da sexualidade apeteçada por cada um, sem contrair nenhuma doença.

A *desigualdade de gênero* é a que ocorre quando os homens estão a cargo da vida pública, do poder político e do trabalho, e as mulheres, da vida privada, da procriação e da educação dos filhos. A função doméstica – e em especial a que exercem ao conceber – impede as mulheres de participar na vida pública e, portanto, de compartilhar o poder. Por isso, a maternidade é vista como um mal intrínseco pelo feminismo radical que reivindica o *direito ao aborto*.

O *empoderamento* da mulher tenderia a superar a *desigualdade de gênero* ao torná-la participante do poder político, do trabalho e da vida pública.⁵

A *igualdade de gênero*, ao contrário, não é a igualdade de dignidade e de direitos entre mulheres e homens. A *igualdade de gênero* significa que nós, mulheres e homens, seríamos iguais, mas no sentido de sermos idênticos, ou seja, absolutamente intercambiáveis. Isso é uma consequência do pressuposto antropológico segundo o qual, todo ser humano poderia – com absoluta autonomia – escolher seu próprio *gênero*, já que este vale igualmente tanto para homens como para mulheres. Por isso, a diferença biológica sexual é percebida quase como uma provocação ao confronto – mulheres boxeadoras ou soldados – e não como um chamado à complementaridade.

Outros vocábulos que integram esta ideologia são o *sexismo* e a *homofobia*. O *sexismo* seria qualquer limite imposto á conduta sexual; por exemplo, a proibição da prostituição, da pornografia, da esterilização voluntária da homossexualidade etc., todas estas seriam leis *sexistas*. Se cada um constrói seu gênero autonomamente, sem restrição alguma, é tão válido ser heterossexual⁶ como homossexual, bissexual, transexual, travesti, transgênero e tudo o que conceba a imaginação mais fecunda.

Finalmente, a *homofobia* seria considerar que as relações natu-

⁵ A rejeição a esta visão ideologizada – e, portanto, falsa – das relações entre os sexos não deve nos levar ao extremo oposto, como seria negar que houve – e ainda hoje perduram – discriminações injustas contras as mulheres, especialmente nas culturas não cristãs.

⁶ Devo confessar ao leitor que não sou “heterossexual”. Na realidade os “heterossexuais” não existem. Explico-me: sou apenas homem, sem nenhum acréscimo porque qualquer um deles é desnecessário. Todos nós, seres humanos, podemos ser apenas homens ou mulheres, em relação à sexualidade. Não existe nenhum “terceiro sexo”. É verdade que existem pessoas com anomalias sexuais de diversos tipos. Isto é verdade. Entre tais anomalias, existem algumas de origem biológica, como o hermafroditismo; e outras de origem psíquica, como a homossexualidade, o lesbianismo, o travestismo etc.. Portanto, quem utiliza o termo “heterossexual” para contrapô-lo a “homossexual, está afirmando,

rais entre os seres humanos são as relações heterossexuais, pois isso implicaria ter fobia à igualdade – entendida como identidade – entre os gêneros...

Ao leitor não deve passar despercebido que “o apoio à *Agenda de Gênero* vem de grupos ativistas, todos de certa forma inter-relacionados ou com interesses comuns, mas de alguma maneira distinguíveis: 1) controladores de população; 2) libertários sexuais; 3) ativistas dos direitos dos homossexuais; 4) os que apoiam o multiculturalismo ou promovem o politicamente correto; 5) ambientalistas extremistas; 6) progressistas neomarxistas; 7) pós-modernistas ou desconstrucionistas. A *Agenda de Gênero* tem também o apoio de liberais influentes nos governos e de certas corporações multinacionais”.⁷

Já foi dito, em tom de testemunha: “Com frequência me solicitam que explique em trinta segundos o que vi no Cairo e em Pequim. Correndo o risco de simplificar, respondo que observei que nas Nações Unidas habitam pessoas que acreditam que o mundo necessita de:

- 1) menos pessoas;
- 2) mais prazer sexual;
- 3) eliminação das diferenças entre homens e mulheres;
- 4) que não existam mães em tempo integral.

implicitamente, que ambas as categorias são igualmente válidas e opcionais; por isso, alguns escolheriam ser “heterossexuais e outros “homossexuais”. A realidade é o contrário: a normalidade física e psíquica em matéria de sexualidade tem apenas duas versões: mulher e homem. Então, a “heterossexualidade” não existe. Do mesmo modo que ninguém pensa em chamar uma pessoa de “não leproso” ou “não diabético”, por contraposição a um “leproso” ou a um “diabético”. É tão absurdo quanto incorreto falar de “heterossexuais”. Esse vocábulo não é inocente, ainda quando a maioria das pessoas utiliza o termo sem perceber que está sendo manipulada semanticamente.

⁷ O’Leary, Dale, “La Agenda de Género. Redefiniendo la igualdad”, Ed. Promesa, São José, Costa Rica, 2.007, págs. 33.

Estas pessoas reconhecem que aumentar o prazer sexual poderia aumentar o número de bebês e de mães; portanto, sua receita para a salvação do mundo é:

- 1) anticoncepcionais grátis e aborto legal;
- 2) promoção da homossexualidade (sexo sem bebês);
- 3) curso de educação sexual para promover a experiência sexual entre as crianças e ensiná-las como obter contraceptivos e abortos, que a homossexualidade é normal e que homens e mulheres são a mesma coisa;
- 4) eliminação dos direitos dos pais, de forma que estes não possam impedir as crianças de fazer sexo, educação sexual, anticoncepcionais e abortos;
- 5) cotas iguais para homens e mulheres;
- 6) todas as mulheres na força de trabalho;
- 7) desacreditar todas as religiões que se oponham a esta agenda.

Esta é a '*perspectiva de gênero*' e pretendem 'implementá-la' em todos os programas, em todos os níveis e em todos os países"⁸.

A ideologia de *gênero*, por ser falsa e antinatural, em última análise, não convence e só pode ser implantada de forma totalitária. Trata-se, em definitiva, da tentativa de impor uma nova antropologia, que é a origem de uma nova cosmologia e que provoca uma mudança total nas pautas morais da sociedade.

⁸ O'Leary, Dale, op. cit., págs. 301/2.

ANTECEDENTES HISTÓRICOS E CULTURAIS

Como acontece com todo corpo de idéias, o *gênero* não surgiu no horizonte cultural por “geração espontânea”. Varias correntes de pensamento confluíram, contribuindo com diversos elementos. Descrevo, agora, brevemente, os principais antecedentes teóricos.

a. Ideólogos da “revolução sexual”: Na chamada “escola de Frankfurt”, foi elaborada o que se denominou “teoria crítica da sociedade” que, no período entre as duas guerras mundiais, criticou tanto a sociedade burguesa quanto o marxismo-leninismo dogmático. Propunha um comunismo aberto, mais apto que o soviético para se difundir no Ocidente – Europa e América. Foi composta por pensadores de diversas disciplinas – filosofia, sociologia, história, economia, psicologia etc. –, cujo ponto comum foi exatamente a tentativa de propagar o marxismo nos países refratários à sua versão leninista. Entre eles, Wilhem Reich⁹ e Herbert Marcuse¹⁰ pretenderam amalgamar algumas idéias de Kark Marx – e mais especificamente de Friedrich Engels¹¹ – com as idéias de Sigmund Freud. Transferem a

⁹ Principalmente em seu livro “A revolução sexual”, publicado em 1945.

¹⁰ Cfr. seu livro “Eros e a Civilização”, de 1955.

¹¹ Em sua obra fundamental “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, de 1884.

“luta de classes” para uma pretensa “luta dos sexos”, onde a mulher seria a classe oprimida e o homem a classe opressora. A síntese de superação seria alcançada com a “liberação sexual”, isto é, exercendo a genitalidade sem nenhum tipo de freio ou limite.

b. Construtivistas sociais: Emprestam de Jacques Derrida¹² a *desconstrução* da realidade que, tanto ele como Michel Foucault, de forma mais intensa, aplicam à sexualidade. Para ambos não existem os objetos (a realidade) nem os sujeitos (o homem que descobre a realidade), mas apenas a linguagem que produz os objetos à medida que lhes atribui um nome, os classifica, caracteriza etc. Tal linguagem é construída pela sociedade, que vai lhe outorgando um valor semântico – obviamente mutável, segundo as circunstâncias de tempo e lugar –, para o qual se deve *desconstruir* o modelo cultural anterior. Foucault é “pansexualista”, de modo que o modelo que propõe implica que a sexualidade deve configurar todos os aspectos da cultura¹³.

c. Existencialistas ateus: Simone de Beauvoir contribui com uma idéia-chave: não se nasce mulher, mas você se torna mulher, não se nasce homem, mas você se torna homem. O *gênero* seria, então, uma construção sociocultural, levado a cabo mediante a experiência; e a experiência feminina seria a de ter sido dominada, ao longo da história. Portanto, as hierarquias deveriam ser eliminadas, em todas as instâncias da vida privada e pública, impondo-se relações igualitárias entre os seres humanos diferentes.

¹² Cfr. seu livro “*Deconstrucción y pragmatismo*”, Ed. Paidós, Buenos Aires, 1998. Derrida aplicou a *desconstrução* à sexualidade em seu artigo “Ser justo con Freud. La historia de la locura en la edad del psicoanálisis”, no livro de AA.VV., “Pensar la locura. Ensayos sobre Michel Foucault”, Ed. Paidós, Buenos Aires-Barcelona-México, 1996.

¹³ Não é um dado de menor monta que Foucault morrera doente de AIDS, em 1984, e que continuasse mantendo relações habituais com efebos depois de conhecer o caráter mortal e incurável de tal doença.

d. Feminismo de gênero: Numa espécie de sincretismo de todos esses antecedentes, no começo dos anos 70 do século passado, nasce nos EUA uma nova corrente do feminismo que supera o primeiro – o da igualdade com os homens –, o chamado “feminismo de gênero”. Uma frase de Firestone o caracteriza muito bem: “Para organizar a eliminação das classes sexuais é necessário que a classe oprimida se rebele e assuma o controle da função reprodutiva ..., pelo que o objetivo final do movimento feminista deve ser diferente do que teve o primeiro movimento feminista; isto é, não apenas a eliminação dos privilégios masculinos, mas da própria diferença entre os sexos; assim, as diferenças genitais entre os seres humanos nunca mais teriam nenhuma importância”¹⁴. O gênero é – exatamente – o corpo conceitual que permitiria eliminar a diferença entre os sexos. Esta idéia se complementa com a idéia de Betty Friedan, Nancy Chodorow, Christine Riddiough e Alison Jagger, que afirmaram que a raiz da opressão à mulher está em seu papel de mãe e educadora dos filhos. Por isso, deve ser liberada de ambas as tarefas, através da promoção da contracepção e do aborto e da transferência da responsabilidade da educação dos filhos para o Estado.

Por outro lado, a idéia de eliminar a diferença entre os sexos foi acolhida de muito bom grado pelos intelectuais e ativistas homossexuais. A partir dos anos 80, a aliança entre as feministas de gênero e o lobby homossexual é cada vez mais profunda. Esses pactos os obrigam, por razões estratégicas, a recolocar seu discurso radicalmente contrário ao casamento e à família. As duas instituições já não mais se insultarão de maneira frontal, mas o farão sibilantemente: o casamento e a família tradicional, por um lado; e, por outro, as novas formas de união entre os sexos (tão válidas como o casamento), que dariam origem aos novos *tipos de família* – concubinato, casamentos gay, casais de *swingers*, “família monoparental” etc. –,

¹⁴ Firestone, Shulamith, “The Dialectics of Sex”, Bantam Books, Nova York, 1970, pág. 12.

obviamente tão válidos como a família baseada no casamento e para os quais reivindicam o mesmo *status* legal.

e. Origem “científica” do termo gênero: “No desenvolvimento e aceitação do feminismo de gênero, um médico teve um importante papel, o Dr. John Money, da John Hopkins University de Baltimore (EUA). Foi ele que começou a usar a palavra ‘gênero’ com um sentido diferente do exclusivamente gramatical. Afirmava que aquilo que chamou de *identidade de gênero* de uma pessoa dependia exclusivamente da educação recebida e podia ser diferente de seu sexo biológico. Relatou e apresentou em uma obra, como prova irrefutável de sua teoria, um caso do qual tinha sido testemunha. Tratava-se de dois gêmeos univitelinos do sexo masculino. Um deles tinha sofrido uma amputação do pênis em uma operação de circuncisão; os pais procuraram o Dr. Money, que lhes aconselhou que o castrassem e o educassem como uma mulher. Segundo o médico citado, o resultado da experiência foi que um dos dois gêmeos desenvolveu uma identidade masculina e o outro uma identidade feminina. Parecia, pois, irrefutável que era a educação e não a natureza que tinha a última palavra na determinação da identidade de gênero”.¹⁵

Em primeiro lugar, devo destacar a fraude metodológica do trabalho. As ciências empíricas elaboram hipóteses para explicar determinados fenômenos; quando essa hipótese é verificada experimentalmente, transforma-se numa teoria. Toda teoria permanece válida até que uma nova a supere, tanto por demonstrar erros na comprovação empírica – por instrumentos médicos mais perfeitos – ou porque se verifica outra hipótese, que exige uma explicação mais completa do mesmo fenômeno. Para que uma verificação seja considerada válida, porém, deve ser repetida sem fissuras em um número razoável de experiências. Para afirmar com validade científica que os as-

¹⁵ Mora, Rafael, “La ideología de género: exposición y crítica”, *pro manuscripto*.

pectos biológicos são pouco relevantes na sexualidade humana e que nela é a educação o fator decisivo, é necessária uma verificação experimental em um numero significativo de pessoas. Um indivíduo, em seis bilhões, que seja diferente não basta para demonstrar que esse é o único “normal” e que o resto da humanidade é “anormal”; melhor dizendo, seria antes a exceção que confirma a regra... Isso quer dizer que a experiência de Money, ainda que tivesse sido verdadeira, carecia de idoneidade para comprovar empiricamente qualquer hipótese. Ora, o fato é que essa única comprovação empírica não foi tal, mas sim uma fraude cruel. Com efeito¹⁶:

Os gêmeos são Bruce e Brian Reimer e a infeliz circuncisão de Bruce aconteceu em 1965. Seus pais, Janet e Ron Reimer, viram o Dr. Money em um programa de televisão, onde este”... Garantia que é possível que os bebês tenham um sexo neutro ao nascer, um sexo indefinido, que pode ser mudado no desenvolvimento de sua vida”, explicou Janet Reimer, mais tarde, a John Colapinto, autor de um livro sobre essa experiência intitulado “Sexo Trocado: a História Real do Menino Criado como Menina” (edição brasileira). Os pais entraram em contato com Money, que aceitou o desafio de intervir cirurgicamente e educar Bruce como mulher, utilizando Brian (com a mesma herança genética) como um controle teoricamente perfeito da experiência. Em 3 de julho de 1967, Bruce foi mutilado e simularam-lhe genitais femininos externos. A partir dessa data, Bruce foi chamado de *Brenda*. “Money mandou a família de volta para casa com instruções muito rigorosas. “Disse-nos que não falássemos do assunto, que não contássemos a verdade a ele e que , sobretudo, jamais deveria saber que não era uma menina”.

“As coisas foram mal desde o começo. Janet Reimer lembra o que aconteceu quando colocou em Brenda seu primeiro vestido,

¹⁶ O que relato a seguir é uma síntese do artigo de Buerkeman, Oliver e Youngue, Gary, “David no aguanto ser ‘Brenda’, se suicida el hombre que vivió macabro experimento del Dr. Money”, publicado en “Mundo Salud”, 2.004.

pouco antes de completar dois anos de idade. ‘Tentou arrancá-lo, rasgá-lo. Lembro que pensei: meu Deus, ele sabe que é um menino e não quer se vestir como uma menina!’ Brenda era constantemente atacada no colégio. Quando urinava de pé no banheiro, era ameaçada com uma navalha”. O menino lembrou este drama do seguinte modo: “Foi uma espécie de lavagem cerebral... Daria qualquer coisa para que um hipnotizador conseguisse apagar todas essas lembranças de meu passado. É uma tortura que não suporto. O que me fizeram no corpo não é tão grave como o que provocou em minha mente”...

Quando a adolescência de *Brenda* chegou, Money, que já tinha usufruído de suas experiências, se afastou da família Reimer¹⁷. Em 1980, seu pai contou-lhe toda a verdade; depois de poucas semanas, *Brenda* optou por um longo processo cirurgico – faloplastia – que, depois de cinco anos devolveu a ele a aparência masculina perdida, e adotou o pseudônimo David. Aos 23 anos, conheceu Jane, uma mãe solteira com três filhos, com a qual mais tarde se casou. No ano 2000, sua história tornou-se pública através do livro do Dr. John Colopinto, citado acima. Pouco depois de sua publicação, David e Jane se divorciaram. No ano de 2002, seu irmão gêmeo Brian Reimer se suicidou. David se sentiu responsável por sua morte e por isso visitava seu túmulo diariamente. Dois anos depois, o próprio David – ou Bruce – Reimer também se suicidou, concluindo, assim, definitivamente, a trágica experiência do Dr. Money. O *gênero* nunca teve nenhuma comprovação empírica.

f. As diversas variantes do gênero: Ao beber de fontes tão diversas, a ideologia de gênero possui diferentes vertentes. Em al-

¹⁷ Por exemplo, Money deixou escrito que “... possuímos dramáticas provas de que a opção de identidade de *gênero* fica aberta durante o nascimento para as crianças normais e que as forças sociais podem intervir decisivamente ao menos até um ano e meio depois do nascimento. Uma delas procede de um caso inusitado que aconteceu há pouco mais de dez anos...” e continua fazendo referência ao caso Reimer. “Asignaturas sexuales”, capítulo IV, Ed. Fingraf, Barcelona, 1978.

guns caso, trata-se de matizes teóricos na interpretação de alguns temas não fundamentais. Em outros, a diferença é tão substancial como a do objetivo final; por exemplo, as correntes que buscam a paridade com o homem no exercício do poder real e aquelas que se propõem a fazê-los desaparecer da vida pública¹⁸. Ou, ainda, as que se dão entre as feministas exclusivamente dedicadas aos “estudos de gênero”, circunscritas ao âmbito acadêmico; e as que fazem trabalho de campo, acompanhando mulheres vítimas da violência “machista” etc..

f.1. Em outras ocasiões, as divergências obedecem a questões puramente pragmáticas: lutas de poder no interior dos grupos feministas. Existem aquelas que “compactuaram com o *patriarcado*” e ostentam altos cargos burocráticos na ONU, na União Européia, nos Parlamentos, nos Ministérios da Igualdade, da Mulher ou da Família, etc.; e aquelas outras refratárias a qualquer colaboração com os homens – ainda que seja indireta. As primeiras alegam que, graças a elas, as mulheres em geral e o feminismo em particular, avançaram muito; também reconhecem que não conseguiram todas as reivindicações que desejam, mas se dirigem para isso. As feministas “duras” respondem assim: “... quando falamos de tecnocracia de *gênero* é por terem colocado seu saber a serviço da institucionalidade *patriarcal* internacional e nacional, seja em nível governamental, estatal como , em alguns casos, empresarial e transnacional, e por não nutrirem e alimentarem o movimento feminista e, para cúmulo, ainda querem constituir-se em nossas “porta-vozes” que validam e legitimam as feministas... Deram-se ao trabalho de conjugar, de encaixar, de incorporar a perspectiva de *gênero* ao discurso dominante, esforço que tem hoje seus frutos: a morte do *gênero* como categoria desveladora e a necessidade de superá-la. Este fato transformou esta

¹⁸ E também da vida privada, mediante a utopia da reprodução assexual por meio da clonagem, que faria os gametas masculinos desnecessários na procriação humana.

categoria em uma espécie de condimento, complemento ou adjetivo do modelo de ‘desenvolvimento’, do desenvolvimentismo, fazendo viável e imaginável um neocolonialismo, um neoliberalismo com perspectiva de *gênero* e sem ter sequer a mais tênue refutação de seu caráter *patriarcal*, que é sua característica essencial”.¹⁹

f.2. Um segundo elemento que influi – e muito – nas divergências, às vezes notórias, entre os diversos autores é a falta de rigor intelectual, o que os leva a um subjetivismo absoluto que tem como consequência que cada teórico do *gênero* possua “a sua” própria tese. Por exemplo, nos chamados “estudos de *gênero*”, seja de graduação ou pós-graduação e sempre num âmbito universitário, o resultado final de toda pesquisa de campo está pré-determinado: a subordinação da mulher pelo homem. Como consequência, toda pesquisa se reduz a duas coisas: a) escolher o assunto a ser investigado e b) escolher um método de investigação estatístico que “demonstre” que nesse campo e em tais condições as mulheres são submetidas aos homens. Não se admite um resultado diferente (já que esse é o postulado dogmático aceito acriticamente) porque, se a pesquisa tivesse como resultado que a subordinação feminina não existe, o método investigativo seria considerado falho em si mesmo ou em sua aplicação.

“Segundo a antropóloga Ruth Gruhun, da Universidade de Alberta, ‘O Objetivo explícito dos Estudos da Mulher é político: a ideologia deve ser divulgada da forma mais ampla possível, com o intuito de conseguir a mudança social... No entanto, uma ideologia entrincheirada na institucionalização formal na universidade pode ser mantida muito tempo depois de sua própria época, conquanto possa ser protegida da crítica’”.²⁰

¹⁹ Galindo, María, “Tiempo saboteado que nos toca vivir”, artigo na Revista “La Correa Feminista”, nº 16-17, primavera de 1997, México, pág. 62.

²⁰ O’Leary, Dale, op. cit., pág. 51.

Algo semelhante acontece com as “estatísticas desagregadas por gênero”. Com efeito, “se a igualdade pode ser medida, então alguém deve medir, de modo que as feministas possam comprovar as ‘desigualdades’. A existência de ‘desigualdades’ de participação, conquistas e recompensas é tomada então como prova de discriminação, não como evidência de que os homens e as mulheres são diferentes. Quem aceita as diferenças entre homens e mulheres espera taxas de participação diferentes. Não vê a razão pela qual a igualdade de direitos ou oportunidades deveria ter como resultado uma participação estatisticamente igual”.²¹

Em poucas palavras, a verdade não pode ser investigada porque já foi pré-definida dogmática e ideologicamente como o próprio pressuposto de toda a pesquisa...

f.3. Por este duplo motivo, o leitor que se aprofunda no assunto se deparará inevitavelmente com grandes divergências entre os ideólogos do gênero, ao ponto de ser muito difícil determinar concretamente em que consiste esta ideologia. Este livro tem dois objetivos: 1º) divulgar o assunto para alertar e colocar as pessoas em ação, e 2º) introduzir no assunto aqueles que nele queiram se aprofundar.

Como veremos, todo este corpo de idéias pretende ser imposto, *desconstruindo* a cultura *patriarcal* – aquela que relegou as mulheres ao lar – através do *empoderamento* da mulher. Isto é, trata-se de uma nova antropologia, que deveria iniciar uma nova cultura. No entanto, essa doutrina, por sua falta de correspondência com a realidade, somente pode ser imposta ideologicamente, isto é, restringindo a liberdade das pessoas mediante uma articulada manipulação semântica, através dos meios formais e informais de educação, como veremos adiante.

²¹ O’Leary, Dale, op. cit., págs. 192/3.

AS IDEOLOGIAS – SEU MODO ATUAL DE DIFUSÃO

a. Atitudes do ser humano frente ao cosmos: Para compreender o que são as ideologias, convém previamente rever as respostas que foram dadas às três perguntas humanas fundamentais ao longo da história da cultura: quem é o homem? O que é o mundo exterior? Deus existe? E, nesse caso, quem é Ele? Não responderei tais perguntas porque ultrapassam o objeto desse livro, ainda que mais adiante me estenda sobre a primeira delas. O que interessa aqui analisar são as atitudes que as pessoas podem adotar antes de responder ao interrogatório. Como veremos, essa decisão prévia condicionará, de forma absoluta, as respostas que depois serão dadas por cada um. Basta, para isso, rever a atitude diante de tudo que não seja eu mesmo, já que é o mais acessível para mim. Com efeito, para ver seu próprio rosto, você precisa da mediação de um espelho e, para ver suas costas, de dois. Ao contrário, para ver o que o rodeia basta abrir os olhos...

Na história da humanidade, houve apenas dois modos – cada um com diversos matizes – de se colocar diante do mundo exterior, isto é, diante de tudo aquilo não seja eu mesmo. De saída, existe algo evidente e que ninguém se atreve a negar: esse mundo exterior é anterior à minha própria existência e, portanto, em certo sentido me foi dado. No entanto, à margem disso, diante desse cosmos existem duas atitudes possíveis:

a.1. O realismo, que consiste em observar que esse mundo exterior possui uma ordem. Por conseguinte, deve haver necessariamente um critério de ordem e uma inteligência ordenadora. É obvio que

essa Inteligência é muito superior à humana pois, com milhares de anos de civilização, ainda ignoramos muita coisa sobre o mundo exterior. Essa ordem, no entanto, é muito harmônica, mas não é perfeita. Em todos os campos existem “erros” ou “defeitos” da natureza que obscurecem essa ordem maravilhosa. Mesmo com seus defeitos, pode-se observar uma ordenação com duas características bem determinadas: 1) é natural – ninguém a regula, é espontânea; e 2) é objetiva – fica à margem de qualquer consideração subjetiva e pode ser captada igualmente por todos.

Aqui é necessário fazer um esclarecimento fundamental. Na natureza existem dois planos que se distinguem claramente: um é o ser humano e o outro é o mundo material que nos rodeia. O homem, como espírito encarnado que é,²² participa de certos elementos do mundo físico. Sua natureza também espiritual faz com que mesmo os aspectos biológicos e materiais da humanidade possuam uma ordem com regras diferentes daquelas das coisas. Neste aspecto, o realismo cristão oferece uma contribuição que supera o realismo clássico pagão, onde o homem mal emergia do mundo material.

Para concluir a descrição deste modo de conceber a realidade que nos cerca, basta dizer que o ser humano pode modificar o mundo exterior – e também a si mesmo – com a condição de que seja segundo a ordem da natureza. Em alguns aspectos, é impossível operar *contra naturam* – por exemplo, nenhum ser humano pode voar por si mesmo. Em outros casos, é possível, ainda que à custa de um preço irracional – vide a promiscuidade sexual que causa uma autodestruição da capacidade de amar, além do perigo de contágio

²² Isto é deduzido das operações físicas e espirituais que realiza. Deixo de lado as físicas porque são evidentes. É um fato que todos nós somos capazes de pensar o pensado e amar o amado de uma forma exatamente idêntica ao primigênio. Isto só é possível pelo espírito que mora em nós. Se fossem operações exclusivamente materiais, não poderiam repetir-se, por aquela aguda observação de Heráclito: “ninguém pode banhar-se duas vezes no mesmo rio”. Por outro lado, todas as nossas operações espirituais necessitam da mediação corporal, e muitas das operações físicas se originam ou podem ser modificadas pelas espirituais. Daí que somos “corpos espiritualizados” ou, o que dá no mesmo, “espíritos encarnados”.

de diversas doenças de transmissão sexual, entre outros danos. É natural que existam aqueles que poderiam se negar a reconhecer que, em tal caso, estão pagando um preço...

a.2. A segunda postura é o **imanentismo** que, ainda que admita a existência de um mundo exterior ao sujeito, nega a realidade de qualquer ordem natural e objetiva do cosmos. É o próprio sujeito, seja por sua inteligência, ou por sua vontade – conforme sejam as escolas –, o único capaz de dar um sentido a esse mundo exterior. Partem de uma observação do mundo material: deparo-me com uma árvore, essa árvore diante de mim não tem nenhum sentido por si mesma, pois é incapaz de pensar e de sentir. Se a derrubo, porém, e com a madeira faço uma mesa ou uma cadeira, estou atribuindo um significado concreto a algo que dele carecia.

Ou seja, cada uma das coisas que compõem o mundo exterior é uma espécie de massa informe até o momento em que um homem a transforme e, ao transformá-la, lhe atribua um sentido do qual carecia. Contudo, é preciso salientar que essa transformação tem apenas o limite do próprio poder do sujeito. Como não existiria uma ordem da natureza, tampouco existiriam limites à transformação da realidade, exceto aqueles impostos pelo poder, sempre limitado, do sujeito humano que opere a transformação. Isso que, até certo ponto, é válido para nossa relação com as coisas não o é para com os seres humanos, porque implica negar sua dignidade, sua liberdade e sua racionalidade.

Essas são as duas grandes posições, sucintamente descritas, que ao longo da história da cultura foram desenvolvidas para explicar o mundo exterior.

É preciso observar, agora, um fato certamente curioso, mas que tem uma importância relevante em toda essa questão. Não se pode negar a realidade objetiva da natureza humana de um modo asséptico. É impossível. Tal negação tem consequências devastadoras que precisam ser descritas sinteticamente. Se não existisse uma natureza humana objetiva, poderia ser feito com o homem algo semelhante à árvore no exemplo anterior.

Toda pessoa humana, portanto, seria uma espécie de “massa informe”, sem significado próprio. E, para dar-lhe algum sentido, deveria ser manipulada por quem detivesse, nesse momento, uma situação de maior poder ou de maior força sobre ela. Além disso, como essa manipulação não teria limites – enquanto estivesse dentro das possibilidades do mais forte –, seria realizada certamente de modo violento, isto é, sufocando a legítima liberdade do outro. E isso é exatamente o que todo ideólogo pensa e executa.

Em síntese, quem nega a natureza humana e tem, simultaneamente, algum grau de poder ou superioridade em relação a outra pessoa, tentará manipulá-la e, para isso, exercerá toda violência necessária. É um manipulador em ato, não em potência, capaz de exercer a violência sobre todas as pessoas que o rodeiam e sobre aquelas que estão ao alcance de seu poder. Além disso que ocorre em nível individual, existe a possibilidade de manipular com violência todo o conjunto da sociedade, utilizando para tanto os meios de propaganda, a escola etc. Foi o que fizeram as ideologias caducas do século XX – fascismo, nazismo e marxismo – e as vigentes no século XXI, como o relativismo cultural e a ideologia de *gênero*.

Não obstante, destaco, agora, um elemento importante: o manipulador, subjetivamente falando, não tem consciência de sê-lo nem de que exerce qualquer violência. Muito pelo contrário, percebe-se a si mesmo como uma espécie de “salvador” senão do gênero humano, pelo menos de todas as pessoas que seu poder alcança. Este fato, certamente paradoxal, tem uma explicação simples: ao manipular outra pessoa pela força, estaria lhe atribuindo – segundo seu modo de ver as coisas – um significado de que antes carecia e, portanto, estaria lhe dando “bondosamente” um valor que antes não tinha.

Essa percepção subjetiva tem, logicamente, uma consequência inexorável: todo aquele que admita a existência de uma natureza humana objetiva será qualificado como “cavernícola”, “fundamentalista” e “retrógrado”, pois obrigaria as pessoas a permanecerem estáticas, como uma “massa informe”, sem que suas

vidas tivessem nenhum sentido nem significado, privando-as dos “benefícios” que teriam caso se deixassem manipular pelo ideólogo.

Finalizo com uma breve reflexão: quem nega a objetividade da natureza humana se transforma em uma pessoa muito perigosa, já que tende a manipular, exercendo a violência sobre aqueles que o rodeiam, principalmente quando se percebe como alguém que ajuda os outros a orientarem o significado de suas próprias vidas. No entanto, é evidente que qualquer pessoa sensata deve evitar ser manipulada e ser vítima de violência. Nestas condições, o diálogo entre ambas parece quase impossível. Não posso me deter nisso e deixo ao leitor intuir as consequências que se seguem desse fato.

b. As ideologias. Conceito: Uma vez compreendida a gênese intelectual das ideologias, ser-nos-á mais fácil adentrá-las. As ideologias foram definidas como “... um sistema fechado de idéias que se postula como modelo através do qual toda a vida humana em sociedade deve ser reestruturada. Esse modelo é concebido independentemente da realidade: não é, de forma alguma, a experiência que deve alimentá-lo ou retificá-lo. Não está condicionado pela realidade concreta, mas é a própria realidade que deve ser definida como tal pela ideologia. E uma vez estabelecido o modelo, seu objetivo é o de ser aplicado à vida humana como um molde, no qual tudo está compreendido. É uma antecipação da realidade, um projeto que define o que e como deve ser essa realidade: por isso, não necessita da experiência, mas apenas do poder”.²³

Dito em termos mais simples, uma ideologia é um corpo doutrinal fechado, com pretensões de oferecer uma explicação de toda a realidade e, por isso, oferecer pautas universais de comportamento. Parte de uma premissa não demonstrada e indemonstrável – porque é fal-

²³ Widow, Juan Antonio, “La corrupción ideológica del lenguaje en las ciencias prácticas”, artigo publicado na Revista Internacional de Filosofia Prática Circa Humana Philosophia, do Instituto de Estudos Filosóficos Santo Tomás de Aquino, Buenos Aires, ano 2003, Tomo I, pág. 59.

sa – e, a partir dela, as consequências são deduzidas mediante raciocínios rigorosamente lógicos. Por isso, quem aceita a premissa acriticamente e assim se introduz no sistema de pensamento ideológico não pode sair dele. Pelo contrário, nele se introduz cada vez mais profundamente, podendo chegar até ao mais irracional fanatismo. A única forma de sair da ideologia é descobrir a falsidade da premissa que lhe serve de fundamento aparente. Um exemplo ajudará a compreender melhor.

A ideologia nazista baseou-se na premissa da superioridade racial germânica. Se dito postulado é aceito como verdadeiro, é necessário tirar daí as consequências. Em primeiro lugar, a inferioridade de todas as outras raças. Depois, o direito da raça alemã a ter um território que lhe permita desenvolver-se com toda comodidade. Em seguida, considerar que o melhor para o resto da humanidade é deixar-se governar pela raça alemã. Se as outras raças são tão tolas a ponto de não se aperceberem disso – o que prova a sua inferioridade –, então os alemães têm o direito de dominar o mundo pela via das armas. Estando em guerra, os prisioneiros pertencentes às raças inferiores devem ser mão de obra escrava do povo germânico. Além disso, teria o direito de eliminar da face da terra aquelas raças extremamente inferiores, que põem em perigo a qualidade da humanidade. E assim pode-se continuar até a justificação de todos os crimes irracionais da ideologia nazista. O fato é que a raça ariana não é superior (nem inferior) a nenhuma outra raça humana. Reconhecida esta verdade evidente, o nazismo se torna impossível.

c. Modo atual de difusão das ideologias: o ideólogo e a manipulação da linguagem. ²⁴ Todo ideólogo é um manipulador em ato, não em potência – por isso, neste item, utilizarei indistintamente ambos os termos, ainda que não sejam sinônimos. Manipular é ma-

²⁴ Para esta sessão foi de grande utilidade os apontamentos pessoais tomados durante a conferência sobre a “Manipulação da linguagem”, do Dr. Alfonso López Quintás, no dia 7 de agosto de 2006, na cidade de Córdoba, Argentina.

nobrar as pessoas como se fossem coisas; isto é, ter sobre elas um domínio, uma posse, um uso e proveito exatamente como se tem frente às coisas. Existem formas grotescas de manipulação, mas outras são “elegantes”. A manipulação da linguagem acha-se entre estas últimas.

c.1. Quem manipula é aquele que quer vencer sem convencer. O ideólogo procura dominar povos inteiros, que previamente transformou em massa, tirando-lhes a liberdade. A finalidade do ideólogo é o domínio, o uso e proveito dos demais naquilo que é objeto de sua manipulação.

Como ferramenta de trabalho, o ideólogo deve enganar; e engana através da linguagem e da imagem. O manipulador jamais matiza os conceitos, facilitando, assim, a confusão. O ideólogo jamais prova o que afirma: simplesmente o dá por certo.

Para enganar, o manipulador utiliza palavras *talismã*, isto é, vocábulos que legitimam, automaticamente, todos os outros termos que são colocados junto a eles. Por exemplo, a palavra “democracia” é um verdadeiro vocábulo *talismã*. Por isso, durante a “Guerra Fria”, os países do Ocidente qualificavam-se como democracias e aqueles do outro lado da “Cortina de Ferro” eram as Repúblicas Democráticas (Alemã, Tcheca etc.). Além disso, tudo aquilo que é apresentado ao povo como fruto de um consenso “democrático” é imediatamente considerado como algo bom, ainda quando seja um ato criminoso.

A mesma coisa acontece com o termo “liberdade”. Por isso os abortistas se definem como partidários da “liberdade de escolha”. Quem poderia opor-se à liberdade de escolha? Ninguém. No caso do aborto, o que está sendo escolhido é matar o próprio filho. O filho, porém, não escolhe morrer, mas é sua mãe quem resolve matá-lo sem perguntar sua opinião a respeito. O filho não só não é livre como ainda sua própria vida lhe é tirada – e com ela toda possibilidade de exercício da liberdade. Que os partidários do aborto se definam como partidários da livre escolha implica uma evidente mani-

pulação da linguagem. Reivindicam, na realidade, a liberdade para matar seus próprios filhos, o que é algo muito diferente pela simples razão de que ninguém pode ter liberdade nem o direito de matar nenhum outro ser humano. Como veremos, a ideologia de *gênero* utiliza várias palavras “*talismã*”: **opção** (sexual), **igualdade** (sexual e de *gênero*), **direitos** (sexuais e reprodutivos), **saúde** (sexual e reprodutiva) etc.

c.2. Outra técnica do ideólogo é a utilização dos “esquemas mentais”. Estes são fabricados a partir de certos dualismos em que, para o inconsciente coletivo, um dos pólos é bom e o outro é mau. Por exemplo, o dualismo: rico (identificado inconscientemente como bom em uma sociedade burguesa) versus pobre (identificado de forma inconsciente como mau nessas sociedades). Com estes dualismos habilmente escolhidos, propagam-se certos slogans. Tais slogans obviamente se esquivam de todos os matizes existentes na realidade do que está sendo tratado e isto aumenta a confusão. Além disso, o manipulador não prova o que afirma implicitamente, mas o assume como certo. Dessa forma, quem pensa o contrário se vê obrigado a demonstrar rigorosamente suas opiniões porque a maioria das pessoas o considera um excêntrico que pensa o contrário dos outros.

Os ideólogos do *gênero* recorrem com frequência à técnica dos esquemas mentais. Com isso conseguem estigmatizar quem pensa diferente. Entre outros exemplos, encontra-se o uso dos dualismos **discriminador/não discriminador sexual**, **sexista/não sexista** etc..

c.2.1. Para aumentar sua eficácia, costumam utilizar os esquemas mentais junto a imagens apropriadas. Por exemplo: aqueles cartazes divididos em dois campos, o primeiro que mostra um casal africano com muitos filhos ao redor, mal vestidos e desnutridos, em frente a uma choupana de barro; o segundo campo com a imagem de um casal norteamericano com dois filhos, todos gorduchinhos, em frente a uma casa e a um automóvel luxuosos. Sob as imagens, a seguinte frase: “uma família pequena é uma família feliz”. “Família” e “feliz” são duas realidades boas para qualquer ser humano.

Portanto, a propaganda faz o incauto incorporar o esquema mental de que, para ser feliz, é necessário constituir uma família com poucos filhos. Reforça-se, assim, a potência do esquema mental (que incorpora conceitos sem raciociná-los) com a força de uma imagem que envolve os sentimentos. Procura-se manipular simultaneamente a inteligência e os afetos para conseguir, mais adiante, uma mudança de condutas, conforme a vontade do ideólogo. Para que isto seja eficaz, a mensagem deve ser repetida com certa frequência, ainda que com um formato sempre diverso para não se criar costume ou rejeição e também para ir minando toda resistência à mensagem.

Os esquemas mentais foram muito utilizados pelos regimes totalitários do século XX, em especial o nazismo e o marxismo. Não apenas através do cinema ou da televisão – em seu início –, mas também mediante a arquitetura ou os desfiles militares. São, agora, muito utilizados pelas ideologias contemporâneas: ecologia – *Greenpeace*²⁵ é nisso paradigmático –, indigenismo, movimento *gay* (recorde-se as “paradas do orgulho *gay*”, que se repetem simultaneamente nas principais cidades do mundo), feminismo, controle populacional, *gênero* etc..

c.3. Uma radicalização na manipulação da linguagem é o uso de técnicas de “lavagem cerebral” em nível massivo. Para isso é necessária a utilização intensiva dos meios informais de educação, ou seja, as mídias de massa (especialmente a televisão), o cinema, o teatro, as revistas etc.; e os meios formais de educação – especialmente a escola para crianças e pré-adolescentes.

c.3.a. A estratégia tem três etapas: a primeira consiste em utilizar uma palavra da linguagem comum, mudando seu conteúdo de forma sub-reptícia. Esse vocábulo, logicamente, deve ser escolhido com cuidado. O primeiro requisito é procurar um termo dúbio, isto é,

²⁵ Curiosa ONG internacional que defende os ursos-panda e as baleias azuis e, simultaneamente, advoga em favor do controle de natalidade. Não parece ser outra coisa que um instrumento servil da plutocracia mundial.

aquelas palavras com diversos significados que não têm nenhuma relação entre si. Por exemplo, vela. Refere-se à vela de um barco, a uma candeia que ilumina e também a passar uma noite em claro, isto é, sem dormir. Se nos é dito apenas “vela”, é impossível adivinhar qual dos significados é o escolhido pelo interlocutor. É necessário o contexto de uma frase para que o sentido preciso do termo seja captado. É notório que os vocábulos dúbios ajudam a confundir as massas incautas.

c.3.b. O segundo passo é ir progressivamente introduzindo na opinião pública a velha palavra com o novo significado, porém pouco a pouco e de forma sub-reptícia. Isso é feito por um duplo movimento: por um lado, através dos meios de propaganda, que vão realizando pequenas, mas constantes “campanhas jornalísticas” para ir introduzindo, pouco a pouco, o conteúdo ideológico. Utilizam para isso uma hábil combinação de técnicas que incluem palavras *talismã*, esquemas mentais e imagens.

Mais tarde e depois das devidas etapas burocráticas, tenta-se assegurar a aceitação do novo conteúdo ideológico para o velho vocábulo, através do sistema de educação formal (especialmente o ensino fundamental, pois quanto menores forem as crianças, mais permeáveis serão). São estas decisões políticas do governo de plantão, que restringem a liberdade de seus cidadãos. Não se trata de instruir a juventude mediante a incorporação de conhecimentos de matemática, geografia, química, literatura etc.. Procura-se diretamente, aqui, uniformizar as pautas morais da sociedade. Utilizam-se, para isso, certas matérias de conteúdo ideológico, que incluem programas e bibliografia cuidadosamente preparados e a “capacitação” docente para a transmissão fiel do conteúdo ideológico almejado.

Exemplo disso tudo são as matérias, como “educação para a cidadania”, na Espanha, as “cartilhas de saúde”, no México, a “educação sexual”, em tantos países da América Latina, a “educação para paz”, promovida pela UNESCO etc.. Repito que são decisões políticas que restringem a liberdade dos cidadãos, bem como o direito

natural e irrenunciável dos pais à educação moral de seus filhos. Não posso me deter neste assunto inquietante e, ao mesmo tempo, não posso deixar de mencioná-lo: a democracia relativista é um sistema de governo de transição para o totalitarismo ou, se preferir, é a nova cara do totalitarismo para o início do século XXI.

Duas questões muito sugestivas são apresentadas aqui para serem elucidadas. Em primeiro lugar, no Ocidente, dada a alternância de poder entre os diversos partidos – mesmo com uma matriz ideológica contraditória, pelo menos na aparência, como o liberalismo e o socialismo –, como é possível que as matérias ideológicas se mantenham inalteráveis, qualquer que seja o grupo político que ascenda ao poder? A segunda questão é: se existe liberdade de imprensa – ao menos na aparência –, como seria possível que os meios de massa difundam, por esmagadora e asfixiante maioria, as mesmas mensagens e conteúdos ideológicos? Acertar as respostas para estas perguntas terá um alcance decisivo na hora de pensar alternativas viáveis à ideologia de *gênero*. Vou esboçá-las aqui, para retomar a questão no último capítulo do livro.

c.3.b.1. Estas perguntas não são fáceis de responder. Além disso, existem também diversos matizes nas diferentes culturas e nações. Apesar das dificuldades, é necessário ensaiar uma explicação. Percebo intuitivamente que a questão política nasce na decadência moral da casta política entronizada em nossos países. As cúpulas dos partidos poderosos são maquiavélicas (no sentido de que, para elas, o fim sempre justifica os meios), prebendárias, generosas para prometer e avaras para cumprir; não se interessam pelo bem comum, mas apenas pelo bem particular de seu grupo, para quem o único fim da política é tomar o poder e conservá-lo o maior tempo possível, a qualquer custo. Enfim, seu dogma é o relativismo absoluto – tudo vale e só vale enquanto lhes permita conquistar ou manter o poder. Rejeitam até a idéia da natureza humana, considerando o “povo” como uma massa informe, carente de significado, e considerando-se a si próprios como os únicos que podem dar algum sentido a esse “povo”.

Um sistema político com estas características²⁶ só pode se sustentar no tempo se governar uma comunidade composta majoritariamente de seres humanos reduzidos a uma massa ignorante, carentes de liberdade e de ideais. E para transformar um povo em massa, a ideologia de *gênero* é uma ferramenta formidável. Por isso – ressaltando todos os matizes entre partidos políticos, nações e culturas – as políticas de *gênero*; ou seja, a imposição desta ideologia, abusando do poder estatal para tanto, é comum a todas as correntes e partidos políticos contemporâneos, ao menos aos que estão dentro do “sistema”.²⁷ Desejo ressaltar que, para transformar o “povo” em massa, os governos não apenas utilizam a ideologia que motiva este livro. Com a mesma finalidade, recorrem a vários outros recursos: a) anula-se a vontade e se despedaçam os afetos, com o “pão e circo” dos decadentes imperadores romanos, hoje substituídos pela educação sexual escolar permissiva, pela pornografia na televisão e no cinema, pelos anticoncepcionais – especialmente os preservativos – gratuitos para todos etc.; e b) degrada-se a inteligência, substituindo os estudos humanísticos pelas “verdades relativas e provisórias” das ciências experimentais. O paradigma do conhecimento já não é a razão – iluminada ou não pela fé –, mas o que pode ser experimentado sensivelmente; dessa forma, já não se pensa com a inteligência, mas com os olhos. A engenharia substitui a metafísica e os resultados saltam à vista.

²⁶ Para isso, o melhor é um sistema bipartidário, onde se alternem no poder a “centro-esquerda” com a “centro-direita”, que dêem vida ao “*gatopardismo*” mais absoluto: “que tudo mude para que tudo continue igual”. É assim o sistema norteamericano (democratas e republicanos), o inglês (trabalhistas e conservadores), o alemão (social-democratas e democratas-cristãos), o espanhol (socialistas e populares) etc.. Não existem diferenças essenciais entre essas correntes políticas, que são capazes de abrir mão de toda disputa entre si para salvar o “sistema” que acolhe a todas elas.

²⁷ Não posso me deter nisso, mas sugiro ao leitor que reflita sobre este sistema político, se merece o nome de “democracia” – ou se não é mais que um engano utilizando uma palavra “*talismã*”- e se não chegou a hora de ser substituído.

c.3.b.2. Quanto aos meios de propaganda, é necessário lembrar que a liberdade de imprensa e a livre concorrência em questões jornalísticas são mais aparentes que reais. Basta observar o que acontece em alguns campos concretos. No cinema, existem algumas poucas grandes redes de produção e distribuição de filmes. Noventa por cento dos filmes que são vistos em todo o mundo é elaborado por essas poucas redes produtoras. O cinema “independente” é completamente marginal. É verdade que muitos países têm institutos oficiais que apoiam a produção de filmes nacionais mas, se não forem “politicamente corretos”, não são distribuídos fora dos países de origem.

A indústria editorial está igualmente dominada pelos grandes grupos, que obrigam livrarias a comprar pelo menos um mínimo de exemplares de todos os títulos que publicam. Desse modo, às editoras pequenas resta apenas entregar seus livros em consignação (o que implica a devolução dos exemplares não vendidos depois do prazo estipulado) ou a distribuição em pouquíssimas livrarias, feiras e exposições.

Com relação à informação que circula no mundo, é gerada em umas poucas agências de notícias de alcance realmente global. Todos os meios de informação são obrigados a obter a informação do que acontece em nível internacional, comprando as notícias elaboradas por essas pouquíssimas agências. Algo semelhante ocorre na televisão em relação aos canais de notícias globais, que funcionam 24 horas por dia. Apenas umas duas redes podem dar-se ao luxo de transmitir informação continuamente e de gerá-las mediante correspondentes em todo o mundo. Isto obriga os outros canais de informação a cobrir de algum modo as notícias mais relevantes que são veiculadas pelas mencionadas redes globais, mantendo o mesmo enfoque.

A somatória de todos estes elementos vai criando um “pensamento único”, com certeza “politicamente correto”. O marxismo pretendeu unir os pobres com o famoso lema “proletários do mundo, uni-vos”. Os pobres, de forma geral, não se uniram nem dentro

nem fora do marxismo. Ao contrário, é fato que os ricos do mundo se amalgamaram para promover determinadas questões que consideram prioritárias para seus interesses comuns. Entre estes elementos de união encontra-se, prioritariamente, o controle da natalidade nos países pobres, utilizando-o como ferramenta para manter tais nações na pobreza e na dependência econômica. E a ideologia de gênero é outra via que converge para tal objetivo.

c.3.c. No último estágio do processo, as massas mantêm o velho vocábulo, dando-lhe, porém, o novo conteúdo. Quando isso se verifica, a “lavagem cerebral” dessa sociedade foi concretizada.

Este esquema é, evidentemente, um esquema simples. Cada caso e cada país deve ser objeto de estudo concreto, o que redundará numa série de nuances. Os regimes totalitários do século passado levaram o esquema à perfeição. Refiro-me especialmente ao nazismo, com Joseph Goebbels como Ministro de Propaganda do Terceiro Reich controlando os meios de massa, um rígido sistema educativo e as “juventudes hitleristas” para captar as crianças desde sua mais tenra infância. Algo semelhante foi feito pelos regimes marxistas-leninistas, com um controle absoluto dos meios de massa e do sistema educativo, e os “komsomoles” soviéticos para doutrinar a juventude. Atualmente, isto só é possível em poucos países, como a Cuba dos irmãos Castro, Coreia do Norte, Vietnã, China etc..

Certos países estão em transição de uma certa liberdade, nos meios de imprensa e no sistema educativo, para um controle de ambos, de modo mais estrito, pelo regime de plantão. Refiro-me a Venezuela, Equador, Bolívia, Nicarágua, governados por neomarxistas com pretensões de serem eternizados no poder.

Finalmente, a maioria das nações no Ocidente tem regimes onde existe uma maior liberdade quanto aos meios de propaganda e de educação. Sem dúvida, não existe nenhum país no mundo onde essas liberdades reinem plenamente. E quando digo isso, não estou me referindo aos legítimos limites que o Estado deve colocar por razões de ordem pública ou do bem comum para garantir o bem geral. Es-

tou afirmando, pelo contrário, que em todos os países do mundo existem restrições ou permissividade injustas, tanto em matéria educativa como em relação aos meios de propaganda. Não posso me deter aqui, mas faço constar que a permissividade – ainda que soe paradoxal – também cerceia a liberdade humana; a razão é simples: uma liberdade sem limites transforma a sociedade em uma espécie de “selva”, onde o mais forte impõe “sua” lei. No entanto, esta maior liberdade tem muito de aparente e bastante pouco de real, como vimos ao estudar a globalização dos meios informais de educação, que tendem ao “pensamento único” do “politicamente correto”.

c.4. Concretizando, no entanto, mais ainda a questão no tema que estamos tratando, a “lavagem cerebral” vem sendo efetuada do seguinte modo: na linguagem, o gênero feminino, masculino ou neutro das palavras é definido de uma maneira arbitrária, isto é, sem que tenha nenhuma relação com a sexualidade. Por exemplo, a mesa é do gênero feminino e o copo é do gênero masculino, sem que em nenhum dos casos exista qualquer conotação sexual; e assim é com todos os vocábulos. Além disso, existem conceitos que em um idioma podem ser escritos no masculino, em outro, no feminino e em um terceiro, no gênero neutro. Por exemplo, a palavra sangue: *la sangre* é feminino em castelhano; *il sangue* é masculino em italiano e *the blood* é neutro em inglês. Mas o conceito – e a realidade a que se refere – é exatamente o mesmo. Ou seja, que uma mesma coisa poderia ser masculina, feminina ou neutra, dependendo apenas de uma circunstância cultural: a língua utilizada para nomeá-la.

Extrapolando esta atribuição arbitrária de feminilidade ou masculinidade aos seres humanos, pretende-se sustentar que existe um sexo biológico que nos é dado e, por isso, é definitivo; mas que, ao mesmo tempo, todo ser humano pode “construir” livremente seu sexo psicológico ou *gênero*. No início, os termos sexo e *gênero* são usados de modo intercambiável, como se fossem sinônimos. Mas quando uma “massa crítica” de pessoas, por esnobismo, se acostuma a usar a palavra *gênero*, vai sendo acrescentado, sutil e imper-

ceptivelmente, o novo significado de “sexo construído socialmente” como contraposição ao sexo biológico. O processo final será o de simples mortais falando de *gênero* como uma autoconstrução livre da própria sexualidade. Chegados a esse ponto, a “lavagem cerebral” dessa sociedade foi realizada.

d. A Real Academia Espanhola e o vocábulo “gênero”: Um modo concreto e eficaz de evitar a manipulação da linguagem é justamente falar e escrever com propriedade. O idioma castelhano tem para isso um organismo reitor, que lidera as vinte e uma Academias surgidas nos países da América de língua espanhola. Em relação ao assunto de que estamos tratando, em 19 de março de 2004, foi publicado o “Informativo da Real Academia Espanhola sobre a expressão *violência de gênero*”, que fora aprovado na sessão plenária acadêmica de 13 de maio de 2004. Foi analisada ali tal locução do ponto de vista linguístico. Depois de se recordar que é uma expressão originada em inglês, por ocasião da Conferência da ONU sobre a Mulher, realizada em Pequim, em 1995, considera-se a conveniência ou não de usá-la em castelhano.

No núcleo do parecer, expressa-se com cristalina clareza: “A palavra *gênero* tem em espanhol os sentidos gerais de ‘conjunto de seres, estabelecido em função de características comuns’ e ‘classe ou tipo’: *classificamos suas obras por gêneros; esse gênero de vida pode ser pernicioso para a saúde*. Em gramática, significa ‘propriedade dos substantivos e de alguns pronomes pela qual são classificados no masculino, no feminino e, em algumas línguas, também no neutro’: o substantivo ‘mapa’ é do gênero *masculino*. Para designar a condição orgânica, biológica, pelo qual os seres vivos são masculinos ou femininos, deve ser empregado o termo sexo: *As pessoas de sexo feminino adotavam uma conduta diferente. Isto é, as palavras têm gênero (e não sexo), enquanto que os seres vivos têm sexo (e não gênero)*. Em espanhol não existe tradição de uso da palavra *gênero* como sinônimo de *sexo*”.

d.1. Depois de onze anos de estudo das vinte e duas Academias da Língua, foi publicada a “Nova gramática da língua espanhola”, de Carlos G. de Castro Expósito, a primeira que vem à luz desde o ano de 1931. Existe ali uma série de precisões que têm relação direta – e contradizem – com a manipulação linguística da ideologia de *gênero*. Destaco especialmente as seguintes:

— “Gênero é uma propriedade dos nomes e dos pronomes, tem caráter inerente e produz efeitos na concordância com os determinantes, adjetivos...e não está relacionado com o sexo biológico. **Nós, as pessoas, não temos gênero, temos sexo.** Por isso, a expressão ‘violência de gênero’ está incorreta porque a violência é cometida pelas pessoas e não pelas palavras. Em nossa língua, deve-se dizer violência sexual ou violência doméstica, como nos indica a Real Academia Espanhola”.

— “Exemplos de uso: ‘Membro. Admitem-se as alternâncias ‘Ela é o membro (ou a membro) mais notável do time’. Mas ‘membra’ não é recomendado”.

— “Reiteraões. Tampouco se aceita a desnecessária utilização redundante do masculino e do feminino. ‘A maior parte dos cidadãos e das cidadãs’ é um circunlóquio desnecessário. O critério básico de qualquer língua é economia e simplificação. Obter a máxima comunicação com o menor esforço possível, não dizendo em quatro palavras o que pode ser resumido em duas. Ao longo dos últimos anos, destacados membros da Real Academia Espanhola chamaram a atenção para isto [...] O emprego de circunlóquios e substituições inadequadas: ‘deputados e deputadas eleitos e eleitas’ em vez de deputados eleitos, ou levarei ‘os meninos e as meninas’ ao colégio em vez de ‘levarei os meninos ao colégio’ é empobrecedor”.

— “**A arroba não é uma letra.** Para evitar as desconfortáveis repetições a que dá lugar o recente e desnecessário costume de deixar sempre explícita a alusão aos dois sexos (os meninos e as meninas, os cidadãos e as cidadãs etc.), começou a ser usado o símbolo

arroba (@) como recurso gráfico para integrar, em uma só palavra, as formas masculinas e femininas do substantivo, já que este signo parece incluir em seu traço as vogais a e o: @s menino@s. É necessário considerar que a arroba não é um signo lingüístico e, por isso, seu uso nesses casos é inadmissível do ponto de vista normativo; acrescenta-se a isso a impossibilidade de aplicar esta fórmula. **O que é a arroba?** Vamos explicar-lhes o que é a arroba:

1. Símbolo que se utilizava para representar a unidade de massa chamada arroba: @ plural @@. Peso equivalente a 11, 502 kg. (Em Aragão, peso equivalente a 12,5 kg.).

2. Na atualidade, é muito conhecido pelos usuários de informática, pois é utilizado para indicar <> (at em inglês) nos endereços de correio eletrônico e outros serviços *on-line* que utilizam o formato usuário@servidor.

3. Durante boa parte do começo e metade do século XX, foi um símbolo usado nos livros de texto como representação da área, especialmente em livros de matemática e de engenharia”.

Escrever com propriedade é uma contribuição – modesta, talvez, mas sem dúvida muito eficaz e concreta – para pensar com liberdade e ajudar os outros a fazê-lo também.

A IDEOLOGIA DE *GÊNERO*

Depois de rever o que são as ideologias e seu modo atual de difusão, estamos em condições de adentrar os principais postulados do *gênero*. Neste capítulo, limitar-me-ei a expor uma síntese de tal ideologia, baseando-a em textos de alguns de seus difusores, com algumas notas de rodapé. Nos dois capítulos posteriores, elucidarei as consequências do *gênero*, primeiro em nível individual e depois, social. E no capítulo subsequente, farei uma crítica sistemática – a partir de diversos pontos de vista – do postulado básico ou do núcleo de tal ideologia.

a. A ideologia de *gênero*: Pseudoantropologia feminista, com pretensões à “reengenharia social” planetária: A origem desta ideologia está no terceiro movimento feminista conhecido exatamente como “feminismo de *gênero*”. Gostaria de salientar que a ideologia de *gênero* é uma ideologia feminista. O feminismo é um movimento político-social que, partindo da postergação feminina na vida pública, veio reivindicando a igualdade da mulher com o homem. A primeira igualdade almejada foi a igualdade política: trata-se do feminismo sufragista do início do século XX. Sua reivindicação foi a de eleger e serem eleitas nos sistemas de governo republicano. O passo seguinte foi a reivindicação da igualdade na esfera civil, que deu origem à segunda corrente feminista. Tratava-se agora de igualá-las aos homens, em todos os direitos civis, tais como a aquisição e administração de bens.

Tempos depois, nos anos 60 do século passado, a pílula anticoncepcional aparece no mercado. Ela provocou a chamada “revolução sexual”, que se traduziu em uma grave crise de identidade da mulher. Diante de tal crise, as mulheres não ficaram de braços cruzados. Tentaram dar uma resposta, ainda que tenham errado o caminho. Não reafirmaram sua dignidade e feminilidade rejeitando a pílula e outros contraceptivos, que as transformavam em objeto de prazer dos homens. Em lugar disso, aceitaram a anticoncepção e, simultaneamente, reivindicaram a exata igualdade com os homens em matéria sexual. Tiveram que inventar, para tanto, uma nova antropologia pela razão evidente de que não existe a identidade sexual entre mulheres e homens. É fato que somos diferentes. Essa nova pseudoantropologia é a ideologia de *gênero*, que não pode separar-se do feminismo de *gênero*

Por outro lado, “as feministas radicais e de *gênero* acreditam que os homens inventaram a história, a ciência e a religião para oprimir as mulheres e que as mulheres devem reelaborá-las para conseguir sua liberação. A história e a ciência são vistas como ferramentas para promover a revolução. Se uma teoria pode ser posta em prática a fim de dar poder às mulheres, é aceita. Para elas, a pergunta não é ‘A natureza do homem e da mulher, a maternidade, a paternidade, a masculinidade, a feminilidade, a heterossexualidade e o casamento são realmente papéis de *gênero* construídos socialmente?’, mas ‘ajudará nossos objetivos políticos chamá-los de papéis de *gênero* construídos socialmente?’”²⁸

Encontramos um exemplo disso, em matéria de história, nas “Palavras preliminares” de um livro coletivo publicado no México: “Historiar a vida das mulheres através de sua produção, ação e pensamento, sob o olhar de outras mulheres, é um processo detalhado e complicado; a complexidade advém das particularidades que a pró-

²⁸ O’Leary, Dale, op. cit., pág. 165.

pria investigação supõe, já que a história das mulheres requer não apenas a busca de novas fontes, **mas um trabalho pormenorizado de reinterpretação e ressignificação**. Esse tipo de trabalho, que foi realizado há algumas décadas, tomou um novo impulso com o uso da categoria de *gênero* como instrumento de análise e conceito histórico que permite uma função reguladora da identidade das mulheres e dos homens... Para desenvolver, porém, com agudeza um trabalho desse tipo, deve-se partir da consideração de que a história foi parcial, no sentido de que a participação e a produção das mulheres foram dela excluídas, pois não reflete até agora (salvo os exemplos sabidos) a produção e a existência das mulheres”.²⁹

De modo mais peremptório, foi dito que: “As fontes, os centros e os fundos de documentação sobre as mulheres que existem atualmente em nosso país têm um antecedente: o movimento das mulheres. Sua contribuição e a do feminismo consistiram em tornar visível a história das mulheres através do resgate, reinterpretação e *visibilização* das fontes que consideram sua presença ao longo da história, e com isso deram contribuições às Ciências Sociais e, em especial, à História. Assim, este trabalho tem como objetivo central estudar a maneira com que se criaram os centros de documentação sobre as mulheres e descobrir qual foi a contribuição das mulheres feministas, das acadêmicas e do movimento amplo de mulheres no resgate e recuperação das fontes e investigações da história das mulheres no México”.³⁰

Assim como no campo da investigação histórica o feminismo radical pretende reinterpretá-la e, para tanto, se baseia em novas fontes e bases de dados e documentação, o mesmo acontece com todas

²⁹ García Aguilar, María del Camen, “Palabras preliminares” do livro de AA.VV., “Estudios históricos sobre las mujeres en México”, coordenado por María de Lourdes Herrera Feria, Ed. de la Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, Puebla (México), 2006, pág. 9.

³⁰ Rivera Gómez, Elva, “Las fuentes, los centros y los fondos documentales sobre las mujeres en México”, que integra o livro de AA.VV., “Estudios históricos...”, *op. cit.*, pág. 423.

as outras manifestações da ciência e da cultura. Com razão já se disse que “... a redefinição de igualdade requer toda uma burocracia para exercer o *gênero*, com pessoas coletando novamente estatísticas desagregadas segundo o gênero, *experts* na análise de *gênero*, formadores na sensibilidade de *gênero* e pessoal comissionado para a igualdade de oportunidades. Isto daria emprego permanente aos graduados de programas de estudo da mulher e daria às feministas o controle virtual de todas as instituições da sociedade. Grande parte disso já está em processo de execução no governo, na educação e no mundo empresarial”.³¹

Preende-se justificar tudo isso com argumentos do tipo: “... o controle da força de trabalho das mulheres por parte dos homens. Esse controle é mantido excluindo as mulheres do acesso aos recursos economicamente produtivos necessários e restringindo a sexualidade das mulheres. Os homens exercem o controle recebendo o trabalho dos serviços pessoais dados pelas mulheres, na medida em que não têm que fazer trabalhos domésticos nem criar filhos, ao terem acesso aos corpos das mulheres para fazerem sexo e ao se sentirem poderosos e serem poderosos”.³²

a.1. O preconceito inicial: A negação da natureza humana: As precursoras da ideologia partiram da diferenciação sexual entre homens e mulheres. Não apenas percebiam-na claramente como um fato, senão que esse mesmo fato foi o “detonador” dessa nova visão antropológica da humanidade. Partiram de um preconceito necessário: negar a natureza humana e conceber, portanto, cada ser humano como essa massa informe que deve ser modelada e dotada de sentido mediante um processo ideológico-político de reengenharia social, como foi descrito no capítulo anterior.

³¹ O’Leary, Dale, *op. cit.*, págs. 194/5.

³² Hartman, Heidi, “The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism”, trabalho contido na obra coletiva “Women and Revolution”, compilado por Lydia Sargent, Ed. South End Press, Boston, 1981, pág. 18.

A rejeição à realidade da natureza humana fica evidente em frases como “... a riqueza da investigação, reflexão e debate em torno do gênero conduz inelutavelmente a **dessencializar a idéia de mulher e homem**”;³³ ou ao afirmar que “**não existe o homem ‘natural’ ou a mulher ‘natural’**, não existem conjuntos de características ou de condutas exclusivas de um sexo nem sequer na vida psíquica”.³⁴ E, mais radicalmente ainda, sustentam que “o movimento *gay* aparece como uma instância libertadora já que afirma, com razão, que **a sociedade está errada em relação à homossexualidade e à heterossexualidade: nem a primeira é antinatural nem a segunda é natural**”.³⁵

Depreciando a natureza humana, destrói-se a antropologia que, com suas nuances, luzes e sombras, era comumente aceita no Ocidente desde a antiguidade greco-romana e, mais intensamente, com o cristianismo: o homem como uma unidade consistente em um espírito encarnado. O ser humano, negada sua natureza, fica reduzido a uma massa informe à qual deve ser atribuído um sentido. O próximo passo é despedaçá-lo, separando de forma absoluta o corpo da psique.

Com efeito, uma vez negada a natureza humana, as feministas de *gênero* conseguiram realizar a afirmação inicial: **nós, homens e mulheres, podemos e devemos ser absolutamente idênticos**. Hoje, somos diferentes não porque o sejamos realmente, mas porque, até o momento, a cultura nos fez diferente. Para sermos iguais (no sentido de sermos idênticos), basta mudar a cultura. Dito de outra forma, é necessário passar de uma cultura androcêntrica e patriarcal, onde os homens consideram as mulheres inferiores (ao menos nos campos político, jurídico e social), para uma cultura feminista.³⁶

³³Lamas, Marta, “Cuerpo: diferencia sexual y género”, pág. 3.

³⁴ Lamas, Marta, op. cit., pág. 13.

³⁵ Lamas, Marta, op. cit., pág. 18.

³⁶ Aqui se produz a primeira divisão no feminismo, pois algumas feministas pretendem una

a.2. O segundo preconceito: O dualismo antropológico. É óbvio que a idéia da identidade absoluta entre mulher e homem se defronta com um escolho formidável: basta ver as diferenças anatômicas e fisiológicas entre ambos para colocar em crise tal afirmação. Não parece sustentável dizer que seres cujas diferenças biológicas são ostensivas sejam idênticos. O feminismo de gênero deveria responder a esta objeção. Historicamente, ensaiou uma primeira resposta que malogrou. Vejamos.

No opúsculo citado, Marta Lamas tentou superar o escolho através de uma abstração: realizar todas as combinações teoricamente possíveis entre as cinco áreas fisiológicas relacionadas com a sexualidade: genes, hormônios, gônadas, órgãos genitais internos e externos. Através dessas combinações, imagina alguns “intersexos”, que acrescenta ao feminino e ao masculino como se fossem a mesma coisa. Mas essa tese é biologicamente insustentável.

Com efeito: “As diferenças que existem entre o homem e a mulher não provêm da forma particular de seus órgãos, da presença do útero, da gestação ou do modo de educação. São de natureza mais fundamental, determinada pela própria estrutura dos tecidos e pela impregnação de substâncias químicas específicas de todo o organismo... Na realidade, a mulher difere profundamente do homem. Cada uma das células de seu corpo traz a marca de seu sexo. A mesma coisa acontece com seus órgãos e, sobretudo, com seu sistema nervoso. As leis fisiológicas são tão inexoráveis como as leis do mundo sideral. Não podem ser substituídas por desejos humanos. Estamos obrigados a aceitá-las como são”.³⁷

A segunda resposta foi mais elaborada e parte do reconhecimento das diferenças femininas e masculinas. Para isso, escamotearam

espécie de “luta de sexos”, onde as mulheres tomem o poder e submetam os homens; e outras procuram que a “luta de sexos” termine numa espécie de empate, onde se consiga a identidade absoluta e definitiva com os homens.

³⁷ Carrel, Alexis, “La incógnita del hombre”, págs. 100/1.

toda consideração dos aspectos corporais e sua influência nas pessoas; depois, atribuíram as dessemelhanças não aos sexos, mas às diferenças psicológicas das pessoas concretas. Dito de outro modo: o sexo passaria a ser uma questão biológica sem importância; o que definiria mulheres e homens é a sua psique, que não teria relação alguma com seu sexo corporal.

Sustentou-se, assim, que “as investigações com diversas populações do mundo mostram que a masculinidade psicológica de uma pessoa, homem ou mulher, prognostica de maneira significativa não apenas rendimento matemático, mas habilidade matemática e ansiedade para as matemáticas. Prognostica, também, rendimento em tarefas espaciais. Do mesmo modo, conforme a masculinidade seja alta, também o será a motivação de sucesso e expectativa de êxito”.³⁸ Neste breve parágrafo, são feitas quatro afirmações: 1^a) não existiriam condicionamentos biológicos para determinar a feminilidade e a masculinidade; 2^a) não haveria natureza humana, já que os atributos masculinos poderiam ser construídos psicologicamente, tanto por homens quanto por mulheres; 3^a), por conseguinte, não existiria complementaridade entre os sexos, pois estes seriam idênticos; 4^a) a cultura determinaria quais seriam as características femininas e masculinas e, mediante estatísticas, poderia ser prognosticado o futuro comportamento das pessoas, ao menos em determinados campos.

Ora, isto tampouco é convincente. As estatísticas mostram que determinadas condutas se dão majoritariamente em homens e outras, em mulheres.

Diante desse novo fracasso intelectual, poucos anos depois, outras autoras optaram pela eliminação da objeção através de uma simples petição de princípios. Como tudo deveria ser interpretado – e construído através de tal interpretação –, as diferenças biológicas não teriam nenhuma significação antes de serem interpretadas. Bas-

³⁸ Ragúz, María, “Aportes de género a la salud sexual y reproductiva de los adolescentes”, Mensário “Salud para todos”, Ano 3, nº 25, de abril de 1995.

ta, com isso, interpretar *a priori* que a diferenciação sexual biológica não é uma realidade, mas uma mera construção cultural para assim “eliminar” o escolho.

Afirmaram, então, que “As teorias feministas... coincidem na suposição de que a constituição de diferenças de *gênero* é um processo histórico e social, e que o *gênero* não é um fato natural. Mais ainda... é necessário questionar a própria oposição entre sexo e *gênero*. A diferença sexual não é meramente um fato anatômico, pois a construção e interpretação da diferença anatômica é, ela mesma, um processo histórico e social. Que o varão e a fêmea difiram na espécie é um fato, mas é também um fato sempre construído socialmente... O sexo e o *gênero* não se relacionam entre si como o fazem a natureza e a cultura, pois **a sexualidade mesma é uma diferença construída culturalmente**”.³⁹

Em outras palavras: “O conceito de *gênero* está imbricado no discurso social, político e legal contemporâneo. Foi integrado ao discurso social, político e legal contemporâneo... O significado da palavra *gênero* evoluiu para um significado que se diferencia da palavra sexo para expressar a realidade de que os papéis e a condição dos homens e das mulheres são estruturados socialmente e estão sujeitos à mudança”.⁴⁰ Afirmou-se ainda mais radicalmente que, “se o caráter imutável do sexo é questionado, talvez esta construção chamada ‘sexo’ seja tão culturalmente construída como o *gênero*. De fato, talvez tenha sido sempre *gênero*, com a consequência de que a distinção entre sexo e *gênero* acaba por não ser em absoluto distinção alguma”.⁴¹

³⁹ Laski, Marina, “Mujeres, vulnerabilidades y género”, incluído no Caderno Mujer Salud nº 3, da Red de Salud de las Mujeres Latinoamericanas y del Caribe, 1998, pág. 119.

⁴⁰ Discurso de Bella Abzug de 3 de abril de 1.995 (Nova York), na reunião preparatória para a Conferencia de Pequim.

⁴¹ Butler, Judith, “Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity”, Ed. Routledge, Nova York, 1990, pág. 7.

Como o leitor bem pode apreciar, o escolho não foi superado. Foi simplesmente eludido ao se afirmar dogmaticamente que as diferenças biológicas não são reais, mas uma construção da sociedade. Obviamente as feministas de *gênero* não explicam como a “cultura” fez para dotar cada qual de seus “genitais”; fazer-nos elaborar testosterona ou, pelo contrário, estrógeno e progesterona; ter cromossomos *xy* ou *xx* em todas as células; etc. São todas questões que se dão – como está cientificamente comprovado – de maneira sistematicamente diferenciada em homens e em mulheres... Que tais diferenças possam ser interpretadas de diversas maneiras e que cada explicação seja um fato cultural é outra coisa. Ora, o que é inegável é que, seja qual for a leitura que se faça, o ponto de partida – ou seja, a coisa que se interpreta – sempre será um fato biológico natural indiscutível: mulheres e homens são biologicamente diferentes – isto é tão claro como dizer que a água em estado líquido sempre molha. Quem sustentar que tais diferenças biológicas não têm repercussão psíquica está obrigado a prová-lo; do contrário, não é mais do que uma infundada e irrelevante opinião subjetiva.

Negada a sua natureza e simultaneamente fraturado o ser humano entre o corporal (aspecto meramente biológico, sem nenhuma significação e importância) e o psíquico (construído socialmente em torno da sexualidade, sem nenhum condicionamento biológico), estamos em condições de adentrar a ideologia que motiva este livro.

a.3. O postulado ideológico inicial: O gênero seria o sexo construído socialmente. Partindo dos dois preconceitos já mencionados, as feministas sustentam que o sexo é o corpo, ou seja, o aspecto biológico dos seres humanos, algo completamente secundário. O importante é o gênero, que seria a “construção social ou cultural” da própria sexualidade.

Ora, esta definição é esotérica, isto é, apenas pode ser compreendida por aqueles que estão “iniciados” na ideologia. Com efeito, constrói-se uma casa, uma estrada ou uma represa. Por sua vez, as construções não são “sociais”, mas de determinadas pessoas físicas, agrupa-

das ou não. A sociedade como um todo não é capaz de “construir” nada; pois não existe modo de nos colocarmos todos juntos a trabalhar para edificar nada. Confesso, por fim, que acho muito engraçado imaginar que “meu” sexo possa ser construído por “alguém” e, muito menos, que o todo social o construa para mim. Em outros termos, se é dado às palavras o seu significado comum, dizer que “o gênero é o sexo construído socialmente” equivale a não dizer absolutamente nada; é uma das tantas frases sem sentido, que nada significa.

É evidente, por outro lado, que tal frase deve significar alguma coisa (ou muita coisa) porque seria impossível que tanto se tenha escrito sobre o nada mais absoluto. Como estamos entrando no núcleo do assunto, é importante lembrar o que foi dito no capítulo anterior sobre as ideologias, especialmente no que se refere à manipulação da linguagem porque esta definição nos coloca diante de uma delas. É necessário fazer um esforço para traduzir em vocábulos inteligíveis o conteúdo dessa ideologia. Então, vejamos.

Essa construção seria feita por cada pessoa sobre si mesma, de forma totalmente autônoma, isto é, sem nenhum condicionamento por parte de seu sexo biológico. Em definitivo, poder-se-ia escolher tanto ser homem ou mulher como escolher o conteúdo daquilo que para cada um possa significar ser mulher ou homem. Essa visão é difundida pela imprensa, com artigos como o seguinte: “Farajojé-Jones, que mantinha relações com homens e mulheres desde que tinha dezesseis anos, tem um bebê de dois meses com Katherin, sua companheira bissexual. Ele decidiu que o bebê Issa-Ajamu não conhecerá barreiras de gênero. Com a ajuda de um tubo que se ajusta ao peito com um cinto e que pode voltar a enchê-lo uma e outra vez, tanto o pai como a mãe amamentarão o bebê. E quando as pessoas perguntam se o bebê – que tem argolas em ambas as orelhas – é menino ou menina, Farajojé-Jones responde: ‘Pergunte ao bebê’”.⁴²

⁴² Butler, Judith, “Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity”, Ed. Routledge, Nueva York, 1.990, pág. 7).

A frase é impactante, mas fala de um fato futuro, que talvez nunca se tenha realizado. No melhor dos casos, o pobre bebê será amamentado por sua mãe e alimentado com leite de vaca por seu pai; coisas completamente diferentes e apenas para poder sustentar um postulado puramente ideológico.

Nesta construção autônoma do *gênero*, o único condicionamento externo seria cultural, ou seja, as normas e expectativas sociais sobre o papel, atributos e condutas atribuíveis a cada *gênero*. Por sua vez, as opções de *gênero* de cada pessoa influem na percepção cultural dominante. Por isso, a percepção cultural dominante do *gênero* poderia ser transformada através da execução de políticas de “reengenharia social”.

É muito ilustrativa a frase que, a esse respeito, Simone de Beauvoir disse a Betty Friedan, outra precursora do feminismo de *gênero*: “Nenhuma mulher deveria ser autorizada a ficar em casa criando os filhos... As mulheres não deveriam ter essa opção exatamente porque, se existe essa opção, muitas mulheres optarão por ela”.⁴³ A frase é muito eloquente: em nome de uma autonomia absoluta, deveria ser proibida a opção livre da maioria das mulheres. Não pode ser de outra maneira, já que as ideologias, por serem irreais, só podem ser impostas pela força bruta.

O objetivo político do feminismo radical consiste exatamente em alcançar uma mudança cultural para “redefinir” o conceito de pessoa, de tal modo que seja permitido à mulher competir com o homem na conquista do poder político. Para conseguir tal fim, pretendem estar em igualdade de condições com os homens, mas dita igualdade é entendida como homogeneidade absoluta, tal como se dá entre duas gotas de água, e não uma igualdade em dignidade, direitos ou natureza.⁴⁴

⁴³ Citado por Hoff Sommers, Christina, “Who Store Feminism”, Ed. Simon and Schuster, Nova York, 1.994, pág. 256.

⁴⁴ É necessário destacar que a mesma dignidade entre mulheres e homens não implica que

a.3.1. Temos, até o momento, duas negações: a) não existiria a natureza humana e b) não existiria nenhum condicionamento biológico relativo à sexualidade. Depois de tais negações, ocorre a primeira – e fundamental – afirmação ideológica: cada ser humano teria autonomia absoluta para “construir” seu próprio *gênero*. Semelhantemente ao modo como, na linguagem, os gêneros masculino e feminino são atribuídos arbitrariamente às palavras, sem que tais conceitos nada tenham de homem ou mulher – por exemplo: a mesa e o copo –, cada ser humano e cada cultura conceberiam, **subjativa e autonomamente**, o que é o feminino e o que é o masculino. Vamos agora às fontes.

O dicionário feminista “Larroussa Ilustrada” define o *gênero* como “uma construção social, um produto da cultura que estabelece o que é próprio do homem e da mulher e que é aprendido através do processo de socialização. ‘Não se nasce mulher, torna-se mulher’ (Simone de Beauvoir)”. Além disso, define desta maneira o conceito de “identidade de *gênero*: refere-se ao sentimento de pertença ao *gênero* feminino ou masculino. É a inscrição psíquica do *gênero*. **Pode coincidir ou não com nosso sexo biológico**”.⁴⁵

Marta Lamas exprime a mesma coisa, mas de modo mais complicado, ao dizer: “Assim como cada língua nomeia, cada cultura realiza sua própria simbolização da diferença entre os sexos, que engendram múltiplas versões de uma mesma oposição: homem/mulher, masculino/feminino”.⁴⁶

a.3.2. Ora, este conceito de “sexo socialmente construído” não

tenham qualidades idênticas. As diferentes capacidades físicas são evidentes nos esportes. As diferenças psicológicas e espirituais entre homens e mulheres são ainda maiores. Existem modos femininos e masculinos de viver cada uma das virtudes, justamente por isso se pode falar do “gênio feminino”.

⁴⁵ Fernández, Silvana, “Larroussa Ilustrada - Apuntes para el diseño y desarrollo de talleres de capacitación con perspectiva de género”, do programa de capacitação em gênero, da Direção Nacional de Relaciones Institucionais, Buenos Aires, 1994.

⁴⁶ Lamas, Marta, op.cit., pág.6.

se limita a uma mera questão antropológica, imanente a cada pessoa, mas começa por expandir-se à medida que conclusões lógicas são tiradas de tal postulado. Neste sentido foi dito que “a diferença sexual nos estrutura psicologicamente e a simbolização cultural da própria diferença, **o gênero, não apenas marca os sexos, mas marca também a percepção de tudo mais: o social, o político, o religioso⁴⁷, o cotidiano⁴⁸**”.

Na realidade, o *gênero* seria o prisma pelo qual toda a realidade deve ser observada. E mais ainda, a realidade social pode ser modificada (ou seja, manipulada) **apenas** através do gênero. Nas palavras de Lamas: “como a identidade sexual nasce de uma estruturação psíquica sobre a qual não existe controle, apenas a valorização cultural a ela atribuída pode ser modificada, ou seja, só a lógica de *gênero*, como construção social, pode ser transformada”.⁴⁹

a.3.3. O assunto, no entanto, não para por aqui. A lógica do *gênero* não apenas seria apta para modificar a sociedade, mas seria, além disso, a ferramenta para a “construção” de um novo ser humano. Lamas afirma, por isso, que cada pessoa pode escolher um gênero – e até mudar, depois, sua escolha – e essa opção é um “elemento para renovar a história cultural”. Conclui seu trabalho com esta plataforma: “somente através da crítica e da *desconstrução* de certas práticas, discursos e representações sociais, que discriminam, oprimem ou prejudicam as pessoas em função do *gênero*, é que nos aproximaremos do objetivo ético-político primordial do feminismo: reformular,

⁴⁷ Pruebas al canto: “Na Oxford University Press, a frase ‘Filho do Homem’, na linguagem de inclusão na versão do Novo Testamento e dos Salmos, é traduzida por ‘O Humano’. A oração do Pai Nosso começa assim: ‘Pai/Mãe nosso que estais no céu’. As referências ao ‘reino de Deus’ estão eliminadas porque a palavra *reino* tem um ‘caráter marcadamente *patriarcal*’. Na cena em que os pais de Jesus, preocupados, encontram Jesus no templo, o novo texto diz: ‘¿Por que me buscavam? Não sabiam que devo estar na casa de meu Pai-Mãe?’, por Anthony Lane, em “Sripture Rescripted”, New Yorker, de 23.12.95, pág. 100).

⁴⁸ Lamas, Marta, op. cit., pág. 9.

⁴⁹ Lamas, Marta, op. cit., pág. 36.

simbólica e politicamente, uma nova definição do que é ser pessoa – um ser humano e um sujeito –, seja em corpo de mulher ou de homem”.⁵⁰

a.4. O objetivo final: a completa eliminação das diferenças sexuais nos seres humanos como pressuposto para um “mundo novo”. Firestone – a partir de seu neo-marxismo – explica desse modo: “Assim como, para garantir a eliminação das classes econômicas, se exige a revolução da classe dominada (o proletariado) mediante uma ditadura temporal e a conquista dos meios de *produção*, da mesma forma, para garantir a eliminação das classes sexuais, se exige a revolução da classe dominada (as mulheres) e seu controle dos meios de *reprodução*: devolver às mulheres a propriedade de seu próprio corpo, assim como o controle feminino da fertilidade humana, incluindo tanto a nova tecnologia como todas as instituições sociais relativas ao parto e à criação dos filhos. E assim como o objetivo final da revolução socialista não era apenas a eliminação do *privilégio* da classe econômica, mas também da própria diferenciação da classe econômica; da mesma forma, o objetivo final da revolução feminista deve ser, diferentemente do objetivo do primeiro movimento feminista, não apenas a eliminação do *privilégio* masculino, mas também da própria diferenciação do sexo: as diferenças genitais entre os seres humanos já não teriam importância cultural alguma”.⁵¹

Do arco ideológico oposto (o pansexualismo), afirma-se substancialmente a mesma coisa, mas com outros termos: “O final da família biológica eliminará também a necessidade da repressão sexual. A homossexualidade masculina, o lesbianismo e as relações sexuais extraconjugais já não serão vistas na forma liberal como opções alternativas, fora do alcance da regulação estatal... em vez

⁵⁰ Lamas, Marta, op. cit., pág. 40.

⁵¹ Firestone, Shulamith, “The Dialectic of Sex”, Ed. Bantam Books, Nova York, págs. 10 y 11.

disso, até as categorias de homossexualidade e heterossexualidade serão abandonadas: a própria ‘instituição das relações sexuais’, em que homem e mulher desempenham um papel bem definido, desaparecerá. A humanidade poderia finalmente voltar à sua *sexualidade natural polimorfamente perversa*’”.⁵² A expressão sexualidade “polimorfamente perversa” é literal.⁵³ Assim, “sob o eufemismo de ‘*amor entre espécies*’, mascaram as práticas aberrantes do bestialismo ou zoofilia, apresentando-as como coisa natural”.⁵⁴

Já foi dito, de modo mais simples, que “As mulheres não poderiam ser oprimidas, se não existisse isso de ‘mulheres’. Eliminar o gênero é a chave para eliminar o *patriarcado*”.⁵⁵ Ou ainda: “Imagine-se que os sexos tenham se multiplicado além dos limites agora imagináveis. Teria que ser um mundo de poderes compartilhados. Paciente e médico, pai e filho, macho e fêmea, heterossexual e homossexual: todas essas e outras oposições teriam, como fontes de divisão, que ser dissolvidas. Surgiria uma nova ética ou tratamento médico que permitisse a ambiguidade em uma cultura que superou a divisão sexual”.⁵⁶

a.4.a. Com a “Declaração do Feminismo Autônomo” (Cartagena, 26.11.1996), estas afirmações se completam no sentido de que “nosso feminismo não é somar-se ou integrar-se às relações sociais de

⁵² Jagger, Alison – “Political Philosophies of Women’s Liberation”, em “Feminism and Philosophy” de Adams Littlefield e Outros, Ed. Totowa, New Jersey, ano 1.977, pág. 13.

⁵³ Como bem disse O’Leary, em seu já citado livro, “na perspectiva da sexualidade apresentada na Agenda de Gênero, não tem nada de mau que a transexual e bissexual Kate Bornestein promova um mundo de perversidade polimorfa. Isso não é liberação, mas doença. Kate Bornestein não é um herói da revolução, mas uma figura trágica: um homem que fez com que lhe amputassem os genitais e que se veste como mulher para, em seguida, se dizer lésbica. Estas pessoas necessitam de terapia, não de seguidores”. (op. cit., pág. 307).

⁵⁴ Del Amo, Magdalena, “Déjame Nacer”, Ed. La Regla de Oro, Madri, 2.009, pág. 297.

⁵⁵ Bornestein, Kate, “Gender Outlaw: On Men, Women and the Rest of Us”, Ed. Rutledge, Nova York, 1994, pág. 115.

⁵⁶ Falsto-Sterling, Anne, “The Five Sexes: Why Male and Female Are Not Enough”, Revista The Sciences, Março/Abril de 1993, pág. 24.

desigualdade e poder que outros definiram. Nossa política não é fazer uma lista de demandas, mas o processo crítico de repensar o mundo, a realidade e a cultura. Nosso feminismo é inventar a sociedade que queremos construir”.

Naturalmente, para edificar uma nova sociedade, teriam primeiro que abater a sociedade atual. Por isso, o feminismo reconhece o patriarcado como seu principal inimigo, ou seja, o “sistema social de opressão das mulheres com uma base material, dada pelo controle da sexualidade e da extração do trabalho gratuito das mulheres”.⁵⁷ A luta contra o patriarcado justifica a existência do feminismo radical ou, o que dá no mesmo, este pretende construir uma cultura feminista – capaz de substituir a cultura patriarcal (masculina) – que abarque tudo e que obtenha definitivamente a submissão dos homens por parte das mulheres.

Em outras palavras: “Não se trata de ser tolerantes e de que nos acostumemos a que aquele ou aquela que nasceu em um corpo que não é o seu,⁵⁸ como agora se diz, mude de sexo mediante hormônios e cirurgia. Também não se trata de que os que nascem com uma inclinação para o mesmo sexo formem um casal e convivam como uma família a mais, gerando, adotando ou sem adotar. Não se trata de que nós nos adaptemos a um mundo onde, fora da família tradicional, coexistam outros tipos de família, como aqueles que citamos. Trata-se de mudar o mundo para libertar as mulheres. Para isso é necessário eliminar a natureza. E isso se consegue eliminando o casamento e a família tradicional. Isso se consegue fazendo lésbicas homossexuais e bissexuais desde o berço. O sexo é unicamente para o prazer. As relações sexuais devem ser polimorfos e livres. O aborto, livre também. Tudo vale neste novo mundo do gênero...”⁵⁹

⁵⁷ Fernández, Silvana, op. cit.

⁵⁸ Pergunto eu: Se esse corpo não é seu, então de quem é?... é muito importante saber para que seja devolvido ao seu legítimo dono...

⁵⁹ Del Amo, Magdalena, op. cit., pág. 259.

a.5. Breve síntese: A ideologia de *gênero* foi concebida pelo movimento feminista radical, cuja visão de mundo é a de que o homem teria dominado a mulher ao relegá-la à vida doméstica e privada, reservando para si a exclusividade da vida pública, profissional e política. Para se obter a igualdade dos sexos, não teria sido suficiente dar direitos políticos e civis às mulheres – primeiro e segundo feminismo –, mas seria necessário algo mais radical: disputar o poder político em igualdade de condições com os homens, para o qual a mulher deveria ser incorporada ao mundo do trabalho e à vida pública em igualdade absoluta com o homem. Ora, este objetivo não pode ser conseguido mágica ou instantaneamente. Implica numa luta contra o homem e, portanto, é necessário elaborar uma estratégia para ser aplicada adequadamente, um instrumento eficaz de luta. Esse instrumento é a ideologia de *gênero*.

Para entender o argumento, esta ideologia exige como pressuposto duas negações: 1) não existe natureza humana e 2) os aspectos biológicos do sexo não podem condicionar o ser humano. Sobre essas duas negações, estabelecem a primeira afirmação, que será o postulado básico sobre o qual toda a ideologia se apoiará. Este postulado afirma que o *gênero* seria o sexo socialmente construído. O que se quer dizer com essa frase enigmática? Várias coisas. Vamos por partes.

Em primeiro lugar, a sexualidade permearia toda a personalidade de cada ser humano⁶⁰ e, além disso, toda a realidade de todas as sociedades e culturas. Além disso, a sexualidade não teria nenhum condicionamento biológico; portanto, cada um gozaria de autonomia absoluta para determinar no que consistiria a feminilidade e a masculinidade e em escolher – com a mesma absoluta autonomia –

⁶⁰ É evidente que existe uma profunda unidade entre as dimensões física, psíquica e espiritual em cada ser humano. No entanto, o aspecto sexual não é o decisivo em nenhuma delas. Na ideologia de *gênero*, existe uma obsessão pelo sexo, que não é compatível com a real condição humana.

o que gostaria de ser agora e levá-lo à prática. O único condicionamento externo a essa escolha de *gênero* seria a percepção que o resto da sociedade tenha sobre isso. Dar-se-ia uma recíproca influência: nossa escolha influiria no todo social e, simultaneamente, a escolha majoritária da sociedade influiria nas escolhas individuais. Portanto, apenas através do *gênero* um novo ser humano poderia ser “construído”, diferente daquele que habitou este planeta até o momento, ainda que mantenham os corpos de mulher e de homem. Essa nova pessoa, por sua vez, é a que “construiria” uma nova sociedade, onde homens e mulheres dividiriam a vida pública e a vida privada em partes idênticas (de acordo com a versão moderada) ou os homens seriam submissos às mulheres (conforme a vertente radical do feminismo).

Ora, estamos até agora nos movendo em um terreno puramente abstrato e hipotético. Imaginemos que tudo isso fosse possível. Ainda assim existiria um longuíssimo caminho até que pudesse se transformar em realidade. Está faltando, por agora, a estratégia para alcançar o objetivo. Vamos vê-la elucidada no penúltimo capítulo.

Não obstante, antes de estudar a estratégia que está sendo utilizada para impor esta ideologia, é importante analisar detidamente as consequências teóricas dos postulados do gênero no interior do ser humano e na comunidade política.

CONSEQUÊNCIAS ANTROPOLÓGICAS E SOCIAIS DA IDEOLOGIA DE *GÊNERO*

Devo salientar que, neste capítulo, vou tratar das consequências antropológicas e sociais desta ideologia **exclusivamente do ponto de vista teórico**. Ou seja, o que farei será tirar as consequências teóricas dos postulados básicos do *gênero* que vimos no capítulo anterior. Dito de modo mais simples: quais seriam as consequências – necessárias e lógicas – para o indivíduo e para a comunidade humana se tais postulados fossem verdadeiros. Ainda que se trate, repito, de uma análise exclusivamente abstrata e teórica, uma vez elucidada em toda sua extensão, a ideologia de *gênero* será refutada no próximo capítulo.

a. Consequências antropológicas: Como o leitor pôde intuir, as consequências antropológicas são duas: em primeiro lugar, se o homem e a mulher são idênticos, não podem ser distinguidos, fora das diferenças biológicas. Por outro lado, ao não existir distinção real entre os sexos, toda forma de relação entre eles tem, então, idêntico valor antropológico. Vejamos:

a.1. Não mais haveria homem ou mulher; seríamos todos – na mesma medida – sexualmente polimorfos: Se fosse correto que todos nós somos capazes de construir nosso *gênero* de modo

absolutamente autônomo, essa realidade necessariamente implicaria que existe uma identidade total entre nós. Por consequência, já que qualquer mulher poderia *autoconstruir* um gênero idêntico ao *autoconstruído* por qualquer homem, as diferenças biológicas entre homens e mulher não ultrapassariam o plano físico. Seria falso, portanto, propor uma dicotomia entre os sexos. Já não haveria mais mulheres nem homens, posto que todos nós seríamos sexualmente polimorfos, isto é, todos os seres humanos teríamos igualmente a qualidade de construir nossa sexualidade de infinitas maneiras diferentes, tantas quantas nossa imaginação e nossa própria vontade sugerisse.

É-nos dito, com uma lógica brutalmente sincera, que “A fluidez de gênero é a habilidade de se transformar, livre e conscientemente, em um ou mais dentro de um número ilimitado de gêneros, durante qualquer período de tempo e com qualquer velocidade de mudança. A fluidez de gênero não reconhece fronteira nem regras de gênero”.⁶¹

Se isto fosse assim, já não haveria mais mulheres nem homens, todos nós seríamos andróginos sexualmente polimorfos. Mas não está claro que isto seja assim.

a.2. Todos os modos de relações sexuais teriam igual valor antropológico e social: Este é o corolário do postulado anterior. Não poderia ser de outra maneira. Com efeito, se fosse verdadeiro que todos nós temos a mesma capacidade de “*autoconstruir*” nosso próprio gênero de um modo absolutamente autônomo, ninguém poderia afirmar que algum modo de relação entre os sexos – ou, se se prefere, entre os gêneros – possa ser bom ou natural e outro mau ou antinatural; ou nem sequer que alguma dessas modalidades pudesse ser melhor que qualquer outra entre as possíveis.

a.2.a. Seria necessário admitir apenas um limite: não seria bom – nem lícito – forçar a liberdade individual em matéria sexual. Isto é,

⁶¹ Bornestein, Kate, op. cit., 52.

não se poderia restringir a liberdade sexual de ninguém, obrigando-o a ter relações não consentidas, não importando se estaria rejeitando o modo ou alguma das circunstâncias, como podem ser o tempo ou o lugar. Ao contrário, se as relações sexuais são consentidas, só pelo fato de serem praticadas com liberdade, são boas e, por isso, devem ser consideradas lícitas pela sociedade e pelas autoridades públicas.

Dito isto, por ora isto é uma simples dedução lógica, de acordo com um raciocínio impecavelmente correto, a partir do postulado básico do *gênero*. Em todo caso, antes de aceitá-la sem reservas, é conveniente deter-se por um momento para ponderar o que significa, na realidade tangível e cotidiana, concluir que todo tipo de relação entre os sexos – na medida em que seja consentida – é moralmente boa e que por isso, deveria ser considerada lícita do ponto de vista jurídico.

a.2.b. Para melhor esquematizar, farei uma breve lista daquilo que é considerado lícito e bom, de modo exatamente idêntico. Ou seja, que dá no mesmo qualquer um destes modos de relações sexuais:

- casamento indissolúvel entre um homem e uma mulher;
- casamento dissolúvel entre um homem e uma mulher;
- concubinato entre um homem e uma mulher;
- troca de casais sexuais a prazo fixo;
- troca de múltiplos casais sexuais que coincidem em tempo e lugar;
- poligamia;
- poliandria;
- prostituição feminina ou masculina;
- relações sexuais esporádicas entre um homem e uma mulher;
- relações sexuais esporádicas com pessoas do mesmo sexo;
- as uniões homossexuais;
- promiscuidade sexual com pessoas do outro sexo;
- promiscuidade sexual com pessoas do mesmo sexo;
- promiscuidade sexual com pessoas de ambos os sexos;

- relações sexuais entre um adulto e um menor do outro sexo;
- relações sexuais entre um adulto e um menor do mesmo sexo;
- orgias;
- onanismo;
- masturbação;
- masturbação a dois ou em grupo;
- danças eróticas;
- pornografia;
- exibicionismo;
- zoofilia (relações entre um ser humano e um animal);
- necrofilia (imitar alguma atividade sexual com um cadáver).

É possível que o leitor tenha sentido algum estremeamento ao ler algum dos itens da lista precedente. Em tal caso, lembro que a redução ao absurdo é um dos modos lógicos para demonstração da invalidade de uma proposição. Dito de outra maneira, se você acha que algum desses modos de vinculação sexual é objetivamente mau, indigno da condição humana ou francamente repugnante, significa que para você o *gênero* é falso.

Destaco que, para a ideologia de *gênero*, na medida em que todos estes tipos de atos sexuais sejam consentidos (e outros que qualquer um imagine), são identicamente bons do ponto de vista moral e deveriam ser igualmente lícitos do ponto de vista jurídico.⁶² Esta consideração nos introduz no próximo item deste capítulo: as consequências que a veracidade da ideologia de *gênero* teoricamente acarretaria à comunidade toda. Vamos lá.

b. Consequências sociais da ideologia de *gênero*:

b.1. Eliminação do casamento, porque toda união sexual te-

⁶² Prova disso é a enorme quantidade e diversidade de projetos legislativos de explícito conteúdo sexual, a quantidade de legisladores que os subscrevem e o empenho em aprová-los, mesmo em países com gravíssimos problemas estruturais e endêmicos, onde os legisladores deveriam se dedicar a outros assuntos.

ria o mesmo valor. Do postulado segundo o qual todo tipo de intercâmbio sexual é identicamente bom e, por isso, lícito (na medida em que se trate de relações consentidas), conclui-se necessariamente – em boa lógica – que nenhuma forma de comércio sexual pode se diferenciar das outras. Isto é, nenhuma pode ser privilegiada e, além disso, nenhuma pode ser desfavorecida em relação às demais. Obviamente, isso supõe uma nova visão do casamento. Ou, melhor dizendo, impõe-se a lógica de arrasá-lo a qualquer custo.

b.1.a. Com efeito, o casamento entre um homem e uma mulher, que formam uma comunidade de vida e de bens com a finalidade de procriar e educar os filhos, foi privilegiado entre as outras formas de união entre os sexos, em todos os tempos, em todas as culturas e em todas as áreas geográficas.

Foi bem observado, no campo sociológico, que “Existem em todas as culturas duas formas fundamentais de relações entre os sexos: as pré (e extra) matrimoniais, colocadas sob o signo do ocasional, e as que se orientam para a estabilidade e dão lugar a uma união projetada no tempo. O casamento marca, como regra, a passagem institucional de uma relação sexual, existente ou projetada, que tem caráter ocasional, a uma que tem, ao contrário, o caráter de duração no tempo. É este segundo grupo de relações que é colocado na área da família ... Em toda cultura ... existem formas de relação de convívios proibidas ... ou, pelos menos, toleradas; enquanto que existem outras permitidas, aprovadas ou mesmo estimuladas ou impostas”.⁶³

A razão dessa presença do casamento desde sempre e em toda cultura foi explicada, há mais de dois mil e trezentos anos, pelo pagão e pré-cristão Aristóteles, com sua habitual lucidez: “A amizade entre marido e mulher é reconhecidamente natural; o homem, de fato, é por sua natureza, mais inclinado a viver como casal do que a

⁶³ Campanini, Giorgio, “Realtà e problema della famiglia contemporanea”, Turim, 1989, págs. 12 e 13.

associar-se politicamente, na medida em que a família é algo anterior e mais necessário que o Estado; e, por este motivo, considera-se que, já nesta amizade, há utilidade ou prazer; e esta amizade pode se fundamentar na virtude, quando os esposos são pessoas para o bem: há uma virtude própria de cada um deles e eles experimentarão gozo. Para concluir, os filhos são estimados como um vínculo: por isto os cônjuges sem filhos se separam mais rapidamente. E os filhos, de fato, são um bem comum para ambos e isso que é comum une”.⁶⁴

b.1.b. Das citações precedentes surge uma realidade bastante evidente: como as opções são apenas duas (ainda que admitam modalidades entres elas), isto é, relações efêmeras ou com o propósito de perdurarem, a maioria dos seres humanos (mulheres e homens) continuará realizando a mesma opção que fez até o presente (aqui e na China): buscará relações perduráveis através do casamento. O motivo é simples: é experiência universal que as relações humanas efêmeras – as que não estão mediadas pela sexualidade também – só geram prazer momentâneo e insatisfação permanente; e ninguém deseja isso, a longo prazo, para sua vida. Portanto, se o objetivo político é transformar todas as modalidades de intercambio sexual em iguais, isso só pode acontecer destruindo o casamento. Com efeito, só podem “concorrer” entre si, em condições de igualdade, as relações efêmeras, já que, enquanto existir uma relação estável, só isso já constitui uma vantagem impossível de ser igualada – ou superada – por qualquer forma volúvel de relações sexuais.

b.1.c. No entanto, os cultores do *gênero* sabem que, se a questão for colocada como um enfrentamento direto contra o casamento e a família, não tem possibilidade alguma de ganhar aceitação social. Esta foi a proposta de feministas como Simone de Beauvoir e Betty Friedan que, nos anos 70 do século passado, eram atraentes para algumas mulheres universitárias. No entanto, fracassaram em nível

⁶⁴ Aristóteles, “Ética a Nicômaco”, VIII, 12, 1.162a.

social. Nem sequer a maioria das universitárias desses anos seguiu seus conselhos; a enorme maioria se casou e fundou uma família.

Sartre e de Beauvoir imaginaram um amor “necessário” entre eles, que não seria obstaculizado pelos amores “contingentes” de ambos com terceiras pessoas. No entanto, “as recíprocas infidelidades (claro que eles não consideravam assim) deixavam um rastro de amargura, sobretudo em Simone; tanto que, em muitos de seus personagens femininos, nos quais é reconhecível algum traço da autora ou algum episódio de sua vida, a infidelidade sofrida implica atitudes de autodestruição,⁶⁵ ou de tentativa de suicídio,⁶⁶ ou de agressividade extrema.⁶⁷

Não é de se estranhar, por isso, o que Sommers conta (como já vimos): em uma ocasião, Simone de Beauvoir disse a Betty Friedan: “Nenhuma mulher deveria estar autorizada a ficar em casa criando os filhos... As mulheres não deveriam ter essa opção justamente porque, se existir essa opção, muitas mulheres optarão por ela”.⁶⁸

b.1.d. O enfrentamento direto falhou. Portanto, as feministas de gênero mudaram de estratégia. Pretendem, agora, destruir o casamento – e, por caráter transitivo, a família –, redefinindo-o, ou seja, chamando de casamento, todos os tipos de uniões efêmeras. Em poucas palavras: se tudo é casamento, nada é casamento. No entanto, esta demolição das bodas não pode ser feita de um dia para o outro, só pode ser realizada de modo progressivo, já que são necessárias várias gerações para isso. Vejamos:

b.1.d.1. O primeiro passo dado neste sentido é cultural e historicamente anterior à ideologia que nos ocupa. Foi a introdução do

⁶⁵ Ver Monique, em “La femme rompue”.

⁶⁶ Ver Anne, em “Les mandarins”.

⁶⁷ Ver Françoise e Geneviève, em “L’invitée”. A citação completa corresponde ao trabalho de Scarinci de Delbosco, María Paola, “La fidelidad: fuerza del amor conyugal”, em AA.VV., “Doce años de divorcio en la Argentina”, Ed. Educa, Buenos Aires, 1999, pág. 143.

⁶⁸ Sommers, Christina Hoff, “Who Stole Feminism?”, Ed. Simon and Schuster, Nova York, 1994, pág. 256.

divórcio vincular, primeiramente através do Código Civil de Napoleão Bonaparte, em começos do século XIX, abolido com sua queda e reintroduzido na França, no final do mesmo século. Por volta de 1970, quase todos os países tinham introduzido legislações divorcistas. Depois desta data, foi incorporado pela Itália, Espanha, Argentina e pelo Chile. O efeito do divórcio vincular é que todo casamento se torna automaticamente dissolúvel.

As primeiras legislações admitiam a ruptura do vínculo matrimonial somente por um número limitado de causas, que deviam ser comprovadas cabalmente em um processo judicial. Enquanto isso se manteve assim, a porcentagem de divórcios foi baixa. A partir dos anos 60 do século passado – concomitantemente à chamada “revolução sexual” – o divórcio por consentimento mútuo dos cônjuges foi admitido e ainda por vontade unilateral – depois de certo tempo do término da convivência marital. Essas novas modalidades fizeram com que as taxas de divórcio disparassem dramaticamente. E isto foi um golpe muito forte contra a instituição matrimonial porque deixou os cônjuges juridicamente inermes diante da má fé ou infidelidade do outro.

As estatísticas a esse respeito são lapidares. No caso da Espanha, houve uma diminuição de casamentos paralelamente a um notável aumento do número de divórcios, como mostra esta tabela:

Ano	Casamentos	Divórcios/Separações
1990	220.533	67.061
2008	196.613	131.012

Isto significa que, no ano de 2008, foram produzidos 1,5 casamentos por cada ruptura matrimonial.

No caso dos divórcios vinculares, a Lei 15/2005, conhecida como lei do “*divórcio express*”, de 8 de julho de 2005, produziu um efeito catastrófico ao aprovar o divórcio vincular sem causa e por vontade

unilateral. Com efeito, até o ano de 2004 (anterior à entrada em vigência de tal lei), apenas 40% das rupturas matrimoniais eram por divórcio vincular e 60%, apenas separação de corpos e bens. Ao contrário, no ano de 2008, isto é, com apenas três anos de vigência da lei, somente 7% das rupturas foram por separação e 93%, por divórcio vincular. Concretamente, nesse brevíssimo lapso, os divórcios vinculares passaram de 50.974 (ano de 2004) a 121.923 (ano de 2008), com um aumento de 140% em apenas quatro anos.⁶⁹

b.1.d.2. O segundo passo, sim, tem relação direta com a ideologia de *gênero* e foi a regulamentação legal dos concubinatos (convivência de estilo marital, entre pessoas com habilitação nupcial) e as uniões de fato (convivência entre pessoas que carecem de aptidão legal para se casar), que os equipara total ou parcialmente ao casamento. É preciso destacar aqui dois aspectos: 1º) que aqueles que estão unidos dessa forma ou são pessoas que podem se casar e voluntariamente não quiseram fazê-lo (concubinos) ou, pelo contrário, não reúnem os requisitos para as núpcias; e 2º) apesar disso, as leis contra sua vontade ou suas possibilidades, de forma prepotente, os assimilam às uniões matrimoniais.

O viés ideológico destas leis é evidente: para que se casar – o que implica inversão de tempo e dinheiro – se fazê-lo não gera nenhum benefício patrimonial nem extrapatrimonial? E mais, muitos países têm subsídios para as mães solteiras ou cabeças de família; subsídios que não poderiam receber se contraírem casamento. Portanto, em alguns países pode ser economicamente mais conveniente não se casar. E este foi um segundo golpe para a instituição matrimonial. De fato, as estatísticas mostram um importante crescimento das uniões de fato, em detrimento das conjugais.

As estatísticas também confirmam empiricamente esta realidade. Por exemplo, na Europa dos 27, em que pese o aumento de po-

⁶⁹ Toda a informação foi recolhida do boletim nº 3 (julho-agosto de 2009) do Instituto de Política Familiar.

pulação, diminuiu notavelmente o número de casamentos, conforme se apreende do seguinte quadro:

Ano	População Total	Nº de casamentos contraidos nesse ano
1990	471.900.000	2.965.412
2007	497.200.000	2.389.379 ⁷⁰

Além disso, ainda que não se conte com dados confiáveis da quantidade de uniões de fato, existe um dado que indiretamente mostra seu notável incremento, que é a quantidade de filhos nascidos fora do casamento. Vejamos o seguinte quadro que marca a evolução na Europa dos 27:

Ano	Porcentagem de filhos extramatrimoniais sobre o total de nascidos
1980	8,8%
1984	12,6%
1990	18,1%
1995	22,1%
2000	27,3%
2006	33,9% (5.209.942 nascidos e 1.766.733 fora do casamento) ⁷¹

b.l.d.3 O passo seguinte não é outra coisa que a radicalização absoluta da etapa anterior. Se as uniões de fato são equiparadas ao casamento, então as convivências entre homossexuais deveriam também ter o mesmo estatuto que as uniões conjugais. E esta passagem se dá, por sua vez, em duas etapas: primeiro, negando a eles a faculdade de adotar filhos e, em seguida, outorgando-lhes. No caso espa-

⁷⁰ Informativo *Evolución de la Familia en Europa 2008*, do Instituto de Política Familiar de maio de 2.008.

⁷¹ Informativo *Evolución de la Familia en Europa 2008*, op. cit.

nhol, ambas as coisas se deram simultaneamente, isto é, a equiparação com o casamento e a faculdade de adotar filhos.

Denomino estas uniões de “homomônio”, já que cada realidade diferente deve ter um nome próprio. E é obvio que a união estável de uma mulher e um homem, que constituem uma comunidade de vida e de bens com a intenção de procriar e educar seus filhos (chamada matrimônio, do latim *matris munus*, ou seja, o ofício da mãe), é algo radicalmente diferente da convivência de dois homossexuais, que não podem nem querem procriar, motivo pelo qual jamais poderia ser um *matris munus*. É por isso que as denomino “homomônio”, de *homo munus*, ou seja, o ofício dos iguais; porque efetivamente os *gays* são iguais entre si e não podem contribuir entre si com nada que o outro já não possua.

Nesse caso, o dano ao casamento é essencialmente institucional. Em primeiro lugar, porque só estão reconhecidos em muito poucos países e a maioria deles, de baixa população: Dinamarca (1989), Noruega (1993), Suécia (1994), Islândia (1996), Finlândia (2001), Holanda (2002), Bélgica (2004), Canadá (2005) e Espanha (2005). E apenas Suécia, Holanda, Canadá, Bélgica e Espanha admitem as adoções. Devo destacar que, até o ano de 1989, em nenhum país, tribo ou cultura do mundo, tinha se admitido a regulamentação legal dos “homomônios”.

Por outro lado, a tendência para sua legalização não é uniforme. Honduras, Lituânia e Letônia modificaram suas Constituições Políticas no ano de 2005 para estabelecer que o casamento só pode ser contraído por um homem e uma mulher. Judicialmente, os mais altos Tribunais da Costa Rica e da França declararam a validade das leis que prescrevem a dualidade de sexos para todo casamento.⁷² Em 1º de março de 2010, entrou em vigor na Lituânia a “Lei sobre a

⁷² Resolução n° 2006007262, de 23 de maio de 2006, da Sala Constitucional da Corte Suprema da Costa Rica e sentença da Corte de Cassação da França, de 13 de março de 2007, nos autos “M.M.X. e Y. s/recurso”.

proteção dos menores contra os efeitos prejudiciais da informação pública”, que proíbe em lugares públicos acessíveis a menores a informação “que denigra os valores familiares” ou que “fomente um conceito de casamento e família diferente daquele estipulado na Constituição ... e no Código Civil da República da Lituânia”. Também em inícios de 2010, o governo russo negou a personalidade jurídica a uma associação, cuja meta era implantar o casamento *gay* no país. A Administração baseou a negativa em que “a associação não pode ser registrada devido a contradizer a lei de organizações não governamentais e as previsões do Código de Família, que define o casamento como a união de um homem com uma mulher”.

Além disso, mesmo nesses pouquíssimos Estados, os “homomônios” são numericamente quase inexistentes. Por exemplo, o total na Espanha, depois de quatro anos de sua legalização, subiu para 13.116,⁷³ o que implica uma média de pouco mais de 3.000 ao ano. Diante disso, o número total de casamentos contraídos em dito país, durante o ano de 2008, foi de 196.613.⁷⁴

Por múltiplos fatores, os “homomônios” são quase inexistentes. A razão fundamental é que entre iguais pode haver amizade, sociedade, equipe de trabalho etc. De modo contrário, não parece possível estabelecer uma verdadeira “comunidade de vida” pois, ao contribuir ambos com o mesmo (duas masculinidades ou feminilidades, além das limitações que a homossexualidade implica), não existe um projeto que possa prolongar-se no tempo, superando o tédio. E isso é assim porque aqui não existe esposo (ou esposa), nem pai, nem mãe, nem filho, nem filha, nem irmão, nem irmã, que são todas relações com vínculos e amores diferenciados, que permitem a sobrevivência de uma real comunidade vital. Em poucas palavras: dois egoísmos são incapazes de criar

⁷³ Jornal *Las Provincias*, de 28 junho de 2009.

⁷⁴ Boletim n° 3 (Julho - Agosto 2.009) do Instituto de Política Familiar.

um consórcio para toda vida, segundo a imortal definição de casamento elaborada por Modestino.⁷⁵

b.1.e. Outros golpes foram dados ao casamento ao debilitar – e mesmo eliminar em certos assuntos – sua autoridade relacionada à educação dos filhos. Aqui também o processo foi vivido em etapas sucessivas, cada vez mais radicalizadas. E, além disso, a ideologia de *gênero* esteve presente nestas mudanças. Não posso me deter muito nesta questão por ser incidental ao objeto do livro. Não obstante, devo dizer algumas palavras a respeito.

Os costumes atribuíram a autoridade na família ao esposo e pai. Em relação a este assunto controvertido, remeto-me ao que direi no seguinte capítulo. Uma vez moderado pelo cristianismo o rigor do pátrio poder romano, no Ocidente, viveu-se durante muitos séculos, com total naturalidade e sem maiores sobressaltos, o que as leis outorgaram ao marido: o pátrio poder*. Isso nunca foi em demérito da autoridade materna nem da compartilhada entre os cônjuges – a habitual. Simplesmente as leis tinham que determinar quem teria a última palavra em caso de discordância entre os esposos. E as leis se inclinaram pelo homem por razões culturais, derivadas de uma determinada compreensão da antropologia humana.

Pois bem, como o *gênero* concebe mulheres e homens como idênticos, o fato de as leis outorgarem o pátrio poder ao homem implica *androginia*, submissão da mulher ao *patriarcado*, uma *discriminação* contra a mulher e outros *slogans* de cunho ideológico. Aqui também a demolição foi dada – historicamente – em três etapas sucessivas. Vejamos:

b.1.e.1. A primeira reivindicação de *gênero* foi o pátrio poder “compartilhado”. O discurso para fundamentá-lo foi muito atraente, quase poético: Por acaso a mãe e o pai não devem se ocupar efetiva-

⁷⁵ *Matrimonium est conjunctio maris et foeminae, consortium omnis vitae, humani et divini iuris communicatio, Digesto, 23, 2, 1.* Obviamente, dois egoísmos de ambos os sexos tampouco podem formar um consórcio para toda vida.

* No Brasil, a expressão *pátrio poder* é substituída, comumente, por *poder familiar* (N.T.)

mente e em igualdade da educação dos filhos comuns? As mães querem ter direito a criar e orientar seus filhos; por que razão esse direito deve ser exclusivamente do pai? Não queremos eliminar a autoridade dos maridos, apenas queremos compartilhá-la com eles... Sem dúvida, todas elas considerações muito certas e atinadas. A questão é que não é esse o problema. Explico-me:

Em toda boa família, as decisões são tomadas pelos esposos de comum acordo, mesmo perguntando a opinião dos filhos, em alguns assuntos, à medida que estes vão amadurecendo. O problema é que é quase impossível que não exista – nunca, jamais – nenhuma discordância entre eles. A lei, então, simplesmente determina quem exerce o pátrio poder para que seja essa pessoa que tome a decisão nos infrequentes casos de discordância irreduzível de opiniões entre os progenitores.

Lamentavelmente, a experiência prática e concreta não foi boa nesse assunto, especialmente nos casamentos que estão passando por uma crise e, pior ainda, entre aqueles que estão separados de fato. Como para qualquer decisão de certa importância (escolha do colégio, autorização para viajar etc.) é necessária a assinatura dos dois progenitores, o exercício compartilhado do pátrio poder se transforma em uma arma de arremesso, atirada alternadamente pelos cônjuges em desavença. Saliento que a arma arremessada são, desgraçadamente, seus próprios filhos.

Ao ser estabelecido legalmente que o exercício do pátrio poder seja sempre compartilhado, em caso de conflito insolúvel, deixou-se a decisão última nas mãos do juiz de família. E isso é desastroso porque quem toma algumas decisões importantes é um estranho à família: o lugar de residência ou de férias familiares, o colégio das crianças etc.. Com o agravante de que quem tem a palavra decisiva é um desconhecido para os filhos. E esse desconhecido manda mais que seus pais – pelo menos em algumas circunstâncias. Portanto, os filhos percebem que, afinal, não existe nenhuma autoridade nessa família: ao menos nenhuma pessoa concreta que a encarne.

O documento final da Conferencia de Pequim expressa isso mesmo, com clareza, ao pedir aos governos que “mudem de atitude e reforcem a divisão do trabalho baseada no *gênero* a fim de promover que o conceito de responsabilidade compartilhada pela família substitua o de ‘trabalho doméstico’, especialmente em relação ao cuidado das crianças e dos idosos”.⁷⁶

Fruto do pátrio poder “compartilhado”, nos EUA, um filho pode processar seus pais porque não podem lhe dar um quarto individual ou não lhe deixam ter uma televisão pessoal em seu quarto. Nesses casos, os juízes tiram o pátrio poder dos pais e enviam o filho a um lar infantil estatal, com dormitório individual com TV incluída.

b.1.e.2. O segundo passo é ainda mais radical: a eliminação total do pátrio poder em matéria sexual. Também aqui existem matizes nas diversas legislações nacionais, mas avança-se progressivamente para dois objetivos: 1^º) que o Estado ofereça a “educação sexual” desde a escola inicial até o último ciclo do ensino médio. O Estado fixa os programas, a bibliografia e a “capacitação” dos professores credenciados para dar as aulas. Hoje em dia se exige que, além de ter uma matéria específica sobre sexualidade, a ideologia de *gênero* se transforme em um conteúdo transversal, isto é, que esteja presente em todas as matérias de todos os ciclos do ensino.

2^º) O segundo objetivo é a concessão dos *direitos sexuais e reprodutivos* dos “meninos, meninas e adolescentes”, com o pretenso fim de salvaguardar a *saúde sexual e reprodutiva* – reporto-me, nesse assunto, ao que direi no capítulo VI. Ou seja, dito sem eufemismos: o oferecimento gratuito, desde a puberdade, de todos os elementos contraceptivos. Além disso, nos países que legalizaram o aborto, tende-se a considerá-lo também um “direito” de toda mulher grávida – seja qual for sua idade; e, portanto, fazem-lhes abortos gratuitos, sem sequer dar o fato a conhecimento dos pais e muito menos solicitar seu consentimento para isso.

⁷⁶ Parágrafo 181 (d) de Plano Mundial de Ação da Conferencia de Pequim.

Saliento que todas as legislações proíbem o pessoal da saúde de distribuir a menores de idade remédios, tratamentos e, com maior razão, cirurgias sem o prévio consentimento daqueles que exercem o pátrio poder sobre eles (exceto, é claro, os casos de perigo de morte ou graves sequelas se a terapia demorar). Todas estas normas tutelares dos adolescentes – que respeitam o pátrio poder dos pais – são eliminadas sistematicamente em matéria sexual. São programas dos poderes executivos, ditados por parlamentares e escusados por uma justiça corrupta – ao menos moral e intelectualmente.

b.1.e.3. O terceiro passo é também fruto da ideologia analisada: a “*família democrática*”, da qual deriva a “*parentalidade*” substituindo o pátrio poder. Explico-me: se nós, homens e mulheres, somos exatamente a mesma coisa, se a autoridade familiar reside, em última instância, em um juiz, que é um terceiro alheio ao núcleo familiar, e se, finalmente, a educação moral dos filhos é entregue ao Estado, nessas condições, deixa de ter sentido a própria autoridade na família. Pois já não existe, propriamente falando, autoridade na família. Obviamente, uma das formas de abolir a família é eliminar definitivamente a autoridade nela. E como se consegue isso? “Construindo” a “*família democrática*”, isto é, aquele “*tipo*” de família onde todos seus membros opinam e decidem igualmente ou, o que dá no mesmo, onde todos exercem igualmente a autoridade.

No entanto, se todos têm exatamente o mesmo poder, o que deixou de existir é a autoridade e, com ela, também morre essa família. Tudo isso pela simples razão de que cada qual resolverá o que lhe diga respeito, ao seu bel prazer e, paralelamente, ignorará o que for da competência do resto da família. Cada um armará seu próprio espaço vital e todos viverão justapostos sob um mesmo teto. Já não existirá uma comunidade. O domicílio terá deixado de ser um lar para se transformar em algo muito parecido a um hotel. Nessas vidas “paralelas”, eventualmente quem tenha a força exercerá o poder ao seu arbítrio. Por exemplo, a criança pode não querer comer pizza

mas, como não tem dinheiro para comprar alimentos, suas opções reais serão: a) comer pizza ou b) passar fome...

É claro que estas afirmações devem ser convenientemente matizadas. É evidente que a involução que transcorre entre ser uma família – com suas luzes e sombras – até se transformar na mera convivência de ser incomunicáveis requer tempo – anos. Além disso, admite diversas graduações. Finalmente, muitíssimas famílias aceitam a autoridade em seu seio, que os progenitores exercem com total naturalidade; e, portanto, não deixam de ser uma família – também com luzes e sombras.

Saliento que, nas sociedades onde foi provocado um número significativo de lares destruídos (o que costuma coincidir, não por acaso, com os países opulentos ou com setores sociais luxuosos, dentro de comunidades empobrecidas...), os problemas sociais se multiplicam. Basta refletir brevemente sobre algumas das cifras das páginas precedentes. Por exemplo, dizer que, no ano de 2008, na Espanha, houve 131.012 rupturas matrimoniais significa que meio milhão de espanhóis – apenas nesse ano – perdeu sua família. Nesse contexto, quem se encarrega, por exemplo, da criação e educação dos filhos? Um dos progenitores, a avó, um tio... cada caso (e não devemos esquecer que, aqui, um caso são várias pessoas) tem um resposta própria.

Decorre daí que, com uma nova união, os problemas se potencializam e isso se não surgir uma terceira pessoa, pois aí as crianças talvez sejam criadas por aqueles que não são seu pai, nem sua mãe, nem parente consanguíneo algum, apesar de que seu pais estejam vivos. Se a essas pessoas somamos todas as que vivem em famílias “democráticas”, sem vínculos de amor entre si, a desordem social é muito grave. E está a olhos vistos. Como resposta a esta situação, os “engenheiros sociais” inventaram o termo – e o conceito – de “*parentalidade*”, em suposta substituição da paternidade e da maternidade.

A “parentalidade” é o exercício de algumas ou todas as funções sociais da família, independentemente dos laços de parentesco por

consanguinidade, afinidade ou adoção. Em poucas palavras: o importante seria suprir, por exemplo, a função de alimentar o bebê. Dá no mesmo que seja a mãe, o pai, uma ama de leite, a vizinha da frente ou uma assistente social com pós-graduação em alimentação de bebês...

De forma semelhante, a educação dos filhos limita-se a cumprir a função de sua alfabetização e mínima socialização – coisas que a escola pode realizar, com uma sobrecarga de tarefas para os docentes. As necessidades afetivas são supridas com a função estatal de prover preservativos, treinar em seu uso correto e asséptico, e fomentar a promiscuidade sexual desde o início da puberdade. E assim com todo o resto.

A então Presidente da Islândia, Vigdis Finnbogadóttir, firme defensora do feminismo de *gênero*, afirmou em um discurso pronunciado no Conselho Europeu que, “entre as estratégias, podem ser mencionadas a generalização da licença-maternidade compartilhada entre o pai e a mãe, maior disponibilidade de centros de amparo infantil, de amparo aos idosos e estimular a participação dos homens nos afazeres domésticos”.⁷⁷ Claro está que estes não são mais que débeis paliativos. Nós, seres humanos, temos necessidade, para o nosso equilíbrio afetivo, de poder dar e receber amor gratuito, isto é, sem esperar nada em troca; pelo simples e puro ato de liberdade, que consiste em amar unicamente porque quero amar. E isto só acontece nas famílias “normais”. *A contrario sensu*, onde isso não acontece é porque estamos fora do âmbito familiar ou, em caso contrário, porque se trata de famílias “anormais”.⁷⁸

b.2. Eliminação da família, porque qualquer união sexual

⁷⁷ Discurso publicado no Informativo do Conselho Europeu “Equality or Democracy: Utopia or Challenge? Reports from Discusión Groups”, Estrasburgo, 9 a 11 de fevereiro de 1995, pág. 38,

⁷⁸ Utilizo aqui o binômio “normal/anormal” como adequado à realidade antropológica humana, à margem de que estes casos sejam estatisticamente majoritários ou minoritários, questão marginal e variável conforme as culturas e os tempos históricos. Não existe intenção pejorativa nestes adjetivos.

origina um novo “tipo de família”: Quero, em primeiro lugar, salienta algo fundamental: “a fortaleza da família não reside nas funções que cumpre na sociedade; reside em seu valor antropológico intrínseco, como experiência de liberdade e de comunidade”.⁷⁹ Este é precisamente o motivo pelo qual todo sistema totalitário tem a destruição da família como um dos seus objetivos prioritários.⁸⁰ Não porque despreze as funções da família na sociedade, mas porque é uma comunidade de amor (onde a entrega mútua gratuita é a regra do jogo não escrita, mas sempre vigente) e, por isso, é uma verdadeira escola de liberdade. E o totalitarismo é tão incompatível com a liberdade como com a solidariedade.

É fácil perceber, intuitivamente, que a forma de união entre os sexos mais adequada para constituir uma comunidade de amor entre esposos, pais, filhos e irmãos é o casamento indissolúvel de um homem com uma mulher. Em relação a isso, as estatísticas são lapidares. Um trabalho de pesquisa de campo da Fundação *Heritage* dos EUA chegou a diversas conclusões, das quais, a título de exemplo, escolho as seguintes:

– A taxa de criminalidade comparada aos casamentos intactos – aqueles onde os filhos convivem com seus dois progenitores – é 4, 8 vezes maior, quando os pais estão separados; 12,4 vezes maior, no caso de divórcio e 22 vezes maior, em caso de convivência com um só progenitor nunca casado;

– A taxa de abusos de menores comparada aos casamentos intactos é 6 vezes maior com a mãe casada convivendo com o padrasto; 14 vezes maior na mãe solteira; 20 vezes maior, em casos de convivência com seus pais biológicos unidos em concubinato, e 40 vezes

⁷⁹ Morandini, Paolo, “Persona, matrimonio y familia”, Ed. Universidad de Chile, Santiago do Chile, 1994, pág. 23.

⁸⁰ Neste sentido, é paradigmática a decisão de Lênin de abolir o casamento em inícios da Rússia marxista. Decisão que foi revertida poucos anos depois, frente aos 20.000.000 de crianças abandonadas que perambulavam pelas ruas.

maior, em caso de mãe biológica convivendo com quem não é pai biológico.⁸¹

Estas estatísticas mostram algo muito relevante: que toda forma de união dos sexos diferente do matrimônio de “um com uma, para sempre” não é capaz sequer de cumprir os papéis conjugais mais elementares: a criação e mínima socialização dos filhos. É por isso que ditas maneiras de trato sexual, no melhor dos casos, são apenas sucedâneos do casamento.

b.2.a. Já vimos que a pretensão de chamar qualquer tipo de união sexual de “casamento” provoca os seguintes efeitos: 1^ª) o total desamparo jurídico do vínculo matrimonial, que fica à mercê da boa (ou má) vontade dos contraentes; 2^ª) a confusão mental nas novas gerações, às quais são ensinadas que todas elas têm o mesmo valor pessoal e social; e 3^ª) finalmente, tudo isso desemboca na drástica diminuição do número de verdadeiras uniões conjugais e o conseqüente aumento exponencial dos diversos sucedâneos matrimoniais.

Prosseguindo com uma simples lógica: se chamamos de casamento toda modalidade de convivência onde exista trato sexual, então deveríamos necessariamente chamar de família cada uma das comunidades assim originadas. Portanto, existiriam tantos “tipos de família” quantos são os “tipos de casamento”.

b.2.b. A problemática dos diversos “tipos de família” excede largamente este livro. Não obstante, farei uma breve classificação dos principais tipos de **sucedâneos familiares**, cujo interesse é circunscrito ao estreito marco da sociologia. São meras classificações de situações de fato, que se dão na sociedade contemporânea. Em geral, sua utilidade prática não supera o nível de uma mera sutileza descritiva. Esclareço que, no contexto da ideologia de *gênero*, o subs-

⁸¹ Fagan, Patrick F. y Rector, Robert, “Políticas Públicas e Família. Conseqüências de divórcio nos Estados Unidos”, Universidade *Finis Terrae*, Santiago de Chile, 2000, págs. 18 a 22. Para mais informação, recomendo a leitura do trabalho na íntegra.

tantivo “família” é anteposto a cada arremedo de família e que substituirei por “sucedâneo familiar” que é, ao meu juízo, mais correto:

– Concubinato: união consensual entre duas pessoas com habilitação nupcial. No caso de uniões de fato, um ou ambos os integrantes do casal têm algum impedimento matrimonial. Em ambos os casos, a decisão é não contrair nenhum vínculo jurídico nem social para permitir uma ruptura da convivência menos traumática. Não existe vocação de permanência, razão pela qual não se pode sequer pensar em uma família.

– Sucedâneo familiar monoparental: abarca situações muito diversas, tais como a viúva ou o viúvo com filhos (que são verdadeiras famílias, ainda que incompletas); concubino supérstite com filhos; a mulher solteira, que cria sozinha seus filhos; lésbica inseminada para ser mãe homossexual ou lésbica que adota.

– Sucedâneo familiar mesclado: aquele em que “ao menos um membro do novo casal teve filhos de uma união prévia ou, então, uma família formada por um marido com seus filhos de um casamento anterior, uma mulher e seus filhos de um casamento anterior e filhos menores nascidos da presente união”.⁸²

– Sucedâneo familiar de segundos casamentos: é uma união “mesclada ou reconstruída, ou uma família ampliada que está formada pelo casamento ou pela convivência de dois adultos – um ou ambos viúvos ou divorciados – com custódia sobre filhos que os visitam”.⁸³

– Sucedâneo familiar reconstituído: aquele “no qual os esposos têm a custódia de seus filhos de casamentos prévios”.⁸⁴

– Sucedâneo familiar reconstruído: 1)... os filhos vivem com um

⁸² er, S.R., L’Abate, L.L., Weeks, G.R. y Buchanan, W.L., “The Dictionary of Family Psychology and Family Therapy”, Sage Publications, (Newbury Park-London-New Delhi, 1.993, pág. 36, denominada pelos autores “família mesclada”.

⁸³ Sauber, S.R. et alt, op. cit, pág. 334, denominado pelos autores “família de segundos casamentos”.

⁸⁴ Sauber, S.R. et alt., op. cit., pág. 328, denominado pelos autores “família reconstituída”.

progenitor novamente casado e com um progenitor não biológico; 2) ...os filhos de um casamento prévio visitam seus progenitores que voltaram a se casar e o progenitor não biológico; 3)...o casal não está casado e os filhos de um casamento prévio ou vivem com o casal, ou o visitam”.⁸⁵

– Antifamília homossexual: são as convivências de lésbicas e homossexuais (com ou sem adoção de filhos). Justifico o substantivo utilizado dizendo: “É evidente que em toda convivência homossexual não existe nem pai, nem mãe, nem filhos, nem esposa, nem esposo. Assim, obviamente, se houvesse amor, este não seria nem esponsal, nem materno, nem paterno, nem filial, nem fraterno. A única semelhança com o casamento é que aí também existe uma cama de casal (ainda que utilizada de modo substancialmente diferente em ambos os casos). Alguém achará razoável ancorar os casamentos e as famílias somente nas camas de casal?”⁸⁶

Depois desta caracterização sociológica um tanto negativa, destaco algo essencial. Por trás destas frias tipologias, existem seres humanos. Cada um com suas virtudes e defeitos, suas luzes e sombras, suas próprias histórias. Estas descrições não significam emitir juízo sobre nenhuma pessoa. Existem problemas que não têm solução, apenas paliativos. Muitas pessoas (homens e mulheres) diante de uma desgraça familiar já consumada – quaisquer que sejam os motivos –, estão tentando reconstruir sobre as ruínas, fazer todo o bem que lhes seja possível, ainda quando tenham a convicção de que certos danos são irreparáveis – porque o são. E ainda mais, tenho bons amigos que se incluem em alguma destas tipologias e para eles só tenho palavras de alento. Volto a frisar que, como não sou ninguém para fazê-lo, não estou julgando as pessoas, mas apenas certos fatos relevantes para este estudo.

b.2.c. Ora, as feministas de *gênero* querem muito mais. Não se

⁸⁵ Sauber, S.R. et alt., op. cit., pág. 379, denominado pelos autores “família reconstruída”.

⁸⁶ Scala, Jorge “Homomonio y discriminación”, artigo publicado na Revista Jurídica *El Derecho*, Ano XLVII, n° 12.393, de 1.12.09, Buenos Aires, pág. 24.

conformam com as descrições sociológicas sucintamente descritas. Querem mais. Sendo coerentes com sua ideologia, reivindicam uma autonomia absoluta para “construir” qualquer “tipo de família” que ocorra à sua imaginação ou capricho.

Assim sendo, uma delas diz, referindo-se às feministas jovens: “... queriam liberdade para projetar sua família atual e futura de mil formas diferentes e sem sanções: amar mulheres ou homens, ter sexo com uma ou mais pessoas ao mesmo tempo, viver com ou sem crianças, participar na criação das crianças sem participar necessariamente na reprodução. Somente quando pudessem inventar famílias de todo tipo – sem medo do ridículo ou da autocensura – as mulheres poderiam esperar conseguir uma verdadeira individualidade, em vez de serem classificadas como membros cativos de uma classe de sexo ou *gênero*”.⁸⁷

Ora, tal como já vimos ao tratar das uniões conjugais, se tudo é família, família é qualquer coisa ou, o que dá no mesmo, não é nada.

b.3. Eliminação da sociedade, por destruição de sua célula básica: É um fato histórico comprovado que, até o momento, em todas as culturas de todos os tempos (mesmo as tribais), a sociedade humana se baseou na existência de famílias, constituídas pelos casamentos – heterossexuais e com vocação de permanência – e seus filhos. Isto foi e é assim. Ora, isto não implica que, do ponto de vista teórico, seja impossível que – para o futuro – a sociedade humana não pudesse ter um fundamento diferente. Deve-se pelo menos aceitá-lo como uma hipótese de trabalho. Sob tal pressuposto, não se poderia sustentar que a sociedade humana deixaria de existir automaticamente se o casamento e a família deixassem de estar generalizados. Hipoteticamente, a sociedade humana poderia sofrer mutação e continuar sua existência, ainda que de um modo indubitavelmente diferente.

No entanto, isto só poderia ser possível se a família se reduzisse

⁸⁷ Herman, Ellen, “Still Married after All These Years”, em “Sojourner: The Women’s Forum”, setembro de 1990, pág. 14.

ao cumprimento de algumas funções simples, tais como: cuidado e alimentação das crianças, um teto para se defender das inclemências do tempo, compartilhar uma amizade que torne a vida mais tolerável, um espaço para a privacidade da satisfação das pulsões sexuais etc.. Evidentemente, se a família fosse “apenas” isso, seria possível encontrar outras formas de obter os mesmos “serviços” prescindindo dela. O problema é que “isso” são funções que a família cumpre, mas que são marginais em relações às funções essenciais; e nestas, parece ser insubstituível. Vejamos.

Com efeito, apenas na família⁸⁸ somos amados e aceitos pelo simples fato de que sou fulano de tal, independente de minhas qualidades ou posses. Em qualquer outro lugar da sociedade, sou aceito – se é que o fazem – pelo que tenho e não pelo que sou. E todos nós temos uma necessidade antropológica de nos sentirmos queridos por sermos quem somos. E mais ainda, quem não sente isso, apresenta grandes perturbações afetivas e desequilíbrios psicológicos profundos. Além disso, todos nós precisamos que ao menos alguém nos ame incondicionalmente, ou seja, também quando erramos, agimos com maldade, fazemos mal a terceiros, fracassamos, temos medo, sofremos dor física ou moral etc.. E isso também só acontece na família. E como é experiência universal que tudo isso não pode ser conseguido fora da família – salvo raríssimas exceções –, é evidente, então, que a família é insubstituível. A razão parece óbvia: a família não é uma invenção humana, mas uma instituição exigida pela própria natureza⁸⁹ porque responde adequadamente à íntima antropologia do ser humano.

Nesta ordem de ideias e no que tange ao aspecto comunitário, é

⁸⁸ E também na Igreja, que é algo assim como a família que Deus compartilha com os homens.

⁸⁹ Esta referência à natureza exclui a visão darwinista, segundo a qual o ser humano seria um animal mais evoluído que os outros. Se esta hipótese era cientificamente inverificável nos tempos de Darwin, hoje com os estudos genéticos é ridícula. Se a espécie humana é a espécie superior do cosmos, e somos incapazes de decifrá-lo, é evidente que existe uma Inteligência Superior (à qual chamamos Deus), que criou o cosmos – incluindo o ser humano – e deu-lhe as leis que o governam – também ao *homo sapiens*.

necessário compreender o sentido profundo da célebre frase aristotélica, segundo a qual “a família é a célula básica da sociedade”. As reflexões de Paolo Morandini nos ajudam ao explicar que a família é célula, não como o seria uma parte em relação ao todo, mas de um modo muito mais decisivo. A família é o lugar onde reside a memória histórica, isto é, uma espécie de código genético da vida humana verdadeiramente livre.⁹⁰ Destruindo a família como instituição, provoca-se uma ruptura com a própria cultura. Com isso, esse povo fica despojado de sua identidade e fica obrigado a imitar ou adotar a cultura de outra comunidade. Perde, assim, primeiramente, sua liberdade e, finalmente, sua própria existência ao ser absorvido por outro povo. E este é um problema insolúvel... O mundo greco-romano desapareceu depois que suas famílias perderam vigor até ficarem exânimes; e foi substituído pelo mundo bárbaro, que trouxe suas famílias e, por conseguinte, sua própria cultura. Não fosse pelos monges copistas dos inícios do medievo, da antiguidade clássica teriam ficado para a posteridade apenas alguns poucos monumentos em ruína e nada mais.

Em suma, a pretensão de substituir a família baseada no casamento heterossexual e indissolúvel como elemento fundante da sociedade historicamente já fracassou e voltará a falhar porque essa família é o húmus antropológico adequado para o desenvolvimento da personalidade de cada ser humano; e, além disso, porque também é o húmus comunitário adequado para a transmissão da cultura. Se a família for substituída, a sociedade será incapaz de subsistir a isso.

b.4. A violência de gênero: Sem dúvida, este é um assunto em certo sentido marginal. Trago-o à baila para mostrar como a expansão desta ideologia redundará num aumento exponencial da violência social. Escolhi este assunto, além disso, por seu caráter emblemático. É assim porque a erradicação da “violência de gênero” – que, por definição ideológica, é sempre sofrida pela mulher –

⁹⁰ Morandini, Paolo, op. cit., pág. 28.

é utilizada como uma das estratégias para impor os “*direitos sexuais e reprodutivos*” – incluído o aborto. Com efeito:

b.4.a. Os organismos internacionais consideram que sofre violência toda mulher à qual se restringe o exercício pleno (isto é, a seu gosto) dos “*direitos sexuais e reprodutivos*”. Este enfoque ideológico leva à negação da existência da violência exercida pela mulher. De fato, em muitos casos, a mulher é vítima de violência tanto quanto em outros é vitimária; porque para isto, basta ter algum tipo de poder e exercê-lo abusivamente. Existem mulheres que violentam seus filhos – chegando até a matá-los antes ou depois de nascer – ou seus parceiros, homem ou lésbica.

A manipulação consiste em que: ou a) apenas é violência a que é exercida contra a mulher (adulta e não lésbica); ou b) apenas é injusta a violência contra a mulher (adulta e não lésbica). Para esta visão ideologizada, a violência contra o homem, contra os filhos – seja de que sexo for – e contra uma lésbica efetuada por sua “parceira” simplesmente não existe. Estão “invisibilizadas”, se me for permitido usar um termo muito usado pelas feministas de *gênero*. Por isso, todas as campanhas de conscientização contra a violência “*doméstica*” ou “*de gênero*” se baseiam em incentivar as mulheres a denunciarem seus esposos ou concubinos. Além disso, em toda pesquisa sobre “*violência doméstica*”, perguntam apenas à mulher adulta se ela é vítima de violência.⁹¹ Os ministérios e secretarias da mulher têm este mesmo viés ideológico, ao mesmo tempo em que não existem os organismos de promoção da família. Por motivos culturais, os homens não costumam denunciar a violência exercida contra si – e muito menos se tiverem sido agredidos pela esposa – e se decidem fazer a denúncia, são burlados pela polícia, já que os efetivos policiais foram treinados como se a violência familiar se reduzisse – sempre – à violência contra a mulher. Existem delegacias da mulher,

⁹¹ Com relação a isso, é interessante destacar que existem na Europa, já há alguns anos, “associações para homens maltratados”.

mas não existem delegacias de violência doméstica. Vejamos, agora, certos fatos ocultados por motivos ideológicos:

b.4.b. O termo “*violência familiar*” é inaceitável: Remeto-me ao que foi dito e estatisticamente demonstrado neste capítulo. Ainda que existam casos de violência nas famílias baseadas no casamento heterossexual intacto, as cifras se multiplicam quando se trata de convivências não matrimoniais. Isto tem uma explicação óbvia: os casamentos implicam a contribuição comum do gênio feminino e masculino num único projeto vital. Nas outras relações de convivência, ao contrário, existem dois projetos vitais que, circunstancialmente, se encontram num momento e num lugar determinados. Por isso, a forma mais comum de tentar prolongar a convivência é o estabelecimento de uma relação de poder (e, portanto, de superioridade de um, correlativa à inferioridade do outro); e estas relações baseadas mais no temor que no amor facilmente degeneram em fatos violentos.

Por isso – por ser falsa –, a denominação “*violência familiar*” resulta inaceitável. Isso é verdade porque a violência existe predominantemente onde não existem famílias. Nesse sentido, é correta a locução ‘violência doméstica’, porque doméstico provém de *domus* que, em latim, significa “casa”. Essa expressão significa, portanto, a violência que é exercida dentro da casa como lugar físico, e não na família como instituição.

b.4.c. A violência contra o homem: Martín S. Fiebert, professor de Psicologia da Universidade da Califórnia, publicou, pela primeira vez em 1997, o chamado “informe Fiebert”. Tal trabalho foi atualizado no ano de 2001 e, depois, em 2005. O informe consiste em uma revisão dos 175 estudos publicados em revistas científicas homologadas, nos quais são examinadas as agressões das mulheres aos parceiros. Na bibliografia anotada, são incluídos 29 estudos entre casais não casados, 17 entre casamentos, 13 macroenquetes, 10 estudos com variável racial, 14 trabalhos que incluem outros estudos e metodologias. O total da bibliografia comentada implica uma

amostragem global de mais de 106 mil casos, o que determina a importância empírica de tal revisão. A conclusão do estudo é que as mulheres são tão agressivas ou mais que os homens em suas relações conjugais. A mulher exerce maior violência psicológica que o homem e, por sua vez, infringe mais violência física nos filhos do que a exercida sobre eles pelo homem.

b.4.d. A violência dentro dos casais de lésbicas: Os ativistas homossexuais afirmam que as duas coisas que mais custam a todo gay reconhecer publicamente são: 1^a) sua condição homossexual; 2^a) que sofre violência por parte de seu parceiro do mesmo sexo. Nesse sentido, existem diversas associações de pessoas com estilo de vida homossexual, que se ocupam desse tipo de violência. Na Argentina, a pioneira é “*Desalabrando*”*, cuja finalidade é a “prevenção, assistência e investigação de violência doméstica entre lésbicas”, conforme afirma em sua página da web. Podem também ser mencionadas as redes lésbicas “*De nosotras*” e “*Rompiendo El silencio*”, o “*New York City Gay and Lesbian Anti-Violence Project*” e a revista gay “*Advocate*”. Estas instituições fazem as seguintes afirmações significativas, entre outras:

– É um mito que as mulheres não podem ser violentas nem podem causar danos significativos;

– As relações de maus tratos em relações íntimas entre lésbicas são uma realidade muito mais frequente – e suas consequências muito mais terríveis – do que se supõe;

– Os ativistas homossexuais (sejam gays ou lésbicas) silenciam e ocultam propositalmente tudo o que se refere à violência no interior de tais agremiações. O motivo para isso é tático. Como sua pretensão é o reconhecimento social pleno de seu estilo de vida, divulgam a ideia mentirosa de que as relações homossexuais são positivas, até mesmo melhores que as heterossexuais. Se os níveis de violência em suas relações fossem reconhecidos, seria muito mais difí-

* Literalmente, “tirando as cercas”, no sentido de liberar, aliviar (N. T.).

cil lutar para equiparar suas uniões ao casamento e virtualmente impossível conseguir autorização para a adoção de filhos. Nesse contexto, a violência doméstica entre os casais do mesmo sexo passa a ser um assunto tabu.

b.5. Síntese do capítulo: Este é o momento de recordar algo que foi mencionado na introdução deste capítulo: nele fiz referência às consequências **teóricas** do que deveria acontecer, caso a humanidade fizesse sua a tese central da ideologia de *gênero*, ou seja, que cada um poderia “autoconstruir” sua própria sexualidade, sem condicionamento biológico nem qualquer outro limite. Se isso fosse aceito e vivido pela maioria dos seres humanos (o que não aconteceu nem tampouco acontece), **teoricamente**, então, tal fato teria as seguintes consequências:

- 1) já não existiria mais nem homem nem mulher;
- 2) todos os tipos de uniões entre os sexos teriam o mesmo valor antropológico e social;
- 3) eliminação do casamento e do pátrio poder;
- 4) eliminação da família; e finalmente,
- 5) eliminação da sociedade pela destruição de sua célula básica.

Por fim e tão somente para efeito de vislumbrar a espiral de violência à qual conduziria a maior aceitação social desta ideologia, desnudei os mitos da chamada “*violência de gênero*”. É desnecessário dizê-lo, mas quem não estiver de acordo com algumas destas consequências, tampouco poderá concordar com a ideologia de *gênero*.

REFUTAÇÃO CIENTÍFICA, PSICOLÓGICA E ANTROPOLÓGICA DA IDEOLOGIA DE *GÊNERO*

a. O gênero do ponto de vista científico: É necessário, uma vez esclarecida a ideologia de *gênero* em toda sua amplitude teórica, fazer a crítica da mesma. Ou seja, analisar, agora, se os postulados do *gênero* são verdadeiros ou falsos, segundo as ciências experimentais, a psicologia e a antropologia filosófica.

Esta tarefa se reveste de especial importância, pois existem aqueles que rejeitam as conclusões ideológicas do *gênero*, mas admitem certa validade (ainda que matizada) de alguns de seus postulados. Por esse motivo, utilizam a mesma terminologia, ainda que, talvez ingenuamente, pretendam lhe dar outro significado. Utilizam, às vezes, por exemplo, o vocábulo *gênero* como sinônimo de sexo. Isto é perigoso porque gera confusão entre as pessoas comuns. É evidente que não existe nesta terra o mal absoluto; portanto, qualquer corpo doutrinal contém, necessariamente, aspectos verdadeiros. Não pretendo negar as afirmações parcialmente corretas desta ideologia. Tento extraí-las completamente do corpo doutrinal ideológico, porque quem permanece nesse limite não pode subtrair-se do resto da ideologia. A partir desta perspectiva, é importante deixar de lado os vocábulos ideologizados, exceto para desmascará-los e colocando-os sempre em itálico ou entre aspas.

a.1. Algumas ferramentas intelectuais aptas para resolver a questão: Como o *gênero* propõe uma nova concepção de ser humano e de toda a sociedade, é necessário considerar certas ferramentas intelectuais: comecemos com o modo de conhecimento humano e a distinção entre essência e acidentes. Vejamos.

a.1.a. O conhecimento intelectual. Os graus de certeza: O racionalismo imperante, de cunho cartesiano, comete um erro metodológico inevitável ao afirmar que apenas o que seja matéria de demonstração racional é verdadeiro. Com efeito, se não se parte de alguns princípios indubitáveis, que não podem ter demonstração racional prévia, nenhum conhecimento pode, na realidade, ter fundamento válido. Por isso, o racionalismo derivou rapidamente para formas cada vez mais radicalizadas de idealismo, até chegar ao postulado hegeliano, segundo o qual, “tudo o que é racional é real” – slogan que vai de encontro à vida cotidiana de qualquer mortal. Hegel, no entanto, continuava garantindo a existência do objeto conhecido. Muitos pensadores da segunda metade do século XX, através de diversos argumentos retóricos ou sofisticados, fazem com que o sujeito “dê à luz” cada objeto ao pensá-lo – os construtivistas sociais entre eles. E como cada um de nós pensa o objeto de forma diferente, todos nós sofremos a confusão cultural agora reinante, pomposamente denominada de “multiculturalismo”... De onde se conclui que, pela via do racionalismo, não é possível captar a realidade.

a.1.a.1. O conhecimento intelectual. Suas regras: Do que foi dito, parece inevitável que o ser humano deva partir de alguns princípios válidos, ainda que racionalmente indemonstráveis, para depois chegar, através de raciocínios silogísticos corretos, às verdades antes não conhecidas ou, em todo caso, intuídas, mas sem a certeza que o conhecimento intelectual oferece. É natural que qualquer erro aceito nos princípios terá, como consequência inevitável, a invalidade de todo o corpo doutrinal formado a partir deles. Por isso, é necessário contrapor qualquer conclusão com a realidade, numa espécie de

“prova e erro”. Se não houver uma corroboração com a realidade, dever-se-á buscar o erro em algum dos princípios invocados ou, eventualmente, na estrutura do raciocínio⁹². Em definitivo, o problema principal é a eleição correta dos primeiros princípios do conhecimento humano.

Para isso existe algo que é decisivo. Trata-se da experiência que todo ser humano tem da evidência⁹³. Denomino evidente tudo aquilo que é manifestamente verdadeiro ao entendimento, sem necessidade alguma de demonstração. Mais que isso, o que é propriamente evidente é indemonstrável exatamente porque é um dos primeiros princípios do conhecimento humano. Existem coisas que são evidentes para qualquer pessoa, contanto que não tenha suas faculdades mentais alteradas; por exemplo, “o todo é maior que a parte”. Ora, isto que é evidente é, ao mesmo tempo, indemonstrável racionalmente. E isso nada tem de mal, ao contrário, porque a principal certeza no conhecimento não está em sua racionalidade, mas em que é evidente e, por conseguinte, isento de toda demonstração – evitando o perigo do erro que toda prova racional encerra.

Todo conhecimento racional deve, pois, partir de alguns princípios evidentes por si mesmos e indemonstráveis. São eles: 1^ª) o da não contradição – algo não pode ser e não ser ao mesmo tempo e em relação à mesma coisa – e 2^ª) o da identidade – toda coisa é idêntica a si mesma.

Os diferentes ramos da filosofia (pelo menos da que merece tal denominação) partem destes princípios. Através deles, são estudados os diferentes objetos de conhecimento, cotejando as conclusões novamente com a realidade. Este é o conhecimento humano mais

⁹² São muito importantes, nesta matéria, os estudos da lógica formal no que tange ao silogismo e suas falácias, matéria elaborada primeiramente por Aristóteles em sua *Lógica* e completada por alguns pensadores medievais.

⁹³ Não me refiro aqui, naturalmente, ao que se denomina “evidências” nos filmes de origem saxônica, que mostram julgamentos de criminosos. Eles chamam de “evidência” a tudo o que não é mais que um mero indício probatório.

seguro. Ora, a filosofia estuda o ente enquanto ente e não em suas múltiplas concretudes individuais – para isto existem as ciências empíricas. Vejamos.

a.1.a.2. O conhecimento empírico sobre seres inanimados, irracionais ou os aspectos não volitivos dos seres humanos. Seus limites: A inteligência é capaz de estudar todos os seres que existem no universo. Deve, para isso, adaptar seu método de conhecimento ao diferentes tipos de realidades existentes. Podemos dizer, sinteticamente, que existem dois grandes ramos do conhecimento dos seres individuais: a) aquele que se ocupa dos seres inanimados (que não podem se mover por si mesmos), os irracionais (aqueles que carecem de inteligência, vontade e, por conseguinte, de liberdade) e os aspectos dos seres livres onde a liberdade não atua (por exemplo, o funcionamento dos diferentes órgãos e tecidos que compõem o corpo humano: o coração bombeia queiramos ou não⁹⁴); e b) o que se ocupa dos seres humanos enquanto dotados de inteligência, vontade e liberdade responsável ou, se preferir, dos atos livres dos seres humanos.

Quanto ao modo de conhecer os seres inanimados ou irracionais (ou os aspectos involuntários do homem), o método que se denomina “científico” é apto para isso.⁹⁵ Em linhas gerais, este método pode ser assim descrito: procura dar uma explicação racional das causas de um determinado fenômeno. Para isso, é elaborada um hipótese, isto é, uma explicação racional das causas do mencionado fenôme-

⁹⁴ Certamente este último aspecto deve ser matizado, pois o ser humano é único e, portanto, existe uma interação entre a liberdade e os aspectos mecânicos de nosso corpo. Isto é, se é verdade que não podemos alterar as reações físico-químicas que seguem a ingestão de alimentos, livremente podemos escolher o momento e o tipo de comida que ingerimos; não podemos interferir nos mecanismos da visão, mas podemos escolher o que olhamos e em que não nos fixamos etc.. No entanto, isso não impede a possibilidade de estudar estes mecanismos em seus aspectos puramente fisiológicos. Por contraposição, o outro grande ramo do conhecimento é o dos atos livres dos seres humanos.

⁹⁵ Cada ciência particular tem, naturalmente, um método específico que é mais adequado ao próprio objeto em estudo.

no. Tenta-se, depois, a verificação empírica – utilizando, para isso, diversos instrumentos de medição – da maior, menor ou nenhuma consistência da hipótese elaborada. Enquanto a hipótese não for verificada empiricamente, é uma mera hipótese. Se as provas empíricas são negativas, a hipótese é excluída. Finalmente, no caso de a hipótese obter uma verificação experimental consistente, passa à categoria de teoria.

Ora, as teorias são válidas enquanto não apareça uma teoria posterior que as supere, ou porque um instrumento de medição mais preciso demonstra que a suposta verificação empírica era errônea, ou porque a nova teoria permite a explicação de um maior número de fenômenos relacionados com o anterior; ou por outros motivos que os cientistas considerem decisivos. Naturalmente a matemática é uma ferramenta indispensável em qualquer ciência experimental.

Tudo o que foi dito marca, obviamente, os limites do conhecimento científico. Seu nível de certeza é realmente baixo e sempre provisório. Nas ciências experimentais quase não existem certezas. O paradoxo é o nível de mitificação das ciências empíricas. O homem contemporâneo lhes atribui uma credibilidade quase absoluta, apesar de seu escasso nível de certeza. A mídia é uma formidável propagandista deste mito, pois basta que a maior sandice seja qualificada de “científica” para que a opinião pública se incline servilmente diante dela.

a.1.a.3. O conhecimento empírico sobre os comportamentos humanos livres. Seus limites: Os atos humanos podem ser estudados em dois níveis. Em primeiro lugar, filosoficamente. Nasce daí, por exemplo, a antropologia filosófica – estuda o homem enquanto tal; e a ética ou a moral – analisa os comportamentos humanos, conformes ou contrários à sua natureza e em relação ao fim último. O nível de certeza deste tipo de conhecimento é o mesmo da filosofia. Se se parte de premissas corretas, se, além disso, se fazem deduções silogísticas válidas que se comprovam ao contrapô-lo com a realidade, estamos diante de um conhecimento seguro.

Ora, certamente há também a possibilidade de estudar os comportamentos livres das pessoas utilizando, para isso, ferramentas empíricas. Assim, a psicologia investigará experimentalmente certos mecanismos da alma humana, ou a sociologia analisará estatisticamente determinados comportamentos advindos da natureza social do homem. Ora, qualquer uma destas ciências sociais utiliza ferramentas muito inadequadas para verificar os comportamentos livres dos seres humanos. Simplificando um pouco a questão, trata-se de reduzir as condutas livres dos homens a termos matemáticos. Tarefa absolutamente impossível. Por isso, existe quem negue o caráter científico a tais disciplinas.

Diante disso, a psicologia e a sociologia, desgarradas dos conhecimentos filosóficos podem chegar às mais disparatadas conclusões – à margem da boa ou má fé que pudessem ter os diversos autores. Dou razões para isso: em medicina, é conhecido o funcionamento correto dos órgãos e tecidos que compõem o corpo humano – como funcionam sempre da mesma maneira, é relativamente fácil percebê-lo. Por isso, para estabelecer parâmetros de normalidade e patologia, e a eficiência de cada medicamento, trabalha-se sobre casos clínicos baseados em estatísticas, conforme seja a doença em questão.

Ora, este mesmo esquema não pode ser reproduzido sem mais nem menos na psicologia clínica, posto que aqui a “parte” do paciente objeto de estudo age de modo radicalmente livre (ao contrário das “partes” objeto da medicina, que funcionam sempre do mesmo modo). Por isso, seria absurdo deduzir a normalidade ou anormalidade de um comportamento psíquico com base na maior ou menor repetição de um fato, numa população determinada. A grande quantidade de pessoas com diversos graus de depressão, por exemplo, não pode transformá-la num comportamento psíquico normal ou natural.⁹⁶

⁹⁶ Esta afirmação é corretamente matizada distinguindo a normalidade “estatística” da que se adapta à natureza humana. No exemplo dado, pode haver uma normalidade estatística

Existe, por outro lado, outro elemento fundamental para se levar em conta: muitas vezes as estatísticas estão previamente direcionadas para dar um pretenso valor científico à postura ideológica pré-concebida. É muito conhecida a monumental fraude dos estudos de Kinsey e sua equipe sobre a sexualidade humana, efetuados entre presos condenados pela prática de delitos sexuais. Com isso, o **zoólogo** Alfred C. Kinsey pretendeu – e conseguiu pela propaganda – homologar todo tipo de aberrações em matéria sexual.⁹⁷

Resta, finalmente, considerar sinteticamente mais um aspecto que invalida (ou pelo menos minimiza) o grau de certeza destas disciplinas, rebaixando-o ao de mera probabilidade: o fato de que, em quase todos os trabalhos de campo em sociologia, o universo dos entrevistados é mínimo e as perguntas formuladas – pelas próprias técnicas das enquetes –, no melhor dos casos, não permitem desenvolver com profundidade o verdadeiro pensamento dos entrevistados; além disso, em muitos casos, as perguntas ou conclusões são ambíguas.⁹⁸ O erro metodológico é o de sempre: pretender reduzir os termos qualitativos a parâmetros quantitativos. Isso que é válido até certo ponto para analisar seres irracionais torna-se muito inadequado para estudar as decisões livres dos seres humanos. Decisões que, como é evidente, podem ser modificadas mais adiante pelo mesmo sujeito entrevistado. É por isso que dois sociólogos quaisquer são capazes de afirmar exatamente o contrário, simultaneamente

consistente em uma determinada porcentagem de doentes de depressão, mas isso não homologa a depressão como um componente normal da natureza humana.

⁹⁷ Kinsey, A., Pomeroy, W.B. y Martin C.E., “Conducta sexual del hombre”, Ed. Siglo XX, Buenos Aires, 1967.

⁹⁸ Quando se pergunta, por exemplo: - Sua esposa está grávida e sua vida corre perigo. O senhor lhe faria um aborto terapêutico? E, então, as respostas positivas são contabilizadas como favoráveis ao aborto. Em um caso desses, ocorre a famosa dupla ambiguidade porque: a) não se pode deduzir da pergunta se se trata de um aborto direto (sempre injusto) ou indireto (que é legal e moralmente válido); e b) generaliza uma resposta pontual a todos os casos possíveis de aborto.

e a respeito da mesma coisa. E até muitos deles se contradizem a si mesmos entre um trabalho anterior e o seguinte.

a.1.b. A distinção entre essência e acidentes: A inteligência humana possui três operações principais, cuja aprendizagem espontânea se realiza de forma natural. A primeira é a simples apreensão, pela qual são abstraídos, de cada coisa, os elementos universais e imateriais que nos permitem conhecer (de modo imediato e espontâneo) o que cada coisa é em si mesma. Quando os pais levam um menino pequeno para passear, ele exclama “búu” cada vez que vê um automóvel, mesmo que todos os carros que cruzam seu caminho sejam diferentes: um é branco, o outro é verde, um terceiro, azul; variam também os tamanhos, marcas e modelos. No entanto, e sem que ninguém o tenha explicado (seu cérebro, por outro lado, seria incapaz de compreender explicação alguma), chama todos eles de “búu”. Tempos depois, esse mesmo menino começa a distinguir as cores, então falará de “búu branco”, “búu preto” ou “búu amarelo”. Mais adiante, distinguirá os tamanhos: carro, caminhão, ônibus. Depois, as marcas e, finalmente, os modelos.

Esta experiência, que todos nós vivemos de forma pessoal e da qual certamente fomos testemunhas em outras pessoas, é muito significativa. O menino, ao dizer “búu”, está captando espontânea e imediatamente a essência do automóvel, isto é, aquilo que faz com que um automóvel seja um automóvel e não um avião ou qualquer outra coisa. Mais adiante, quando for capaz de elaborar seu próprio pensamento, poderá expressar essa essência através de um conceito. Então, o que nossa inteligência capta primariamente é a essência das coisas.

O menino estará, depois, em condições de ir distinguindo os diferentes modos de ser que os automóveis têm, isto é, a cor, o tamanho, a marca, o modelo etc.. Chamamos esses diversos modos de ser de “acidentes” porque modificam, de algum modo, a coisa mas, ao mesmo tempo, a coisa permanece igual a si mesma. Isso significa que, ainda que este carro ontem estivesse pintado de verde e hoje de

azul, continua sendo o mesmo automóvel. É indubitável, no entanto, que mudou de cor.

Depois de captar a realidade em dois momentos diferentes: primeiro, a essência e, depois, algum acidente, o menino estará em condições de emitir um juízo, que é a segunda operação da inteligência. Por isso poderá dizer: “este búu é grande”. Combinou ali dois conceitos diferentes, “búu” e “grandeza”, e fez um juízo sobre a realidade de um automóvel concreto, o qual identificou e qualificou como de tamanho grande.

A terceira operação da inteligência é o raciocínio, que consiste em um encadeamento de juízos, que nos permite passar do já conhecido ao desconhecido, através de um processo mediato. O silogismo é a forma natural na qual se efetua o raciocínio humano. As falácias são os erros no procedimento silogístico, que dão a aparência de um raciocínio correto, mas que na realidade é errôneo. Assim: a) se os juízos são verdadeiros e b) se segue um procedimento lógico correto, o raciocínio nos permite conhecer verdades antes desconhecidas. Ora, o raciocínio pode proceder por indução (inferindo as causas dos efeitos) ou por dedução (deduzindo os efeitos das causas).

Logo veremos como a distinção entre essência e acidente é uma ferramenta de conhecimento muito importante para o estudo do *gênero*. Se este fosse um componente da essência humana, seu estudo seria inevitável. Mas poderia ser um elemento acidental – em cujo caso só teria importância relativa e em alguns casos – ou poderia ser um elemento inexistente, uma pura ficção. Deixo ao leitor julgar qual destas alternativas é a verdadeira.

a.1.c. O ser humano. Dualismo ou monismo? Aqui existe outro elemento fundamental para prosseguir o estudo do *gênero*. Consiste em desentranhar um pouco o mistério do ser humano. Trata-se de ir respondendo à pergunta: como é o homem? Porque existem alguns elementos desconcertantes. Por exemplo:

Ao subirmos um morro e olharmos a paisagem, acontece algo extraordinário: por um pequeno buraco do olho, “entra” em nosso

corpo uma bela paisagem, de vários quilômetros de extensão, de tal modo que podemos reproduzi-la em nosso olho. E não apenas isso, mas podemos ver um amigo que temos ao lado em tamanho natural – e que esconde de nós parte do campo visual. A física óptica explica parte deste fenômeno, mas não totalmente. Existe algo imaterial em uma operação puramente mecânica, como a visão. Mas isto não é tudo.

O corpo material não pode voltar a viver o que já viveu da mesma maneira. Será parecido, mas não idêntico. Por isso, “ninguém se banha duas vezes no mesmo rio”, como agudamente observou Heráclito. É que as moléculas de água do segundo banho já não são as primeiras. No entanto, nós podemos pensar o já pensado. Também podemos amar o já amado. E estas são experiências universais, de modo que não se pode negar, sensatamente, a espiritualidade humana.

A constatação de ambos os fatos, irrefutáveis e universais, coloca-nos diante de um problema que exige uma resposta adequada: ou o ser humano é único, um composto harmônico de corpo material e alma imaterial ou espírito; ou, pelo contrário, o ser humano é dual – *res extensa*, por um lado, e *res cogitans*, por outro, utilizando a terminologia cartesiana.

É necessário determinar, neste último caso, qual dos dois fatores tem a preeminência, isto é: o dualismo espiritualista ou o materialista. E, além disso, é necessário resolver o problema da “comunicação das substâncias”, ou seja, como seria possível a confluência dessa realidade dual na vida cotidiana do ser humano. Pois é evidente (porque todos nós o percebemos) que, muitas vezes, ao agir, os elementos imateriais se combinam perfeitamente com os materiais (o poeta, quando escreve uma poesia, une a *musa* de seu espírito com a materialidade das mãos que escrevem sobre o papel).

O dualismo não basta para explicar satisfatoriamente a experiência que qualquer um de nós tem sobre si mesmo e sobre outras pessoas que conhece. Em nossa vida, a materialidade e a imaterialidade

estão como que perfeitamente fundidas. Quando estamos doentes e nossa cabeça ou nosso estômago doem, nossas funções espirituais também se debilitam. Quando uma paixão espiritual nos domina, repercute necessariamente em nosso corpo. E assim com todo resto.

Podemos distinguir o corpo da alma, mas não podemos separá-los. Como podemos, de modo semelhante, diferenciar entre o coração e os pulmões (pois são obviamente, duas realidades distintas), mas não poderíamos separá-los sem matar o indivíduo. Em último caso, e isto é decisivo, cada ser humano é uma realidade única, que combina – de modo em parte misterioso – a materialidade com a imaterialidade. Dito de outro modo, nós somos um espírito encarnado. A opção dualista (em qualquer de suas vertentes) é incompatível com a realidade que tocamos de forma cotidiana.

b. O gênero. Conceito. Sua não evidência: Com estas ferramentas metodológicas prévias, podemos entrar no assunto. Os diversos autores dão múltiplos conceitos sobre o *gênero*. Transcrevo algumas citações que podem ser úteis para circunscrever o conceito, sem pretender defini-lo em sentido estrito. “O *gênero* é uma construção cultural; por conseguinte, não é nem o resultado causal do sexo nem tão aparentemente fixo como o sexo... Ao teorizar que o *gênero* é uma construção radicalmente independente do sexo, o próprio *gênero* vem a ser um artifício livre de amarras; em consequência, homem e masculino poderiam significar tanto um corpo feminino como um masculino; mulher e feminino, tanto um corpo masculino como um feminino”.⁹⁹ Foi dito, mais sintética e radicalmente, que “... o *gênero* é produto da cultura e do pensamento humano, uma construção social que cria a verdadeira natureza de todo indivíduo”.¹⁰⁰

⁹⁹ Butler, Judith, “Gender Trouble: Feminism and the subversion of Identity”, Ed. Routledge, Nova York, 1990, pág. 6.

¹⁰⁰ Gilber, L y Webster, P., “The Dnages of Fernity”, em “Gender Differences: Sociology of Biology”, 41.

Ora, torna-se óbvio dizer que tal conceito e ditas características não têm nada de evidente. O que percebemos, espontânea e imediatamente, é justamente o contrário. O que é evidente é que o masculino tem relação com um corpo de homem, e o feminino está indissolavelmente vinculado a um corpo de mulher pois, desde os primeiros anos de vida, observam-se comportamentos espontâneos diferenciados. É verdade que existem pessoas que podem nascer com alterações (que as fazem sofrer) e merecem toda nossa consideração e respeito. Mas, em todo caso, são “as exceções que confirmam a regra”, conforme o dito popular, baseado justamente na evidência da imperfeição, tanto da natureza humana como do universo no qual estamos imersos. É também manifesto que não existe autonomia absoluta para determinar o conteúdo do que é ser homem ou mulher. Muitos limites físicos, psíquicos e espirituais são captados por todos imediatamente.

Finalmente, esta caracterização do *gênero* (e não é um dado menor) só pode ser sustentada a partir de uma concepção dualista do ser humano. De outro modo, não seria possível que a inteligência criasse a verdadeira natureza do ser humano (mulher ou homem) à margem da biologia. Trata-se de um retorno ao dualismo cartesiano, em sua forma mais radicalizada. E a evidência pessoal e daqueles que nos rodeiam nos diz exatamente o contrário. O conceito de *gênero* não é evidente e, mais que isso, contradiz toda a evidência disponível. Por conseguinte, para sua validade científica, requer uma demonstração contundente, tanto em suas explicações racionais como em sua verificação empírica.

c. O gênero frente às ciências experimentais: A “construção” autônoma e sem limites da feminilidade e da masculinidade, à margem do fato biológico de possuir todas e cada uma das células de sexo feminino ou masculino, jamais foi constatado empiricamente. Não existe nenhum caso concreto – pessoa humana com nome e sobrenome – em que tenha acontecido tal coisa. Já comprovamos a

fraude de Money. Além dele, ninguém apresentou um caso clínico concreto sequer. O ônus da prova, obviamente, cabe a quem faz uma afirmação. Nenhum dos que cultuam o *gênero* ofereceu elemento probatório algum. Acontece aqui algo similar ao famoso “elo perdido” de Darwin nunca encontrado porque nunca existiu. O evolucionismo, segundo o qual o homem descenderia do macaco, não é mais que uma superstição mítica, contestada pelos dados empíricos.¹⁰¹ De modo semelhante, a autoconstrução do próprio *gênero* à margem do sexo biológico jamais foi comprovada de maneira experimental. Se ninguém conseguiu, apesar de muitos o afirmarem insistentemente há quarenta anos, o senso comum indica que estamos diante de outro mito.

Algo semelhante acontece com a locução “*orientação sexual*”, cujo conceito “não foi definido nem em nível acadêmico nem no direito internacional. No campo da saúde mental, não houve acordo sobre o quê exatamente significa nem na metodologia para sua avaliação”,¹⁰² conforme concluem dois reconhecidos psiquiatras clínicos do Peru.

c.1. Existem sim seres alterados como, por exemplo, os transexuais que rejeitam seu próprio sexo, “expulsando-o”. “A paranóia que costuma estar presente no transexual se caracteriza por um delírio sistemático, mas tem a particularidade de o dano intelectual estar ausente. Isso significa que é um sistema delirante instaurado com a preservação completa da clareza e da ordem no pensamento, vontade e ação. É em virtude disso que Frignet conclui que, ‘como se comprova na síndrome transexual, essas formas de psicose permitem ao indivíduo, no mais das vezes, conservar seus laços com o

¹⁰¹ Remeto às provas concludentes de Raul Leguizamon, em seu livro “Fosiles Polémicos”, 2ª Edição Corrigida, Ed. Nueva Hispanidade, Buenos Aires, 2002.

¹⁰² Flores, René e Garcia Trovato, Maita, “Orientación sexual: Medicina y Política”, artigo publicado na Revista “Gestión Médica” Ano 11, Nº 464 (de 19 a 25.06.2006) e Nº 465 (de 26.06.2006 a 2.07.2006).

mundo e com a vida social em seus diversos aspectos'. Todavia, no que diz respeito ao delírio propriamente dito – no caso do transexual, a sensação de pertencer ao outro sexo – e ainda que, como se disse, não se verifique em geral uma perda da realidade de um modo total e sem discriminação, a psicose como tal não é menos evidente...”¹⁰³

Ora, a patologia não implica normalidade – muito ao contrário. Por sua vez, o transexual tampouco tem autonomia absoluta para “construir” sua sexualidade. Por sua alteração, pode fazer coisas que as pessoas comuns não podem realizar, mas não pode fazer qualquer coisa, senão apenas aquilo que é consequência de sua própria doença. Por conseguinte, não existe comprovação empírica alguma que dê aval à ideologia de *gênero*.

d. O uso do *gênero* na psicologia: Nessa disciplina, defendeu-se que “as pautas de comportamento masculinas ou femininas, que a criança, segundo sua capacidade de aprender e apreender, transformou em hábito e que concordam em maior ou menor grau com os papéis atribuídos ao homem e à mulher pela sociedade, se denominam identidade de *gênero*. Começa em idade muito precoce e pode estabelecer-se de forma mais ou menos independente da identidade de sexo e de orientação sexual”.¹⁰⁴ O mesmo trabalho descreve, em uma tabela, os “desvio do Papel de *Gênero*” (machismo e feminismo)¹⁰⁵ e os “desvios da identidade de *Gênero*” (efeminado, marimacho, androginia e travestismo)¹⁰⁶.

¹⁰³ Mizrahi, Mauricio, “Transexualismo: respuesta a un exabrupto”, Revista Jurídica El Derecho, n° 11.529, de 13.6.06; com citação de Frignet, Henry, “El transexualismo”, Ed. Nueva Visión, Buenos Aires, Año 2003, pág. 126.

¹⁰⁴ García Samartino, Lorenzo, “Tratamiento de una mujer con conductas homosexuales”, na revista Vida y Ética, Año 2, n° 2, do Instituto de Bioética da Pontifícia Universidad Católica Argentina, dezembro 2001, pág. 113.

¹⁰⁵ O feminismo não é um machismo das mulheres, ainda que tenham alguns aspectos comuns. O machismo é uma cicatriz cultural, sem pretensões teóricas, não está sustentado por nenhum corpo doutrinal, mas é uma realidade presente em muitos homens. O feminis-

Quer dizer que a categoria *gênero* é utilizada por alguns *sexólogos* para descrever certos desvios psicológicos.¹⁰⁷ No entanto, não parece necessário recorrer a ela.

d.1. Em primeiro lugar, é preciso esclarecer que o papel de atuação é um papel que é desempenhado – por exemplo – em uma peça de teatro. O ator não é aquele a quem representa, simplesmente o imita. Por isso, é impossível a atribuição de papéis sexuais, seja a título pessoal, seja pela sociedade. Ajo como homem porque o sou, não existe de minha parte “atuação” alguma. Sou homem e o exerço, e ponto final. Posso deixar o cabelo mais ou menos longo, colocar a roupa que queira etc., e isso não pode diminuir um milímetro minha masculinidade, independente do que pense quem quer que queira pensar o que bem entenda... E isso é assim porque esses elementos acidentais nada têm a ver com a virilidade, assim como podemos pintar o mesmo automóvel de verde, amarelo ou azul e continuará sendo o mesmo carro.

Ora, enfatizei o tema do *papel de atuação* porque acho inaceitável que a normalidade psíquica de uma pessoa dependa de sua adequação ou não ao que supostamente a sociedade teria atribuído como “papéis para o homem e para a mulher”. Para que isto seja aceitável, alguém teria de dar razões lógicas e verificáveis de qual é o mecanismo que a sociedade teria para **atribuir** validadamente os “papéis para o homem e para a mulher” e, além disso, que maneira os simples mortais têm de aceder ao conhecimento concreto de quais são os papéis **atribuídos** pela sociedade. Do contrário, seria cotidiana a tragédia de milhões de homens cumprindo papéis femininos e vice-versa. Ora, em boa lógica, se não existe um mecanismo válido para

mo, pelo contrario, é uma ideologia, com pretensões acadêmicas, mas cuja existência real se limita a muito poucas mulheres.

¹⁰⁶ García Samartino, Lorenzo, op. cit., Tabela 2, pág. 171.

¹⁰⁷ Tais desvios se referem apenas ao normal “estatístico”, pois os *sexólogos* costumam ignorar a natureza humana.

que a sociedade atribua papéis e, mais importante ainda, se ninguém pode saber quais são os papéis socialmente atribuídos, nenhum terapeuta seria capaz de descobrir “papéis e identidade de *gênero*” normais e desviados. Portanto, estamos falando de coisas hipotéticas que não têm existência real.

Dito de outra maneira, é impossível que o equilíbrio psíquico dos seres humanos dependa de percepções subjetivas mutáveis. Para isso, teria que negar a essência humana. Ou afirmar que a natureza humana seria mutável. Mas isto tampouco resiste à evidência. Com efeito, basta ler a literatura universal – em especial a literatura épica e a de amor: em todos os tempos e em todas as tradições culturais, os temas e os enfoques são idênticos. Apenas o modo de apresentá-los – a forma estética – varia. Se a essência humana fosse mutável, esta homogeneidade literária não seria possível nem sequer imaginável.

d.2 Afirmo a unicidade de cada ser humano – porque é evidente, pode ser demonstrado racionalmente e, além disso, ser mostrado empiricamente . Afirmo, além disso, que o homem é sexuado por natureza, quer dizer, o componente sexual não é um acidente nem algo acrescentado à condição humana, mas sim algo próprio, que sempre o acompanha e, de algum modo, está enraizado em sua essência. Dito de outra forma, não é possível que exista um ser humano assexuado. Existem sim, ao contrário, cegos, sem braços, anãos etc.. A normalidade necessariamente requer, portanto, a integração harmoniosa dos aspectos biológico-corporais e sexuais com os psíquicos e espirituais. Qualquer desequilíbrio implica anormalidade. Por isso existem tantos tipos de anormalidades, como espécies de desequilíbrios possíveis.

Ora, para descrever algumas patologias relacionadas à sexualidade, não é necessário utilizar o termo *gênero* nem algum outro além de “sexo”. Demonstrei mais acima, a inexistência do *gênero* em sua acepção científica. Não quero dizer agora que, como esse conceito de *gênero* não é real – não existe –, não pode ser, então, utilizado

para descrever doenças da alma; isso é por demais óbvio. Desejo destacar algo muito diferente: como o ser humano é sexuado por natureza, qualquer patologia que implique desarmonia pessoal no tocante à sexualidade será sempre uma doença de caráter sexual – ainda quando não se manifeste nos órgãos genitais, mas na constituição psíquica da pessoa.

Se fosse admitido, para tal descrição, o vocábulo *gênero* – ou qualquer outro além de **sexo** – incorrer-se-ia em um de dois erros inadmissíveis – ou em ambos –, a saber: ou o ser humano não é sexuado constitutivamente e por si mesmo; ou que cada um de nós é composto por duas substâncias diferentes (corpo e alma) ou pelo menos por dois componentes que podem agir de forma absolutamente autônoma. É forçoso reconhecer duas coisas: 1^ª) que a sexualidade é um componente não apenas biológico do ser humano, mas que abarca todos os seus aspectos porque integra sua essência; e, como consequência, 2^ª) que, em todo caso, se tratará sempre de patologias sexuais – tenham ou não manifestações em nível orgânico genital.

d.3. Por outro lado – e isto é dirimente para a questão em análise –, as doenças mentais devem ser reputadas como tais por critérios objetivos e científicos. Jamais poderiam depender de uma “construção cultural” ou daquilo que maiorias circunstanciais determinem. Ainda quando se fizesse um plebiscito e desse como resultado que a paranóia não deveria ser considerada uma doença mental, não por isso seria sinal de equilíbrio psíquico. Isto é óbvio. E isto não é ficção científica ou a exuberante imaginação do autor. Com efeito: “Uma ação lobista levou-os, em 1973, a obrigar a associação de psiquiatras americanos a tirar a homossexualidade da lista das doenças mentais. Esta decisão foi adotada através de uma votação (5.816 votos a favor e 3.817 votos contra) e não como consequência de um estudo real. Pela primeira vez na história, uma decisão que afetava uma questão científica era ventilada com uma simples votação, o que provocou fortes reações na associação e a promessa de

nunca mais tratar de questões psiquiátricas, no futuro, de maneira tão pouco rigorosa”.¹⁰⁸

e. Gênero vs. Antropologia Humana: É este o ponto central de toda a questão. Trata-se de responder a uma pergunta simples em sua formulação, mas misteriosa em sua resposta: o que é o ser humano? A resposta de Aristóteles, definindo-o segundo o gênero anterior e a diferença específica – “o homem é um animal racional” – cumpre os postulados da lógica material, mas não penetra o núcleo da interrogação. A pura verdade é que o homem continua sendo um mistério. Sem negar uma boa cota de incognoscibilidade, é possível ter algumas certezas fundamentais, que iluminam o caminho para desvelar essa incógnita decisiva. Com efeito:

e.1. Abismo entre pessoas humanas e animais: Ainda quando é manifesta ao entendimento e à experiência comum de todos nós, é necessário insistir na diferença radical entre os animais e os seres humanos. Compartilhamos certos elementos biológicos comuns (especialmente com algumas espécies), mas as diferenças são essenciais. Parece que o componente genético do *homo sapiens* e dos primatas superiores são bastante similares (existiria uns 98% de correspondência). No entanto, os símios são incapazes de pensar, de amar e de decidir livremente. Além dos 2% de diferença no código genético, nós temos espírito e eles não têm.

e.2. O ser humano existe em duas versões – mulher e homem: Por desígnio da natureza, a espécie humana se multiplica segundo dois modelos que pertencem igualmente à dita espécie, mas que têm diferenças em todas as ordens. É manifesto que isto foi sempre assim e não existe motivo para pensar que se modifique. Não o podemos demonstrar, mas temos disso uma certeza tão firme

¹⁰⁸ Anatrella, Tony, “Homosexualidad y homofobia”, trabalho publicado no já citado “Lexicón”, pág. 557.

como a de que somos mortais: todos os nossos antepassados morreram, um dia será a nossa vez....

Mais que isso, todos nós tivemos muito cedo uma percepção desta dualidade. Com efeito, as primeiras duas palavras que todo bebê pronuncia em sua vida de modo espontâneo e sem que ninguém o tenha ensinado são: “papai” e “mamãe”; e as pronuncia quando vê, alternadamente, cada um de seus progenitores.¹⁰⁹ Esta percepção é tão forte que um funcionário judicial estava espantado com o resultado de um teste com um menino de dois anos, vítima de um abuso que, em uma “Câmara Gessel”,¹¹⁰ deixou claro, todas as vezes que lhe perguntaram, que o senhor XX – seu padrasto – não era seu pai, embora o menino não conhecesse seu progenitor e nunca ninguém lhe tivesse dito que seu padrasto não era seu pai.

e.2.a Esta primeira percepção inata, que vincula de modo indissolúvel a feminilidade com a maternidade e também a masculinidade com a paternidade, não é casual. Definitivamente, esse vínculo é o que define o próprio do ser mulher e do ser homem. Desnecessário dizer que esta relação se dá à margem do fato biológico de conceber ou gerar filhos. O que quero enfatizar é que o sentido final e último da sexualidade humana, isto é, a causa de sua existência no plano da natureza é exatamente a paternidade e a maternidade.¹¹¹

¹⁰⁹ Não quero dizer com isso que textualmente as palavras sejam “papai” e “mamãe”, pois os bebês balbuciam; o que desejo salientar são dois fatos concretos: a) a primeira coisa que balbuciam são as expressões com as quais reconhecem seus pais; e b) que distinguem perfeitamente entre a mãe e o pai, pois lhes atribuem sons diferentes entre si, mas que se repetem cada vez que olham para um deles.

¹¹⁰ Lugar separado em dois setores, um de tratamento e outro de observação, que estão divididos por um vidro espelhado que permite observar o interior da Câmara, sem que desta se possa observar o outro recinto. É utilizada para observar crianças em tratamento ou em um processo judicial, sem que a presença de especialistas, funcionários judiciais ou familiares afete a criança.

¹¹¹ Logicamente, a paternidade e a maternidade plenas requerem o compromisso indissolúvel de amor recíproco e total dos cônjuges, aspecto que também integra o plano da natureza para a sexualidade humana.

e.3. A unicidade do homem – espírito encarnado sexuado:

Por nossa forma de compreender, necessitamos distinguir – abstraindo partes da realidade para analisá-las em separado. Estudam assim, em anatomia, o aparelho circulatório e o respiratório, os quais não existem na forma em que são analisados. O que existe são os seres humanos, que integram todos os órgãos e tecidos em uma unidade. Ainda que isso seja assim, pelas limitações naturais de nossa inteligência, não podemos deixar de referir sempre cada uma das partes ao todo e integrá-la com as outras partes, ao único todo. Ao analisar o ser humano, devemos proceder da mesma maneira.

Em síntese, podemos nele distinguir os seguintes aspectos principais:

– componentes materiais (código genético, corpo com a estrutura própria de nossa espécie etc.) têm relativamente pouca plasticidade: crescemos, mas até uma altura determinada; fora da atmosfera só poderíamos sobreviver alguns minutos etc.. Distinguimo-los dos componentes imateriais (raciocinar, amar, escolher livremente etc.), que possuem relativamente muita plasticidade: a criatividade humana é quase inesgotável.

– certos componentes inatos, como o temperamento – colérico, sanguíneo, fleumático, melancólico, ou mais provavelmente a combinação de dois ou mais deles; e outros adquiridos, como o caráter – é o temperamento modificado pelas virtudes e defeitos de cada um. E ambos, temperamento e caráter, confluem em uma única personalidade.

Entre os elementos adquiridos, dois tipos de influências diferentes são percebidos: a) o meio-ambiente – entorno material – e b) a cultura histórica concreta – entorno imaterial –, que envolvem cada pessoa.

– Ora, todos estes aspectos que podem ser distinguidos só existem realmente de forma integrada em um indivíduo humano concreto – com nome e sobrenome. Por isso, é preciso integrar todos estes aspectos mediante uma operação intelectual, que os clássicos denominavam “*reductio ad unum*”, isto é, a redução à unidade.

e.4. Cada ser humano é um universo em miniatura: Claro está que o homem é o ápice dos seres vivos – em certo sentido, assume todas as suas riquezas e perfeições, com sua natureza espiritual. Também é evidente que as capacidades humanas de conhecer e de amar – quanto a seus objetos próprios – são infinitas; mesmo que, obviamente, ninguém seja capaz de concretizá-las na breve vida mortal que temos. Podemos concluir algo importante de ambas as realidades. De algum modo, cada ser humano – mulher ou homem – é como um universo em miniatura, porque encerra em si mesmo tudo e o melhor do universo. E este é um dos elementos constitutivos da peculiar dignidade humana. Ora, é forçoso reconhecer que este pequeno universo existe também em duas versões: feminina e masculina; ambas igualmente maravilhosas. E é forçoso reconhecer também que cada ser humano encarna a humanidade para dizê-la de algum modo, “à sua maneira”, isto é, com suas luzes e sombras, com suas perfeições e imperfeições individuais.

e.5. Aspectos essenciais e acidentais do ser humano; e da mulher e do homem: À primeira vista, poderíamos dizer que os seres humanos têm dois olhos, dois ouvidos, dois braços, duas pernas etc.. No entanto, isso não é nem específico, nem essencial pelos seguintes motivos: a) muitos outros seres compartilham essas características e b) existem muitos caolhos, cegos, surdos, manetas, mancos ou paralíticos de nascimento; e isso, ainda que diminua suas possibilidades, não lhes tira um átimo de sua humanidade. As características acidentais são múltiplas e observáveis à simples vista: altura, tamanho, peso, idade; cores da pele, dos cabelos e dos olhos; temperamento etc..

Mas existem outros caracteres, que são próprios do ser humano – não compartilhados com nenhuma outra espécie – e que o definem. Por exemplo: o código genético de 46 cromossomos humanos; ou a capacidade de pensar, amar e se autogovernar livremente. Naturalmente as características físicas estão presentes de algum modo – ainda que seja em potência – desde o momento da fertilização. As

características imateriais, ao contrário, requerem um desenvolvimento físico e uma aprendizagem. Estão, portanto, durante certo tempo apenas em potência em cada indivíduo da espécie humana, que mais adiante as irá atualizando. E até mesmo poderia perder a capacidade de atualizá-las por doença ou acidente, sem por isso perder sua humanidade.

e.5.a. Igualdade essencial – radical – entre os homens: É muito importante aqui distinguir com precisão os elementos essenciais dos acidentais no ser humano. Do contrário, existiriam pessoas que não seriam consideradas humanas e outros seres aos quais poderia ser atribuída uma humanidade da qual carecem. Estes trágicos erros – em especial o primeiro de todos – foram repetidos de forma recorrente ao longo da história. Ferem nossa sensibilidade institutos como a escravidão, abandonada no Ocidente apenas em fins do século XX e, lamentavelmente, ainda vigente em alguns povos. Também a ofendem os diversos genocídios, cada vez mais sangrentos, com o pretexto da supremacia racial, da razão de Estado ou do “direito de decidir” da mulher grávida. Tenta-se, em última instância, justificá-los, na falta de um elemento acidental, considerado constitutivo da humanidade. O alvorecer do Terceiro Milênio nos traz a ONU promovendo o genocídio universal – através do aborto e das esterilizações – e o reconhecimento de “direitos humanos” a certos animais.¹¹²

e.5.b. Mulher e homem. Suas diferenças: Ora, como existem dois modos de serem humanos – homem e mulher –, os caracteres essenciais se dão em duas versões diferentes. Por isso, a composição dos cromossomos do código genético masculino (xy) difere do feminino (xx); existem igualmente assimetrias anatômicas e fisiológi-

¹¹² Um grupo de cientistas, filósofos e preservacionistas anglo-saxões propôs que os gorilas, chimpanzés e orangotangos sejam incluídos na categoria de seres humanos, para garantir-lhes proteção legal, direitos éticos e morais que as Nações Unidas (ONU) propõe para as pessoas. A ‘Declaração dos Grandes Primatas’ solicita à ONU garantia para estes animais...e reconhecimento do direitos à vida, à liberdade individual e à abolição da escravidão (sic, *Diario La Voz del Interior*, de 2 de novembro de 1997).

cas nos corpos do homem e da mulher. De modo semelhante, mas com uma complexidade e diferenças maiores, existe um modo de pensar, de amar e de sentir masculino e outro – diferente – feminino. E todos eles são constitutivos da feminilidade e da masculinidade. Não é fácil determiná-los com precisão, pois significaria desvelar o mistério do ser humano em sua totalidade. Sem tanta pretensão, existem algumas luzes sugestivas. Vejamos:

Em primeiro lugar, é necessário descartar todos os elementos acidentais, pois não servem para esta análise. Estes aspectos dependem fortemente das diversas realidades históricas e culturais, mas não esclarecem o problema, antes o obscurecem. Por exemplo: nem as calças compridas são essencialmente próprias dos homens nem as saias, das mulheres, mesmo que, em certas culturas e momentos históricos, isso tenha sido um costume. As saias dos escoceses ou dos legionários romanos nunca puseram sua virilidade em xeque. O comprimento do cabelo, os penteados e enfeites são elementos acidentais e mutáveis. O essencial é que, como homens e mulheres, qualquer que seja a cultura, nos diferenciamos na vestimenta e na aparência externa.

Os escassos momentos da cultura *unissex* coincidiram – exatamente por isso – com um enfraquecimento da masculinidade e da feminilidade, causador da decadência dessa cultura a ponto de fazê-la desaparecer, como a greco-romana, engolida pelos bárbaros. Historiadores, antropólogos e sociólogos poderão divertir-se tentando desentranhar – no passado ou no presente – um sem-fim de mutáveis elementos acidentais, nenhum dos quais – nem a soma de todos eles – configura a virilidade nem a feminilidade. Isto é assim porque, através dos acidentes, nunca se chega à essência, da mesma forma que não se chega à pantera negra pela cor dos olhos...

e.5.c. Dois modos diferentes de encarnar a “humanidade”:

Como somos ambos humanos, é insustentável dizer, por exemplo, que o pensar ou a força são próprios do homem, enquanto o sentir ou a graça pertencem à mulher. Obviamente não existem atividades

humanas que sejam impróprias a algum dos sexos. O que existe são dois modos diferentes de realizar as mesmas atividades. Logicamente, em algumas operações humanas – por suas características próprias –, pode existir uma predisposição mais adequada masculina ou feminina. Para dar dois simples exemplos, a mulher está mais predisposta a dar aulas a crianças pequenas, entre outros motivos, por sua inata capacidade de dar atenção.¹¹³ Por sua maior capacidade de concentração, muitas vezes é mais fácil para o homem a demonstração de um difícil teorema matemático. Mas predisposição não implica exclusividade. Além desta consideração que é geral, devem—se fazer todas as ressalvas cabíveis em relação a cada pessoa humana concreta – não se deve esquecer que todos e cada um de nós somos um universo em miniatura. Haverá, então, mulheres mais ou menos concentradas e homens mais ou menos dispersivos, cada qual com sua parcela individual, que também varia na medida em que os hábitos pessoais vão sendo formados e consolidados.

e.5.c.1. Ainda que sejamos igualmente humanos, nossas diferenças são muito notáveis. E às vezes, muito engraçadas. Por exemplo, nossos golpes de vista são quase opostos. É divertido levar uma mulher e um homem ao pico de um morro, fazê-los sentar e olhar a paisagem que têm diante dos olhos durante um minuto e, depois, descrever o que acabam de ver. Quem os escutar imaginará que estão falando de lugares diferentes. O homem terá uma visão global completa: há quatro morros, um vale percorrido por um rio caudaloso, dois povoados – um na metade do vale e o outro rio abaixo – etc.. Mas de relance não pôde perceber nenhum detalhe. Ao contrário, a mulher terá percebido certos detalhes: havia uma cabra que tinha uma pata quebrada, um senhor subindo um morro em cima de uma mula, algumas crianças brincando numa prainha na curva do rio; e

¹¹³ Esse dom inato permite que várias mulheres falem simultaneamente, prestem atenção e respondam a cada uma das interlocutoras. Um homem submetido a essa “pressão” em pouco tempo começa com uma enxaqueca.

junto com isso, uma visão confusa do conjunto: todo cheio de montanhas. Se isso acontece com a percepção sensível, as diferenças são ainda mais gritantes quando se trata de perceber a realidade com as capacidades espirituais.¹¹⁴ Com efeito:

e.5.c.2. Diante de um fato externo – qualquer que seja ele –. uma mulher reage de forma integrada, isto é, capta-o simultaneamente com sua inteligência, sua vontade e seus afetos. Por isso, diante de uma notícia, pode chorar e rir ao mesmo tempo, sem que isso signifique idiotice momentânea nem definitiva... Ao integrar esses três aspectos da personalidade, a percepção não o fará necessariamente de forma harmônica; em geral, algum deles terá preponderância sobre o resto. Nós, homens, pelo contrário, reagimos primeiramente de forma racional – os sentimentos e a vontade ficam como que entre parêntesis. Por isso, podemos analisar com frieza fatos comoventes, sem que isso seja falta de sentimentos – apenas estão momentaneamente como que adormecidos. E é necessário reafirmar que nós – homens e mulheres – natural e espontaneamente reagimos assim. Nunca nos foi ensinado nem aprendemos em lugar algum. Agimos assim porque esse é nosso modo peculiar de encarnar a humanidade.

Existem, naturalmente, matizes nisto que acabo de descrever. Conheço algumas poucas mulheres que, em geral, analisam as questões primariamente de modo racional. No entanto, nem todas as coisas podem ser tomadas desse modo. Diante de determinados fatos ou pessoas envolvidas, reagem primeiro com os afetos, a tal ponto que parecem outras pessoas e, nesses momentos, ficam

¹¹⁴ No entanto, existe algo assim como uma correlação entre a percepção visual de homens e mulheres e o modo de nos aproximarmos da realidade, seja com a inteligência, com os afetos ou com os sentimentos. A visão estratégica, a capacidade de síntese, o amor a toda a humanidade – desconsiderando em parte o próximo -, a paixão pela coisa pública são atitudes varonis. Ao contrário, a percepção sensível e amorosa de um dos detalhes, o interesse autêntico pelo próximo e tornar acolhedores os espaços físicos que ocupa são modos femininos de se relacionar com o ambiente.

irreconhecíveis. De modo semelhante, nós homens podemos fazer juízos prévios, diante de determinados fatos ou pessoas, que nos levam a reagir de forma afetiva ou com decisões tomadas mais ou menos irracionalmente. Mas estes casos não passam de exceções que confirmam a regra.

e.5.c.3 Certamente esta maneira diferente de perceber a realidade tem consequências em todos os aspectos da vida. Por exemplo, o peso diferente que as palavras e os gestos têm entre os sexos e as dificuldades de interpretação que acarretam para a vida cotidiana. Como as mulheres muitas vezes expressam verbalmente o que estão sentindo – que não é o que pensam nem o que querem –, podem ferir um homem com frases como “te odeio” – ainda quando desmintam essas palavras cinco minutos depois com um gesto delicado de carinho. Para elas, o que vale realmente são os gestos, já que os gestos expressam a totalidade integrada de sua pessoa; ao contrário, suas palavras muitas vezes expressam apenas um aspecto momentaneamente desintegrado de si mesmas. É claro que entre elas tais afirmações não machucam, já que a mesma coisa costuma acontecer com todas. Como consequência, as mulheres tendem a valorizar menos as palavras e mais os gestos.

Em contrapartida, o grande valor dado à palavra pelo homem está em que expressa quase sempre a verdade que a inteligência apresenta. Por isso, costuma **não** repetir o já dito, pois seria subestimar a inteligência do interlocutor; e, assim, os maridos costumam dizer poucas vezes a suas esposas que as amam – pois “já o sabe, porque já lhe foi dito” – e, no entanto, por sua forma de ser, as mulheres **necessitam** que seus maridos o repitam todos os dias... Como basta para o homem expressar-se com a palavra (também por uma menor riqueza de sentimentos e um maior pudor para manifestá-los), costuma prescindir dos gestos, aos quais valoriza relativamente pouco. E não apenas prescinde dos gestos como também, em muitíssimas ocasiões, nem sequer percebe as mensagens gestuais das mulheres com as quais compartilha a vida familiar ou de trabalho.

Em resumo, utilizando as mesmas palavras, às vezes dizemos e entendemos coisas diferentes. Paralelamente, a mulher supervaloriza a gestualidade que, por sua vez, é subvalorizada pelo homem. A melhor atitude diante dessa realidade desconcertante é buscar a compreensão e a adaptação ao outro sexo. O erro é se fechar em si mesmo, eliminando o diálogo – especialmente o conjugal – com o fim de evitar mal-entendidos. Essa atitude cômoda ou covarde acaba desgastando o amor...

e.5.c.4. Outra diferença notável é a atitude frente à dor e às ofensas. Por nossa reação desintegrada diante dos acontecimentos externos, nós, homens, podemos “pôr entre parêntesis” tanto a dor como as ofensas alheias. Refiro-me especialmente às dores morais, já que a dor física é muito difícil de superar. Muitas vezes, além disso, utilizamos essa possibilidade que nossa realidade antropológica nos concede como um verdadeiro mecanismo de defesa que, ao impedir que os afetos nos comprometam, torna o sofrimento mais tolerável.

Ao contrário, como as mulheres reagem integradamente a todo estímulo externo – e tanto a dor como as ofensas o são –, são impactadas por ambas fortemente na totalidade de suas pessoas. Poderia ser dito que o impacto as impressiona no sentido de que imprime em sua humanidade a dor ou a ofensa. Para dizer de um modo mais expressivo, diria que, diante da ofensa, a mulher é como uma vela de cera na qual se crava a unha. Nesse caso, é evidente o dano causado na vela e se o agressor pretendesse repará-lo com os pedacinhos de cera que ficaram na unha, seria impossível fazê-lo. A ofensa injusta feita a uma mulher sempre permanece – talvez oculta no fundo de seu coração. Por isso, pode ser difícil para a mulher perdoar, sendo proverbial a frase “eu perdoo, mas não esqueço”. Enquanto não houver esquecimento total da ofensa, tampouco haverá um perdão pleno.¹¹⁵

¹¹⁵ Talvez seja, às vezes, impossível o esquecimento da ofensa recebida – e isso vale tanto para a mulher como para o homem. Como perdoar implica viver em paz com as lembranças, neste caso, perdoar implicará lembrar a ofensa como já perdoada...

Voltando à imagem anterior, a única forma de refazer o estrago produzido na vela é esperar que a parte afetada seja consumida completamente. De modo semelhante, toda mulher, para perdoar, deve operar em si mesma uma purificação semelhante à do fogo, que a coloque em condições de esquecer a ofensa. Se não o fizer, a ofensa ficará latente em algum canto oculto de sua alma. Se, com o passar do tempo, a mesma pessoa volta a ofendê-la, é possível – e acontece, de fato, muitas vezes – que a mulher vivencie novamente todas e cada uma das ofensas com a mesma intensidade da primeira vez – prova disso são os vários detalhes que lembra com precisão milimétrica –, mas com a peculiaridade de que todas são apresentadas de forma simultânea e no presente. O impacto afetivo é tal que não consegue se lembrar de nenhum outro momento passado com o agressor. Quando uma mulher chega a esse estado “explosivo”, o dano sofrido é quase impossível de ser reparado; e a relação com essa outra pessoa poderia se romper definitivamente nesse momento.

Por isso tudo, para poder perdoar, a mulher necessitaria da ajuda de quem a ofendeu. Pode lhe ser imprescindível escutar o pedido de perdão e, além disso, ver os gestos adequados que lhe demonstrem que o arrependimento foi sincero. É óbvio que se a ofensa é novamente cometida na mesma questão, significaria que seu pesar não era verdadeiro... Certamente uma mulher bem formada na liberdade interior e na fortaleza é capaz de perdoar sem que aquele que a ofendeu lho peça.

Muitos homens ignoram estas coisas. Não são capazes de captar a enorme riqueza – e, ao mesmo tempo, maior fragilidade – da antropologia feminina. Por isso não cuidam da delicadeza no trato cotidiano com as mulheres. Foram alguns poetas renascentistas italianos, que compreenderam a fundo estas questões, os gentis criadores do “doce estilo novo” – Petrarca, Dante, Guido Cavalcanti e tantos outros, cuja leitura recomendo vivamente.

e.5.c.5. Um assunto de menor importância, mas que merece ser mencionado, é que a mulher tem, por assim dizer, uma necessidade

psicológica de agradar aos outros, em tudo o que faz. Para o homem, ao contrário, é indiferente se seu proceder agrada ou desagrada aos outros; faz o que lhe parece adequado, sem considerar como coisa principal se seu agir poderia afetar os outros – obviamente, se pretendesse desagradar aos outros, estaria com isso exteriorizando alguma patologia. Estas diferenças têm repercussões evidentes em alguns campos. Por exemplo: as mães são pouco aptas para castigar seus filhos. Quando são pequenos, é-lhes difícil distinguir se estão se divertindo com uma brincadeira ou se a coisa é séria; e, já maiores, rapidamente “testam” sua mamãe para obter a imediata comutação ou diminuição de qualquer pena. Com os pais, ao contrário, as penas são perfeitamente inteligíveis e inapeláveis.

No campo do trabalho, as mulheres costumam ter melhor desempenho como chefes de pessoal em tudo que se refira a potencializar as virtudes dos empregados. Mas, quando precisam punir ou despedir algum subordinado, costumam se sair piores que seus pares homens. E as épocas de demissão em massa frequentemente lesam também a saúde psíquica e física dessas chefes.

e.5.c.6. Por todas as considerações feitas neste item, podemos concluir que não existem atividades exclusiva ou propriamente femininas ou masculinas, salvo aquelas que dependem de características físicas excludentes – amamentar é uma atividade impossível para qualquer homem. Existem modos inatos femininos ou masculinos de efetuar as mesmas ações.¹¹⁶ Também existem tarefas para as quais os modos masculino ou feminino de realizá-las são indiferentes; e outras onde o modo inato feminino é mais ou menos apto que o masculino. Naturalmente, as habilidades, sejam inatas ou adquiridas, devem ser melhoradas com a contínua repetição de atos. Por isso nós – homens e mulheres – podemos adquirir qualidades que

¹¹⁶ Excede este trabalho, por isso apenas esboçarei uma reflexão. As diferenças mais abismais entre os sexos parecem dar-se no modo de viver as virtudes – especialmente no modo de amar. E isso independentemente das peculiaridades de cada ser humano.

não faziam parte de nosso acervo temperamental e até chegar a um grau muito alto no exercício de tais habilidades.

e.5.d. O sentido das diferenças naturais entre mulheres e homens: Estamos agora às portas de um ponto decisivo. Existem – ou não – diferenças naturais entre homens e mulheres? Com o adjetivo “naturais” quero distingui-las expressamente daquelas que são culturais ou aprendidas. Todos nós podemos observar dois fatos certamente curiosos: diante de uma boneca de plástico articulada, uma menina pequena a acalenta como se fosse um bebê; e seu irmão – outra criança de pouca idade – arranca-lhe a cabeça para chutá-la, como faz com tudo o que seja esférico e de pouco peso, sem que isto implique que estamos diante de um futuro assassino serial... Ambos o fazem espontaneamente; e todos os meninos e meninas agem assim, sem que ninguém lhes tenha ensinado a fazer desse jeito. Mais que isso, cada vez que um bebê é colocado nos braços de um homem adulto, este tem que pensar de que modo deve recebê-lo, coisa que qualquer mulher percebe de modo inato, desde sua mais tenra infância. Obviamente, o que acabo de descrever são diferenças naturais entre os sexos. No entanto, fatos como estes são irrelevantes.

Não quero me referir a distinções banais, mas àquelas que são realmente dirimentes. Por exemplo, o que vimos em relação ao modo integrado ou desintegrado que mulheres e homens têm de se relacionar com os fatos externos, respectivamente. Assim, as diferenças relevantes e naturais¹¹⁷ entre mulheres e homens são evidentes. Pode haver – e de fato existe – discordâncias e matizes em alguns aspectos concretos. Mas o que ninguém pode negar, é que somos bastante diferentes. Isto é, que pertencemos à mesma espécie humana e, ao

¹¹⁷ Entendo por diferenças naturais as que são inatas, isto é, as que nos são dadas pelo fato de termos sido engendrados homem ou mulher. A dificuldade na percepção dessas qualidades é dupla: a) porque ao pertencer à espécie humana comum, em potência temos todas e as mesmas qualidades – ainda segundo a modalidade feminina ou masculina; e b) porque mediante a repetição de atos, adquirimos habilidades que não tínhamos, perdemos qualidades inatas ou vamos levando à plenitude nossas peculiares perfeições individuais.

mesmo tempo, como diferentes em muitíssimos aspectos da vida. O problema é perguntar – e sobretudo responder acertadamente – qual o sentido das diferenças naturais entre homens e mulheres?

e.5.d.1. Saliente, desde já, que só a formulação desta pergunta já exige o repúdio frontal à ideologia de *gênero*. Com efeito, se o *gênero* é uma construção sócio-cultural da feminilidade e masculinidade absolutamente autônoma e independente do sexo biológico, por necessidade lógica de coerência interna conclui-se que não poderiam existir diferenças **reais** entre homens e mulheres – poderia apenas haver diferenças simbólicas ou convencionais. E a natureza só poderia influir – no melhor dos casos – nos aspectos biológicos, mas careceria completamente de influência no psicológico e no espiritual. No entanto, tal como vimos, aos olhos de qualquer um que analise os fatos sem preconceitos, é evidente que nós, homens e mulheres, somos real e naturalmente diferentes. Ora, para completar satisfatoriamente a análise, devemos encontrar uma explicação racional a essas diferenças naturais. Se conseguirmos, teremos assinado a certidão de óbito do *gênero*...

e.5.d.2. Haverá quem considere essas diferenças negativas porque dificultam o entendimento mútuo. Isto se vê claramente entre meninos e meninas, desde os 10 aos 13 ou 14 anos, quando se ignoram solenemente; apenas fazem amizades entre aqueles de seu próprio sexo e desprezam os do outro. Estão começando a experimentar suas qualidades próprias e só se identificam com quem possam ter cumplicidade. E fogem precipitadamente do mundo que lhes parece incompreensível. Só mais tarde, quando acreditarem que dominam a si mesmos, começarão timidamente a se aproximar.

Outros entre nós consideramos absolutamente geniais essas dessemelhanças. O mito do andrógino, do yin e do yang, ou as famosas duas metades da laranja expressam de modo poético esta bela realidade. Nossas diferenças nos permitem explorar mutuamente dois mundos desconhecidos. E, depois de ir descortinando esse véu, podemos conquistar esse outro mundo do qual carecemos. Digo con-

quizar não no sentido de uma ilegítima apropriação alheia mas, muito pelo contrário, de fazer crescer de tal modo nossa personalidade que nos permita aceder e nos mover com soltura no “outro” cosmos. Estaremos, depois, em condições de criar um novo mundo, que complemente e potencialize as capacidades de ambos os sexos – qualidades contraditórias, à primeira vista, mas que com paciência e sabedoria podem ser integradas harmoniosamente num projeto superador.

Em poucas palavras: é preciso descobrir que as qualidades de que naturalmente carecemos – como homem ou mulher – não são defeitos ou carências do sexo complementar; mas que, muito ao contrário, são virtudes de outras pessoas, das quais temos muito o que aprender. E isto é decisivo: não é que minha visão global masculina seja melhor que a visão detalhista feminina. Nenhuma é melhor que a outra. Ambas são diferentes, mas o sentido da diferença é complementar-se – em perfeita sinergia – para concretizar um projeto novo, diferente e superador; que teria sido impossível de ser realizado somente pelas mulheres ou somente pelos homens.

De outro ponto de vista, “nenhum homem (ou nenhuma mulher) pode esgotar em si mesmo todo o Homem: tem sempre diante de si outro modo, inacessível para ele, de ser homem. A dualidade dos sexos, ao manifestar seu caráter contingente, assinala para o homem, ao mesmo tempo, um limite e uma oportunidade. Expressa sua necessidade/capacidade de transcender-se a si mesmo no encontro com o outro diferente de si, em vista de sua própria realização. E isto abre ao descobrimento do “eu” como um **ser em relação** com outro “eu”. Não apenas como indivíduo, mas como pessoa. Além disso, pode-se observar que o homem, por causa de sua própria natureza sexuada, se coloca dentro do ciclo das gerações humanas, que se sucedem de forma implacável.¹¹⁸

¹¹⁸ Scola, Antelo, “Identidad y diferencia sexual” no já citado “Lexicon”, pág. 570.

e.5.d.3. As diferenças entre as pessoas podem ter dois sentidos diferentes – excludentes entre si. É possível ser diferente: a) para competir, como no caso dos esportistas; ou b) para contribuir, cada um com suas próprias qualidades, para com um projeto comum, sinergia que supera amplamente o resultado da soma das possibilidades individuais, como é o caso das sociedades comerciais.

Ora, a competição entre mulheres e homens é um absurdo; nem sequer é válida em algo tão comum como o esporte, onde os campeonatos estão divididos por sexo. Se competirmos entre nós, é impossível conseguir um resultado que supere a somatória de ambas as qualidades. Pelo contrário, pelo menos um dos sexos é anulado em suas contribuições.¹¹⁹ Tal resultado é francamente lamentável e a história como “mestra da vida” não deixa de ser instrutiva a respeito. Que isto tenha acontecido e que ainda exista quem o defenda não o torna válido. Sempre existiram homicídios e sempre existiu quem os justificasse, e isso não transforma o homicídio em um bem ou em algo razoável...

Torna-se evidente, a esta altura da argumentação, que as diferenças entre mulheres e homens só podem obedecer à contribuição conjunta em um projeto superador, o projeto vital para ambos os sexos. Ora, qual é esse projeto comum? A resposta é simples: a propagação da espécie humana em sentido pleno e total, e não reduzida ao mero aspecto biológico. Explico-me:

e.5.e. Sentido omnicompreensivo da procriação: É evidente que, para a subsistência da espécie humana – o bem mais elementar de que necessitamos coletivamente –, a procriação é necessária, isto é, a união sexual fecunda entre uma mulher e um homem. É também

¹¹⁹ Saliento que a ideologia de *gênero* propõe exatamente a competição entre os sexos – ao menos na vida pública, em suas versões mais moderadas; e em tudo, nas mais radicalizadas. Nessa luta sem quartel, perdem tanto elas como eles. Os resultados saltam à vista: uma abundante proliferação de viragos e efeminados; ambientes familiares e de trabalho hostis e violentos; escassa criatividade para superar os problemas; uma juventude tacanha e indolente etc.. Em definitivo, uma civilização empobrecida e cambaleante.

evidente para qualquer um que a extrema orfandade e a grande complexidade do ser humano exigem que a relação entre os progenitores não seja circunstancial – como no caso dos animais –, mas que faça parte de um projeto vital de ambos. Isto explica a precoce aparição do casamento – desde que existem notícias históricas da espécie humana – e sua incrível sobrevivência em todas as culturas e através de todas as suas vicissitudes.

e.5.e.1. Ora, além da necessidade da indissolubilidade do vínculo e da convivência conjugal, também é evidente a importância da contribuição de cada um dos progenitores na educação dos filhos. Enfatizo que a “educação” da prole não se limita a uma superficial “socialização” nem a instruí-los; isso é algo muito diferente. Consiste, nem mais nem menos, em acompanhar todo o desenvolvimento de sua pessoa, desde o momento da concepção até sua maturidade. Em outras palavras, trata-se de ajudá-lo a tornar-se um ser humano maduro, isto é, alguém que aprendeu a utilizar sua inteligência para descobrir a verdade, sua vontade e seus afetos equilibrados para amar ou a capacidade de autodirigir-se para o bem. Em resumo, possuir-se a si mesmo, até o ponto de estar em condições de tornar-se um dom para a pessoa amada.

É obvio que para isso, as contribuições da maternidade e da paternidade são – ambas – insubstituíveis. E isto caracteriza o que é mais próprio e, por consequência, define cada um dos sexos. Em definitivo, ser mulher é a maternidade e ser homem é a paternidade. Ora, isto deve ser entendido em um sentido antropológico. É, portanto, independente do fato de terem sido mãe ou pai biológicos.

E o que é a maternidade ou – o que dá no mesmo – o que é a mulher? A maternidade é a qualidade inata pela qual as mulheres sempre acolhem outros seres humanos – especialmente os entes queridos. E isto implica duas coisas: 1^ª) que elas estão sempre presentes – transcendendo até a distância física da separação; e 2^ª) que essa presença significa incondicionalidade absoluta em relação ao outro – em especial ao filho. Se a maternidade faltasse

ou fosse deficiente, os filhos seriam criados numa carência afetiva difícil de substituir por outros meios. Na mulher isto não é apenas inato, mas é o que a define. Uma mulher que rejeite o outro em vez de acolhê-lo o faz porque assim aprendeu culturalmente – ou por deixar-se levar por sua própria desordem interior. Em qualquer caso, com isso rejeita e degrada a si mesma em seu núcleo antropológico mais íntimo.

E o que é a paternidade ou – o que é equivalente – o que é o homem? A paternidade é a missão masculina que consiste em encarnar a autoridade. Para isso deve dar – sempre e sem exceções – o bom exemplo, fazendo o que deve ser feito em cada situação,¹²⁰ ainda que isso signifique, muitas vezes, sofrer um prejuízo ou padecer uma injustiça. Além disso, para ser legítima, a autoridade deve ser exercida com benevolência, com verdadeiro carinho paterno. Quando um pai não dá bom exemplo perde toda autoridade familiar, especialmente diante dos filhos. Então, só poderá impor sua vontade pela força bruta ou pela arbitrariedade.

Isto significa que a mãe carece de autoridade? Absolutamente, ela também tem sua própria autoridade, como podem também tê-la – em menor medida – os irmãos maiores em relação aos menores. Mas trata-se de formas de autoridade de outra natureza. A autoridade materna provém, concretamente, de sua incondicionalidade para com os filhos. Mas precisamente por causa desse amor sem condições – frente ao amor paterno condicional –, muitas vezes ela age em favor de um deles, o que é percebido como uma injustiça pelos outros irmãos. E este fato que se repete diariamente – a favor deste ou daquele filho – faz com que a autoridade materna não possa ser monolítica. Na per-

¹²⁰ É óbvio que “o que deve ser feito” não significa o “dever ser” da moral kantiana. É muito mais. Trata-se, em primeiro lugar, da decisão moralmente verdadeira para o caso concreto, isto é, fazer o bem objetivo possível. Além disso, deve ser uma decisão racional e justa segundo as circunstâncias.

cepção imatura dos filhos, oscilará entre a justiça – quando os favorece – e a injustiça – quando não lhes convém.

A autoridade paterna, ao contrário, quando é autenticamente viril, estabelece uma distância adequada, é justa – sem deixar de ser, ao mesmo tempo, compreensiva e misericordiosa – e é mais facialmente acatada pelos filhos. Por isso, quando a autoridade paterna falta ou é deficiente, a família corre o risco certo de cair na anarquia ou se transformar numa espécie de quartel militar. Quando, então, o homem perde a coerência entre aquilo que pensa, diz e faz, não apenas perde toda a autoridade e se transforma em autoritário, mas – sobretudo – rejeita e degrada a si mesmo em seu núcleo antropológico mais profundo.

Estas considerações devem ser adequadamente matizadas. Numa boa família, as decisões são compartilhadas entre o marido e a mulher. Existem contingências familiares nas quais convém que prevaleça o olhar feminino – materno; em outras, ao contrário, é melhor o ponto de vista masculino – paterno. A humildade e o senso comum são ajudas preciosas ao elemento mais importante para avaliar cada caso: a convicção de dividir um único projeto vital e amoroso, comum a ambos.

Bem já se disse que “as estruturas constituintes através das quais o homem conquista plenamente sua identidade não são ideais a serem realizados, mas dimensões através das quais a vida humana adquire **dignidade**, isto é, aparece como portadora de significados realmente **antropológicos** (por exemplo, com relação à reprodução como fenômeno biológico geral, que afeta toda forma de vida vegetal e animal, a **paternidade** e a **maternidade** aparecem, ao contrário, como fenômenos humanos característicos em sua entrega real, independente do **valor** que se lhes queira dar, mesmo por parte daqueles que, talvez contra seus desejos, se transformem em pai ou mãe). Em outras palavras, o homem também pode viver fora da família, mas de uma forma tão **pobre** que estreita a humanidade... O direito humano, ao garantir a realidade da família, não garante uni-

camente um **bem humano**, mas a estrutura institucional primária de identificação do eu do homem”.¹²¹

e.5.e.1.a. Não ignoro que certas correntes ideológicas – entre elas a que nos ocupa – pretendem substituir a maternidade e a paternidade pela *parentalidade*. “A re-fundação da paternidade é desejada por alguns militantes que se encontram pessoalmente em situações complexas e problemáticas (concubinato, divórcio, mulheres solteiras com filhos, e até homossexuais com crianças nascidas de um casal homem/mulher etc.). A função paterna ou materna se vê compartimentada e reduzida a algumas tarefas pretensamente educativas e que correspondem, de fato, à atenção diária aos filhos. Portanto, o que se quer impor são definições no mínimo surrealistas: a paternidade são o pai e a mãe e a *parentalidade* são os que exercem a função de pais para com o filho. Somos conscientes de que a família sozinha não pode cumprir todas as tarefas educativas nem satisfazer todas as identificações que a criança encontra nos adultos. Necessita não apenas de seus pais, irmãos e irmãs (família nuclear), mas também de seus avós, seus tios, tias etc. (família ampliada) e de outros atores da vida amigável e social. Mas esta visão de uma família que está apoiada por outros atores da vida social e educativa não deve ser reduzida a alguns *partners* estranhos à existência da criança e que poderiam receber o qualificativo de ‘pais’ apenas com o pretexto de que vivem com o pai ou a mãe da criança, quando esta já tem seus próprios pais”.¹²² Mais adiante retomarei o assunto; limito-me a adiantar que apenas o casamento indissolúvel é capaz de fundar uma família. O resto das uniões entre os sexos apenas cria arremedos ou cruéis caricaturas da instituição familiar.

e.5.e.2. Isto se dá assim porque cada um age a partir de sua feminilidade ou masculinidade, não apenas enriquecendo as vivências

¹²¹ D’Agostino, Francesco, “Familia y derechos de los menores”, no já citado acima “Lexicón”, pág. 435.

¹²² Anatrella, Tony, “Pareja hoy y confusiones afectivas e ideológicas”, “Lexicón”(citado acima), pág.913.

da prole, mas – e sobretudo – preparando-a para viver na sociedade, que é um mundo “bipolar”.

Por isso “ser pai ou ser filho não é, com efeito, um simples papel – um regulador social –, mas uma dimensão de nosso ser; da mesma forma, ter um esposo ou uma esposa só adquire verdadeiro sentido indo além das tendências biológicas. Ora, é aqui, exatamente, onde se coadunam os conceitos de família e de natureza da pessoa. Estes conceitos são ao mesmo tempo descritivos e normativos na medida em que indicam o que é produzido, mas salientando que isso é produzido porque envolve o bem das pessoas e das comunidades”.¹²³

Entre os diversos argumentos para criticar a possibilidade de adoção por pessoas do mesmo sexo, é verdade que “a criança tem direito de adquirir, fundar e estabelecer, de forma adequada, algo tão relevante e irrenunciável como sua própria identidade sexual. Este direito é impedido ou gravemente ameaçado quando a criança se expõe a apenas um modelo de conduta, como o homossexual, em que esta mesma identidade está precisamente em crise”. Além disso, “a criança tem direito de amadurecer sua afetividade, observando o vínculo – afetivo, cognitivo e pessoal – que é estabelecido nas relações entre o pai e a mãe. Esta relação constitui a urdidura onde se aninha e consolida o amadurecimento de sua afetividade e de sua futura personalidade”.¹²⁴

e.5.e.3. No entanto, enfatizo que o fato biológico de conceber ou gerar – sendo o mais sublime – não é o único nem o mais frequente modo de “procriação” dos seres humanos. Com efeito, o homem, ao ser a única criatura inteligente que povoa a terra, pode com sua razão e sua vontade modificar o meio ambiente e os seres inferiores – vegetais e animais –, ainda que com certos limites. Mais que isso, até onde chega sua mão, o homem alcança também essa modifica-

¹²³ Meyer, Jean-Marie, “Familia, naturaleza y persona”, “Lexicón (acima citado), pág. 391.

¹²⁴ Polaino-Lorente, Aquilino, “‘Matrimonio’ de homosexuales”, “Lexicón”(acima citado), pág. 750.

ção de tudo o que o rodeia: seres inanimados, plantas e semoventes. Tudo é transformado, sistematicamente, pelo ser humano: cidades, campos de cultura e de criação de gado – até mesmo modificando geneticamente as espécies –, represas hidroelétricas, estradas, meios de transporte, navios, submarinos, aviões. Além da relação com o microcosmo, através das vacinas, ou com o macrocosmo, através dos veículos interplanetários.

Nada deixa de ser modificado pela inteligência, pela vontade e pelo trabalho humanos. E este fato também evidente não é, por acaso, uma recriação da natureza? Em sentido omnicompreensivo, o ser humano “procria” ao transformar o meio ambiente e os outros seres vivos. Mas essa recriação da natureza não pode ser realizada somente através do prisma de um dos sexos. É uma tarefa comum, onde cada um deles pode – e deve – contribuir com seu gênio próprio, diferente e complementar. Sinteticamente, o projeto comum entre mulheres e homens é fazer um mundo mais pleno e mais humano.

Com todas estas reflexões a partir do que é manifesto, desejo enfatizar que a perfeição do homem implica a conjugação harmoniosa de vários elementos: a) a tendência instintiva à paternidade; b) um modo paterno de pensar, de amar e de sentir; c) modalidade que o leva a exercer a paternidade em todos os seus atos, não apenas nos que direta ou indiretamente se relacionam com gerar filhos, mas na totalidade de sua livre atuação. Ora, para isso necessita aprender a exercitar suas qualidades e virtudes de modo masculino; e para isto o modelo paterno é insubstituível por conaturalidade; e o modelo materno também é insubstituível, mas por contraste. Obviamente, de modo recíproco para a mulher. Portanto, o modo de ser feminino é a maternidade e o modo de ser masculino é a paternidade, independentemente – como já foi dito – do fato biológico de ter concebido ou gerado algum filho.

e.5.e.4. Em síntese, o que denominei sentido “omnicompreensivo” da procriação tem um triplo significado: a) a geração biológica de novas gerações; b) sua criação e educação, esta última

entendida como a plena humanização dos filhos; c) recriar um mundo novo, que envolva as relações interpessoais e a transformação do ambiente que nos rodeia. Tudo isso através da sinergia que supõe a complementaridade das índoles femininas e masculinas.

Finalmente, nesta ordem de idéias, é simples compreender as muitas falácias que o *gênero* contém. Em primeiro lugar, sua concepção dualista da pessoa humana, ao desgarrá-la dos aspectos biológicos do sexo. Depois, a negação de uma essência propriamente humana e sua concreção em dois modos de ser diferentes: mulher e homem. Também é falaz a suposta autonomia absoluta para “construir” (sic) pessoal e socialmente a masculinidade e a feminilidade. Por isso, o machismo, o feminismo, o efeminado, o virago, o travestido, o transexual, o homossexual, o bissexual, o pederasta, o zoófilo, o promíscuo sexual, o necrófilo etc. são condutas doentias. Por último, é também falsa a necessidade de luta dialética pelo poder entre homens e mulheres. Como vimos, todos os postulados do *gênero* são falsos.

f. O gênero como categoria puramente ideológica: Ora, se o *gênero* não tem nenhuma validade científica nem antropológica, o leitor se perguntará legitimamente qual é a causa da constante “propaganda” que se faz de dito vocábulo. A resposta é simples de formular: o *gênero* é uma ideologia. Milhares de citações poderiam ser feitas para demonstrá-lo. Escolho apenas uma: nas reuniões preparatórias da Conferência da ONU sobre as Mulheres, posteriormente ocorrida em Pequim no ano de 1995, pretendeu-se – e se conseguiu – introduzir no documento prévio o vocábulo *gênero* – repetido mais de cem vezes. Quando tal termo foi questionado, a feminista e ex-deputada do Congresso dos EUA, Bella Abzug, respondeu: “O conceito de *gênero* está encravado no discurso social, político e legal contemporâneo. Foi incorporado ao planejamento conceitual, à linguagem, aos documentos e programas das Nações Unidas...”¹²⁵

¹²⁵ Alzamora Revoredo, Oscar, “Ideología de *género*: sus peligros y alcance”, parte integrante do “Lexicón” (acima citado), pág. 577.

Assim, o *gênero* é um conceito ideológico, utilizado com fins de “reengenharia social”.

O ideólogo é um fanático, que inculca em seus seguidores seu próprio descomedimento; esta atitude é um bom ponto de partida para o “êxito” da ideologia, pois favorece sua expansão e, ao mesmo tempo, oculta os aspectos mais débeis de seu corpo doutrinário.

Além disso, o “êxito” da ideologia de *gênero* está em que é polifuncional. Com efeito, é útil para:

a) toda pessoa ou grupo que pretende ter um poder hegemônico sobre determinada sociedade, pois idiotiza e narcotiza a maioria dos cidadãos;

b) os países ricos, que pretendem manter sua hegemonia geopolítica mediante o controle de natalidade nos países pobres;

c) as feministas de *gênero*, em sua luta dialética contra os homens;

d) o lobby homossexual, que encontra aqui uma justificação pretensamente científica de seus desvios;

e) os “profissionais” que vivem da difusão desta ideologia: certos burocratas da ONU, organismos multilaterais e internacionais e de diversos governos, sexólogos, psicólogos, sociólogos, trabalhadores sociais, docentes, terapeutas sexuais, “direitohumanólogos” etc.;

f) aqueles que lucram com a indústria do sexo: rufiões, pornocratas, traficantes de mulheres e de menores, travestis, fabricantes de contraceptivos etc.;

g) os meios de propaganda, pois necessitam de um povo que não tenha aprendido a pensar para que absorva sem críticas as idéias que propagam.

Entre muitos outros, estes grupos interessados confluem, em bem orquestradas campanhas, para a difusão da ideologia de *gênero*.

Percorremos o caminho que vai de certas falácias a uma ideologia compacta. Urge retornar ao realismo antropológico para compreendermos melhor – como homens e mulheres – e colaborar no projeto comum de fazer uma humanidade melhor do que a atual.

A IDEOLOGIA DE *GÊNERO* COMO FERRAMENTA DE PODER GLOBAL PARA UM NOVO AUTORITARISMO

a. Introdução: Como será amplamente visto neste capítulo, a ideologia de *gênero* é uma ideologia totalitária. Com esse adjetivo quero dizer que sua pretensão é a de abarcar todos os aspectos da vida pessoal e social. É uma nova antropologia, que pretende criar um novo ser humano, para então expandir-se e informar a totalidade da vida social. Existiram várias ideologias totalitárias ao longo da história. No Oriente, os monarcas absolutos reivindicavam para si a adoração que é devida à divindade – Nabucodonosor, Antíoco Epifânio, entre muitos outros. Algo parecido pode ser dito do Império Romano decadente, nas falidas reformas de Diocleciano e Juliano, o Apóstata. Em tempos mais recentes, é necessário lembrar que a chamada Modernidade emerge da ideologia totalitária dos revolucionários franceses, destruidores do Antigo Regime à base de execuções através da guilhotina ou dos massacres, como em La Vendée. Durante o século passado, as ideologias marxista e nazista foram também totalitárias: ambas pretenderam criar um “homem novo”, à custa de constantes banhos de sangue.

Utilizaram estas lúgubres experiências como meio de buscar o poder absoluto. Mas encontraram dois obstáculos insuperáveis: em primeiro lugar, que o poder absoluto não existe – para o homem,

pelo menos, não é possível; e, além disso, o ser humano pode ser ferido mas, ao final, se mostra indestrutível para toda antropologia errônea. Povos inteiros podem desaparecer, mas onde existir um ser humano – mulher ou homem –, sua inteligência buscará a verdade, sua vontade tentará amar e autodirigir-se para o bem. Verdade, amor e bem objetivos. Aqueles que não dobram seus joelhos diante dos poderosos de plantão, mas buscam com sinceridade sua plenitude humana, são indestrutíveis para a ideologia de ocasião.

A ideologia de *gênero* procura impor-se de forma totalitária através do exercício do poder absoluto, especialmente em nível supranacional – para daí penetrar em diferentes povos e nações –, e através do controle dos meios de propaganda e de desenvolvimento cultural¹²⁶. A documentação a respeito é extraordinária. Respeitando a finalidade deste trabalho, farei apenas um apanhado do assunto, descrevendo-o em grandes linhas. Aqui vamos:

b. A construção da *cidadania*: Algo se insinua manifestamente. Se as feministas de *gênero* propõem uma espécie de “guerra” contra todos os homens – considerados como a classe “opressora” –, necessitam de uma “massa crítica” de adeptos, proporcional ao objetivo proposto. Por sua vez, como nós, homens, estamos descartados por definição, essas “massa crítica” só pode sair da classe “oprimida”, ou seja, mulheres e “minorias sexuais” masculinas – homossexuais, travestis, pederastas etc.. O meio escolhido para conseguir essas adesões à causa é a chamada construção de *cidadania*, que consiste em um processo de quatro etapas:

¹²⁶ Digamos com franqueza, de uma vez por todas: a única proposta verdadeiramente “revolucionária” é a cristã porque é a única que respeita a liberdade de forma delicada. O cristianismo não é um corpo doutrinal ou moral, mas a simples proposta de conhecer – para seguir – os passos de Cristo; e o segue aquele que quer, e o que não quer fica em casa. O que sobra não são propostas, mas imposições violentas, desrespeitando inteiramente a liberdade humana, ainda quando prorrompam em panegíricos à liberdade.

- 1º) fazê-los tomar consciência de que são uma classe oprimida;
- 2º) fazê-los rebelar-se contra o *patriarcado*, ou seja, contra a ordem opressora constituída;
- 3º) arrebatat pela força o controle absoluto da procriação – eliminando qualquer figura masculina; e
- 4º) dominando o mundo do trabalho e o mundo político – nestes últimos pontos, a releitura dos direitos humanos em termos de *gênero* é uma ferramenta-chave para conseguir tais objetivos.

Em suas palavras: “Pode-se dizer que a luta pela *cidadania* das mulheres é a luta política contra todas as formas de dominação porque, para serem cidadãs com plenos direitos e possibilidades reais para seu exercício, é necessário realizar uma ‘batalha’ permanente e cotidiana para transformar o lugar e o papel atribuídos à mulher. Para construir a *cidadania*, as mulheres devem viver um duplo processo: ganhar reivindicações no plano social, político, econômico e cultural, e transformar-se a si mesmas, erradicando de seu interior a submissão assumida por longos anos...”

“... Porque até o momento a luta pela cidadania e pela paridade não significou o fim da ambiguidade para as mulheres, divididas entre um mundo feminino rejeitado por sua subordinação e um mundo masculino, onde encontrar um lugar não é fácil; mundo que tampouco oferece às mulheres a possibilidade do exercício pleno da *cidadania*. Ou seja, como é possível estar dentro e continuar produzindo e criando um discurso e uma prática social que transforme os modos de vida?”¹²⁷

Ora, a verdade é que a quase totalidade das mulheres não se interessa minimamente em adquirir uma cidadania nestes termos. Isto é, não se interessam por uma guerra sem quartel com os homens, gostam muito de ter filhos com eles – e não sozinhas – e se interessam pela esfera política e pelo mundo do trabalho sem que

¹²⁷ Sánchez, Olga A., “Lo invisible y visible de la salud de las mujeres”, artigo da *Revista de la Red de Salud de las Mujeres Latinoamericanas y del Caribe* nº 2-3/94, Chile, págs. 51/2.

estes sejam um fim exclusivo em si mesmos. Como as feministas de *gênero* perceberam esta realidade, propuseram-se impor pela lei a *cidadania* das novas gerações, através do sistema educativo escolar. Exemplo disso é a “lei Orgânica de Educação” da Espanha, Nº 2/2006 de 3 de maio desse ano, onde o fim da educação é assim definido: “Não pode estar determinada por critérios pragmáticos, mas deve formar cidadãos. Por esta razão, o Estado deve assumir a responsabilidade de formar cidadãos na *cidadania*”. E, deste modo, o governo de plantão pretende usurpar dos pais a educação moral dos filhos, transmitindo-lhes a ideologia de seus superiores.

Mais adiante, analisaremos com mais detalhes mas, por agora, anteciparemos a relação que existe entre “*cidadania*” e os “*direitos sexuais e reprodutivos*”. Afirmam que “a construção de um novo conceito de cidadania deve ser feito a partir do reconhecimento da diferença sexual, para conseguir com isso *desconstruir* a lógica cultural do *gênero*. É assim que a luta pelos *direitos sexuais e reprodutivos*, levada a cabo pelas mulheres em nosso país, pode começar a construir esse espaço de *cidadania* inclusiva no ponto de clivagem entre o público e o privado”.¹²⁸

Numa linguagem menos barroca, é o que se depreende do documento “Estratégia Nacional de Saúde Sexual e Reprodutiva”, do Ministério de Saúde da Espanha do ano 2010, trabalho que concretiza detalhadamente o que foi dito. Transcrevo algumas de suas afirmações: “... os estereótipos de *gênero* sobre o que é ser homem ou ser mulher em nossa sociedade têm graves repercussões para a vivência da sexualidade de forma prazerosa”. “A visão da sexualidade feminina na história ocidental se resume em duas figuras opostas: uma ligada à procriação e outra ao erotismo... Em ambos os casos... o corpo das mulheres é para os outros”. Por isso, “não é, pois, de se estranhar que as mulheres tiveram e tenham que viver o sexo de

¹²⁸ Durand, Teresa y Gutiérrez, María Alicia, “Cuerpo de Mujer”, artigo incluído na publicação “Mujeres sanas, Ciudadanas libres”, financiada pela FNUAP, pág. 5.

forma justificada. Assim, antes o significado da sexualidade era dado pelo casamento, sublimando a transcendente missão materna, enquanto que na atualidade se exige, ao contrário, sua dignificação através do amor romântico”; conseqüentemente, seria “necessário rever o conceito do papel reprodutivo das mulheres, introduzindo seu direito a uma *saúde sexual e reprodutiva* plena”. O Objetivo Geral da Estratégia é, portanto, “promover uma *saúde sexual* vivida de maneira integral, autônoma, diversa, igualitária, prazerosa e respeitosa, ao longo da vida, onde os *direitos sexuais e reprodutivos* de mulheres e homens estejam garantidos, assegurando alguns serviços acessíveis e uma atenção de qualidade, contribuindo, desta maneira, para melhorar o bem-estar da *cidadania*”. Para isso, questiona a “...heterossexualidade como norma e com fins reprodutivos”.¹²⁹

b.1. As cotas de gênero: A ideologia aqui estudada parte do preconceito de que mulheres e homens deveriam – com necessidade apodíctica – participar na vida política em absoluta igualdade matemática. Enquanto isso não acontecer, o homem continuará dominando a mulher, as guerras e a violência não terminarão e o mundo continuará tão perverso como sempre etc..

Carregando um pouco nas tintas, poder-se-ia dizer que os cultores do gênero tomam este postulado como se fosse o primeiro princípio tanto da razão teórica, como da prática. Ou seja, ocuparia o lugar que, na lógica material ou clássica, cabe ao princípio da não contradição – “uma coisa não pode ser e não ser ao mesmo tempo e a respeito da mesma coisa”. E, simultaneamente, ocuparia o lugar do primeiro princípio da ética clássica – “Deve-se fazer o bem e evitar o mal”. Tomam-no paralelamente como se fosse uma verdade evidente, no estilo de “o todo é maior que as partes”, e por tal motivo, sua discussão seria irracional. A realidade é bem outra. Com efeito:

¹²⁹ Diario La Razón de 29.01.10.

É evidente que nunca houve uma participação política matematicamente igual entre homens e mulheres. Também é evidente que a maioria das mulheres – e dos homens – nunca se interessou pela política no transcurso de sua vida terrena. Ora, se a homogeneidade na participação a respeito da coisa pública fosse uma necessidade antropológica, bastaria, para atingi-la, eliminar qualquer barreira legal ou prática para a participação feminina – algo assim como as diversas regras para a transparência do mercado, evitando os monopólios, a utilização de informação confidencial etc. No entanto, as feministas não admitem regras de jogo limpo na arena política. Reivindicam uma paridade total imposta pela lei, como se só o fato de ser mulher implicasse idoneidade para o manejo da coisa pública – o que, obviamente, tampouco é verdade.

As feministas de *gênero* dizem sem eufemismos: “Somente a inclusão de cotas de participação, que imponham a mesma representação dos sexos em todos os postos de autoridade onde se tomam decisões, pode fazer com que a participação das mulheres na polis seja real e irreversível”.¹³⁰ E até propõem que tais cotas devem fazer parte de uma política permanente, ao dizerem: “As medidas que são apresentadas para promover a participação das mulheres na vida política não devem ser apresentadas, como amiúde acontece, como um arranjo conjuntural para obter resultados sobre bases *ad hoc* e carentes de qualquer justificação doutrinal. Este enfoque conseguiria confirmar as injustas suspeitas relativas às cotas e sugeriria que a participação das mulheres em política só pode ser promovida por meios legais. É necessário, ao contrário, afirmar que estas provisões são estabelecidas em nome do próprio princípio de igualdade”.¹³¹

Falemos sem rodeios: as cotas paritárias¹³² são uma das ferra-

¹³⁰ Kelber, Mim, “Women and Government: New Ways to Political Power”, Ed. Praeger, Wesport, CT, 1994, pág. 33.

¹³¹ Kelber, Mim, op. cit., pág. 33.

¹³² Ainda que seja uma questão secundária, enfatizo que, “além de cotas, as feministas

mentas essenciais – um meio – para o fim proposto pelo feminismo: a tomada do poder de fato global.

b.2. Cidadania e direitos humanos: Um aspecto chave neste objetivo do feminismo radical, de construir sua *cidadania*, se encontra no âmbito dos direitos humanos. Uma das feministas assim descreve: “O *patriarcado* estabelece a identidade dos iguais, o homem (masculino, branco, urbano, proprietário etc.) como genérico da Humanidade, e a desigualdade dos diferentes. Esta tensão entre o paradigma liberal da igualdade e a progressiva emergência de outros atores sociais que reivindicam sua incorporação como iguais na diferença – as mulheres, entre eles – marcará todo o debate da corrente dos Direitos Humanos no presente século”.¹³³

Afirma, mais adiante, que “os *Direitos Reprodutivos* são filhos do avanço global da corrente dos Direitos Humanos e da crítica que a teoria feminista fez aos seus embasamentos, contribuindo de maneira decisiva para a mudança da percepção social da sexualidade, do corpo e da reprodução. [...] Ao denunciar seu embasamento *androcêntrico*, que substitui o universal humano pelo masculino (próprio, por outro lado, de todo pensamento ocidental), tomou visível a hierarquização do público em detrimento da denominada vida privada e evidenciou a existência de uma dupla moral sexual. Dentro da *divisão sexual do trabalho*, demonstrou que a maternidade tinha sido sacralizada como missão privada e íntima, escamoteando seu sentido social e coletivo. Assim, os *direitos reprodutivos* enunciam e

exigem a remoção dos estereótipos e de imagens tradicionais nos materiais educativos e nas apresentações dos meios de comunicação. A fim de conseguir a igualdade de desejo e de interesse, os textos escolares, as fábulas, os romances, os comerciais e os programas devem apresentar homens e mulheres empregados em igual número como soldados, cientistas, bombeiros e choferes de caminhão, ainda que isto não tenha relação com a realidade; as atividades nas quais apenas os homens participam deveriam ser classificadas como más, opressoras e discriminatórias” (O’Leary, op. cit., pág. 194).

¹³³ Zurutuza, Cristina, “El derecho como garantía de los derechos sexuales y reproductivos: ¿utopía o estrategia?”, em “Mujeres sanas, Ciudadanas libres”, pág. 45.

hierarquizam ‘o outro’: a mulher, a sexualidade, o privado, a liberdade no uso do próprio corpo para o prazer e a (não) maternidade como uma opção”.¹³⁴

A seguir, afirma sinceramente que, com relação aos direitos humanos, “o feminismo cria um novo campo e, sobretudo, **subverte profundamente seus sentidos**. Incorpora a mulher como sujeito de seu corpo e de sua sexualidade, oferece a ela o poder para decidir sobre sua vida presente e futura, dá-lhe permissão para o prazer. O que era exercício de poder e vigilância por parte dos diversos dispositivos sociais está se transformando em **direitos no contexto das reivindicações de gênero, da não discriminação e da democracia**”.¹³⁵ Finalmente, diz que “vale a pena que nos perguntemos sobre as estratégias para conseguir que as leis incorporem a denominada ‘*perspectiva de gênero*’. É verdade que se trata de uma lógica quase antagonica ao dispositivo jurídico tradicional”.¹³⁶

Das citações transcritas, evidencia-se que o meio a ser utilizado para alcançar o objetivo estratégico, obter a “massa crítica” de adeptos ao feminismo de gênero e também para conseguir o fim último da tomada do poder global é o direito dos direitos humanos, em especial os mal denominados *direitos sexuais e reprodutivos*. Vejamos:

c. Os direitos humanos em termos de interpretação de gênero: Como o Ocidente perdeu o *ethos* clássico – primeiro o greco-romano, depois o cristão – e a ideologia liberal eliminou de fato a moral pública, o campo ético ficou reduzido à esfera privada. Assim, o que dá coesão às nossas sociedades é o ordenamento jurídico, já que cada um reivindica como válida – unicamente – “sua” própria moral privada.

¹³⁴ Zurutuza, Cristina, op. cit., pág. 64.

¹³⁵ Zurutuza, Cristina, op. cit., pág. 65.

¹³⁶ Zurutuza, Cristina, op. cit., pág. 66.

Para evitar a repetição das Guerras Mundiais, com boa intenção veio sendo proposto um sistema supranacional, que garanta a paz e persiga os delitos de lesa- humanidade. No âmbito político, estão a ONU e os organismos regionais (União Européia, OEA etc.). No âmbito jurídico, estão os tratados de direitos humanos, os Comitês de seguimento dos mesmos e das Cortes de Direitos Humanos (a Européia, a Interamericana e a Corte Penal Internacional).

c.1. Funcionamento do sistema de direitos humanos: O horror que a Segunda Guerra Mundial produziu na humanidade incentivou uma resposta jurídica com o intuito de evitar um novo conflito dessa natureza. Criou-se, assim, a Organização das Nações Unidas com o fim de velar pela paz no planeta. Paralelamente, organismos regionais foram sendo criados, começando pela América do Norte e Europa. Imediatamente depois, os países começaram a negociar tratados internacionais, para assegurar a vigência dos direitos fundamentais da pessoa humana – o que era visto como uma condição necessária para a manutenção da paz mundial. Estes são os tratados de direitos humanos. O primeiro deles é a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (OEA, de 02/05/1948) e o segundo é a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, de 10/12/1948). A eles se seguiram outras convenções assinadas pela quase totalidade da comunidade internacional.

c.1.a. Os Tribunais de direitos humanos: Os direitos reconhecidos em tais tratados internacionais não são dos Estados, mas dos cidadãos e habitantes de cada Estado. Esses direitos são exercidos contra o Estado onde foi realizado o ato violatório dos mesmos. É uma jurisdição supletória, isto é, que atua unicamente quando as autoridades nacionais – sejam elas executivas, legislativas ou judiciais – não protegem ou – ao menos – não indenizam nem fazem cessar adequadamente o ato contrário ao direito. Essa jurisdição supletória é supranacional e é exercida através de certos Tribunais Internacionais, como, por exemplo e entre outros: a Corte Européia de Direitos Humanos, a Corte Interamericana de Direitos Humanos ou o Tribu-

nal Penal Internacional. Cada uma destas Cortes só pode atuar tutelando os direitos dos tratados internacionais de direitos humanos que correspondam à sua jurisdição, sempre e quando a justiça nacional não tenha sido eficaz em dita tutela. Os Estados-Parte são obrigados a cumprir as sentenças definitivas destes Tribunais, sob pena de incorrer em responsabilidade internacional. O leitor não se deveria surpreender com o fato de que as grandes potências – EUA, Rússia e China – não ratificaram nenhum destes tratados; e, como consequência, não existe jurisdição internacional que possa imiscuir-se dentro de suas fronteiras...

c.1.b. Os Comitês de monitoramento: Além disso, as convenções internacionais de direitos humanos criaram alguns Comitês de acompanhamento, que são órgãos cuja finalidade é examinar o progresso que o Estado realizou quanto à vigência efetiva dos direitos humanos, que tais tratados reconhecem e protegem. Para esse fim, desenvolvem três atividades principais:

1º) examinar os informes que periodicamente os Estados-Parte têm que apresentar-lhes – já há algum tempo recebem também, junto aos informes oficiais, informes de certas ONGs ideologizadas, interessadas na pressão internacional para obter determinadas mudanças legislativas, políticas ou judiciais;

2º) da leitura dos informes surge a elaboração de observações ou recomendações gerais, dirigidas aos Estados-Parte; ainda que tais recomendações não sejam juridicamente vinculantes, pretende-se que o sejam;

3º) o recebimento de denúncias privadas com a consequente investigação dos casos; e, se for cabível, propor algum acordo entre o ofendido e o Estado-Parte e, no caso em que não se consiga o acordo, atuar como denunciante do Estado frente ao Tribunal Internacional competente.

c.1.c. A ideologização do sistema de direitos humanos: Enquanto o sistema de direitos humanos se mantiver fiel aos fins que motivaram seu nascimento, não se pode duvidar do enorme benefí-

cio que garantem para a comunidade internacional e, sobretudo, para os súditos de cada um dos Estados em que regem tais convenções.

Por outro lado, seria ingênuo não perceber o quanto este sistema é tentador para qualquer ideologia com pretensões totalitárias. Basta ter uma maioria consistente – e com indícios de permanência – nos Tribunais internacionais e nos Comitês de monitoramento para reinterpretar, mais ou menos forçadamente, os lacônicos textos dos tratados de direitos humanos para proibir qualquer coisa que se oponha ou permitir aquilo que favoreça os postulados ideológicos de plantão. Deste modo se consegue que os povos e nações tenham que modificar suas constituições, legislações ou costumes pelo arbítrio de apenas um punhado de burocratas de organismos internacionais chave. Claro está que isto não se consegue de um dia para outro. Deve-se conquistar Tribunal por Tribunal e Comitê por Comitê, cuidando para que, na renovação de seus membros, seja mantida uma maioria permeável à ideologia de plantão. Não é fácil nem se faz em pouco tempo, mas é possível e há muito começou a corrida para consegui-lo. Ofereço dois exemplos como amostra, entre tantos que poderia ter escolhido.

c.1.c.1. Em 3 de novembro de 2009, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos condenou a Itália, afirmando que “... a presença de crucifixos nas aulas escolares constitui uma violação do direito dos pais de educar seus filhos segundo suas convicções e viola a liberdade religiosa dos alunos”, enfatizando que “... a Corte não pode entender como a exposição, nas classes da escola estatal, de um símbolo que pode ser razoavelmente associado ao catolicismo pode servir ao pluralismo educativo, essencial para a conservação de uma sociedade democrática, tal como é concebida pela Convenção européia dos direitos humanos, um pluralismo que o Tribunal Constitucional italiano reconhece”.

O caso foi iniciado por uma mãe muçulmana estrangeira, que mandava seus filhos para escola pública e que se sentia subjetivamente ofendida por um símbolo religioso e cultural, tão apreciado pelo

povo italiano há quase dois milênios. Essa mulher tem todo o direito do mundo de rejeitar os crucifixos, razão pela qual poderia ter mandado seus filhos a outra escola que não os possuía ou, em último caso, voltar ao seu país de origem. O que é absurdamente injusto é que seu capricho seja imposto a todo o povo italiano, que é quem está custeando com seu bolso o estudo de seus filhos. Negar a contribuição do cristianismo à cultura italiana é demonstração de barbárie maior que ignorar o teorema de Tales de Mileto. O Tribunal de Estrasburgo se atreverá a mudar os axiomas da geometria euclidiana pela queixa do pai de um aluno que foi reprovado em matemática?... Sejamos sinceros, o problema não é jurídico, mas ideológico: “crisofobia” pura e simples... A República da Itália recorreu à resolução e o recurso foi formalmente admitido sem que, até o momento, uma sentença definitiva tenha sido dada sobre a questão.

c.1.c.2. O outro caso-testemunha tem relação direta com a ideologia de *gênero*. Aconteceu no México. A menina de 13 anos, Paulina del Carmen Ramírez Jacinto, foi estuprada no dia 31 de julho de 1999 e ficou grávida. Sua mãe solicitou às autoridades que fosse praticado um aborto, segundo o art.136 do Código Penal do Estado da Baixa Califórnia. O aborto foi autorizado, mas o pessoal da Saúde se negou a realizá-lo pelos riscos à saúde da adolescente. Em 13 de abril de 2000, nasceu o menino Isaac de Jesús Ramírez Jacinto. No dia 14 de julho desse ano, o estuprador foi condenado a 16 anos de prisão. Em 8 de março de 2002, Paulina del Carmen Ramírez Jacinto processou o México diante do Comitê Interamericano de Direitos Humanos (Causa P-161/02). No dia 8 de março de 2006, chegou-se a um acordo de solução amistosa entre as partes, pelo qual o México indenizou Paulina com dinheiro e outras prebendas; além disso, obrigou-se a financiar cursos de capacitação e a promover diversos projetos de lei, todos favoráveis ao aborto.¹³⁷

¹³⁷ Informativo 21/07, de 9 de março de 2007, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, pelo qual foi aprovado o Acordo de Solução Amistosa entre as partes.

c.2. Os direitos sexuais e reprodutivos como eixo dos direitos humanos em termos de gênero: Mais além de toda retórica barroca, o conteúdo real destes supostos “direitos” se desenvolveu – historicamente – em três etapas, a saber:

a) em primeiro lugar, concretiza-se através da entrega gratuita de contraceptivos e treinamento para seu uso – começando com os maiores de idade, depois com toda a população, mesmo a de mais tenra infância;

b) a segunda etapa é a descriminalização da esterilização e do aborto a pedido – seja através de leis de prazos ou de suposições ambíguas, como a “saúde psíquica” ou “situação socioeconômica”;

c) a última etapa é a legalização do aborto, que supõe que os custos sejam assumidos pelo Estado ou pela seguridade social.

Existem governos que admitem como verdade que o *gênero* seja uma construção social, necessária para criar – com autonomia absoluta – novos seres humanos que, no devido tempo, dariam origem a uma nova sociedade, verdadeiramente livre e igualitária – o que eliminaria todo tipo de violência. Parece lógico que tais governantes tomem como eixo principal de sua política, no tocante aos direitos fundamentais, assegurar a todo cidadão o máximo gozo de seus *direitos sexuais e reprodutivos*. E é o que estão tentando.

Vejamos:

Por exemplo, a ação da União Européia, desde o início do Terceiro Milênio, mostra o modo totalitário pelo qual se pretendem impor os chamados *direitos sexuais e reprodutivos*. Com efeito:

O Informativo do Parlamento Europeu sobre “*saúde sexual e reprodutiva e os direitos nesta matéria*” (Van Lancker, de 06/06/02): “Recomenda que, **para proteger a saúde reprodutiva e os direitos das mulheres, o aborto seja legalizado**, a fim de torná-lo mais acessível a todos e eliminar, assim, os riscos das práticas ilegais” (nº12). Desde que o Informativo Sandbaeck (01/01/03), que é o regulamen-

to para a “ajuda a políticas e programas em países em desenvolvimento”, entrou em vigor, os empréstimos da União Européia aos países pobres são dirigidos prioritariamente para financiar a “*saúde reprodutiva*”. Decisão reafirmada pelo Parlamento Europeu, em 05/10/04, pela Resolução 1399 e pela Recomendação 1675, intituladas “Estratégia européia para a promoção da saúde e dos *direitos sexuais e reprodutivos*”, que se referem à promoção dos mesmos no interior da União. Além disso, a Assembléia Parlamentar do Conselho da Europa, em sua Resolução 1607, de 16/04/08, convidou seus membros a “descriminalizar o aborto, se ainda não o fizeram” e a “oferecer as condições de escolha livre e clara ao acesso a um aborto sem riscos” – o que é uma clara pressão para que a Polônia e a Ilha de Malta legalizem o aborto.

c.2.a. Paralelamente, a XXX Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), adotou o “Programa Interamericano sobre a Promoção dos *Direitos Humanos da Mulher e da Equidade e Igualdade de Gênero* (PIA)”, o qual foi respaldado pelos chefes de Estado na Terceira Cúpula das Américas. Tal Programa inclui um acompanhamento institucionalizado, caracterizado pela sigla SEPIA. Este acompanhamento é realizado pela “Comissão Interamericana de Mulheres (CIM)”. Entre os dias 30 e 31 de julho de 2002, foi realizado na cidade de Washington, o SEPIA II, sobre o tema “*Gênero e Justiça*”, que foi concluído com o documento final “Para uma justiça com *gênero*”. Tal documento sintetiza as “recomendações para integrar uma perspectiva de *gênero* nos programas e políticas dos Ministros de Justiça, ou de Ministros ou Procuradores Gerais das Américas com competência no tema”, segundo o cabeçalho do mesmo. Cito textualmente do próprio documento: “A Comissão Interamericana de Mulheres (CIM)... considera que tais avanços só poderão materializar-se na medida **em que tenham continuidade e sejam concebidos como políticas que devem ser implementadas transversalmente**”. Apesar disso, esclarecem que “**estas recomendações não são obrigatórias nem vinculantes, (e) devem ser apro-**

priadamente consideradas e integradas". Ou seja, toma-se a decisão política de "impor" a perspectiva de *gênero*, embora reconhecendo que essas recomendações carecem de valor jurídico.

c.2.b. Poucos meses antes, os Ombudsman da América Latina tinham se reunido em São José da Costa Rica, de 14 a 16 de maio de 2002, por ocasião do Seminário-Oficina denominado "A Promoção e Proteção dos *Direitos Reprodutivos* através do Trabalho nas Instituições Nacionais de Direitos Humanos", convocado pelo Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas Para os Direitos Humanos (OACDH), pelo Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP) e pelo Instituto Interamericano de Direitos Humanos (IDH). O principal objetivo proposto pelo Seminário foi "Construir e elaborar propostas concretas para o avanço na promoção e proteção dos *direitos reprodutivos* das mulheres".¹³⁸ Mais adiante são feitas duas afirmações dogmáticas – sem nenhuma demonstração nem justificação –, que servirão de base para as conclusões operativas; ali é dito que: "Os direitos humanos universais incluem os *direitos sexuais e os direitos reprodutivos*"¹³⁹ e que, "dadas suas características de universalidade, integralidade, indivisibilidade e interdependência, a promoção e a proteção dos direitos humanos – incluídos os *sexuais e reprodutivos* – se incluem na busca do desenvolvimento humano".¹⁴⁰

No capítulo seguinte, são feitas recomendações, algumas para o âmbito nacional, outras para o regional. Entre as primeiras, destacam-se as seguintes: "Dar continuidade à implementação nacional dos compromissos, assumidos pelos Estados, nos instrumentos internacionais sobre direitos humanos, particularmente em matéria de *direitos reprodutivos*, incluindo as recomendações dos comitês ou

¹³⁸ Documento Final do Seminário-Oficina, capítulo I.

¹³⁹ Documento Final do Seminário-Oficina, capítulo III, item 1.

¹⁴⁰ Documento Final do Seminário-Oficina, capítulo III, item 1.

comissões de direitos humanos e dos órgãos de proteção do sistema universal e interamericano”.¹⁴¹ Nessa ordem de ideias, também foi proposto: “Monitorar o cumprimento da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) e promover a ratificação de seu Protocolo Facultativo”.¹⁴² Estas recomendações demonstram tudo o que foi dito previamente sobre o modo de utilizar os tratados de direitos humanos para impor a ideologia de *gênero*, e o papel que nisso se atribui ao Protocolo Opcional da CEDAW. Além disso, foi proposto: “Incentivar a incorporação da *perspectiva de gênero* na atuação institucional” e “Incorporar os *direitos sexuais e reprodutivos* como parte das estratégias de trabalho das Instituições Nacionais”.¹⁴³ Aqui se manifesta o movimento envolvente entre a ideologia de *gênero* e a “*saúde reprodutiva*”.

Finalmente, procura-se “a aproximação, a cooperação e a assessoria técnica de organismos internacionais e agências de cooperação (como o FNUAP e outra) para o apoio de ações nacionais de promoção e proteção dos *direitos reprodutivos*”.¹⁴⁴ Por fim, em nível Regional, várias ações são propostas, entre elas: “Promover a inclusão do tema de *direitos sexuais e reprodutivos* na Federação Ibero-Americana de Ombudsman e no Conselho Centro-Americano de Procuradores de Direitos Humanos”.¹⁴⁵

Sintetizo agora, um dos documentos de trabalho que foi utilizado no Seminário. Com a benevolência do leitor, transcreverei textualmente a Introdução do mesmo, pois é um resumo dos temas e enfoques do trabalho. Diz assim:

¹⁴¹ Documento Final do Seminário-Oficina, capítulo V, item 2.

¹⁴² Documento Final do Seminário-Oficina, capítulo V, item 3.

¹⁴³ Documento Final do Seminário-Oficina, capítulo V, itens 4 e 6.

¹⁴⁴ Documento final do Seminário-Oficina, capítulo V, item 8.

¹⁴⁵ Documento final do Seminário-Oficina, capítulo V, item 8.

“O presente documento está dividido em quatro partes. Na primeira parte, intitulada **Os direitos reprodutivos são direitos humanos**, são explicados os seis conceitos que tiveram que ser desenvolvidos na evolução dos direitos humanos, para que se pudesse compreender o alcance dos direitos humanos das mulheres e assim poder entender os *direitos reprodutivos* como parte integral dos direitos humanos. Além disso, foi incluída uma lista de seis razões que fazem com que todas as instituições Nacionais de Direitos Humanos, mesmo aquelas com mandatos muito restritos, integrem os *direitos reprodutivos* que tenham relação com seu mandato em sua atuação para cumprir com sua obrigação de proteger, promover e garantir os direitos humanos *sem discriminação*”.

“A segunda parte, intitulada ‘**O Alcance e conteúdo dos direitos reprodutivos**’, descreve, no primeiro parágrafo, o universo dos *direitos reprodutivos*, como composto de doze direitos humanos fundamentais que, por sua vez, incluem outros direitos humanos; e, num segundo parágrafo, faz uma análise destes doze *direitos reprodutivos*, a partir das definições que deles fizeram diferentes instrumentos e instâncias internacionais”.

“A terceira parte, intitulada ‘**A importância da função quase-jurisdicional das instituições nacionais de direitos humanos**’, faz uma breve descrição do mandato das instituições nacionais de direitos humanos e as diferenças entre elas, para explicar que a função quase-jurisdicional não as limita a aplicar apenas aqueles instrumentos ratificados por seu país, mas que as obriga moral e juridicamente a incluir todos os *direitos reprodutivos* em sua atuação.

A autora menciona “doze direitos que hoje em dia perfazem os *direitos reprodutivos*”, ainda que seja obrigada a reconhecer que “**estes direitos não estão explicitados como tais em nenhum instrumento legal internacional de direitos humanos**”.¹⁴⁶ Apesar de tal reco-

¹⁴⁶ Facio, Alda, op. cit., capítulo II, ítem A.

nhecimento, falará extensamente dos doze *direitos reprodutivos* que acaba de dizer que não existem... Mais adiante afirma – com manifesta incongruência – que, “devido ao dinamismo inerente à teoria e à prática dos direitos humanos, o universo dos *direitos reprodutivos* está sendo constantemente ampliado. No entanto, pela natureza deste documento, este universo foi delimitado aos seguintes doze direitos humanos fundamentais”¹⁴⁷ (sic).

Mais abaixo, irá mencionando seus doze *direitos reprodutivos* imaginados. O primeiro deles seria o direito à vida, interpretado exclusivamente como uma espécie de direito de não morrer, que toda mulher que queira abortar teria. De modo elíptico, mas claro, propõe um suposto “direito ao aborto” a pedido de toda mulher, ao dizer textualmente que alguns Comitês de Direitos Humanos “recomendaram que as normas que criminalizam o aborto sejam revistas. Nas observações finais aos informes, por exemplo, da Argentina, Colômbia, Peru, México, Nicarágua e do Chile, estes comitês disseram que tais Estados devem tomar todas as medidas necessárias para evitar que as mulheres percam suas vidas como resultado da legislação restritiva nesta matéria”.¹⁴⁸

O segundo direito seria o direito à saúde, com esta curiosa interpretação: “Se o *direito à saúde reprodutiva* é parte do direito à saúde, é óbvio, então, que o *direito à saúde reprodutiva* está garantido por vários tratados internacionais, como a Declaração Universal, o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, a CEDAW...”.¹⁴⁹ A falácia e a tautologia são evidentes: pretende provar que o “*direito à saúde reprodutiva*” é parte do direito à saúde porque, como é parte do direito à saúde, estaria garantido por vários tratados internacionais. Como era de se esperar, inclui a ideologia de *gênero* neste pretenso direito humano, ao dizer que “... integra o

¹⁴⁷ Facio, Alda, op. cit., capítulo II, ítem A.

¹⁴⁸ Facio, Alda, op. cit., capítulo II, ítem B, 1.

¹⁴⁹ Facio, Alda, op. cit., capítulo II, ítem B, 2.

princípio fundamental de *não-discriminação* com base no *gênero*, na prestação de serviços de saúde, e recomenda integrar uma perspectiva de *gênero* no plano de políticas e programas de saúde”.¹⁵⁰

O terceiro pretensão direito humano, integrante dos *direitos reprodutivos e sexuais*, seria a liberdade, segurança e integridade pessoais. Neste parágrafo, são incluídos alguns direitos válidos, como a imunidade à tortura, a não submissão ao estupro etc., mas também se lê a seguinte afirmação: “... No contexto da política de *saúde reprodutiva*, os informes (recebidos por esta Relatoria) indicam que as políticas de Estado contribuem para a violência contra a mulher, que se manifesta em... abortos em condições poucos seguras”.¹⁵¹

O quarto direito mencionado seria, para essa autora, o pretensão direito de “escolher o número e o intervalo dos filhos”. A menção deste suposto direito implica o desconhecimento total da natureza humana e do que são os direitos. Com efeito, na geração de um ser humano, intervêm um componente masculino, outro feminino e, o mais importante, uma *álea* – que inclui elementos biológicos em parte conhecidos, mas em parte misteriosos. Como consequência deste último elemento, ninguém pode garantir que terá os filhos que queira nem que os terá quando os deseje. Quanto ao direito, uma de suas características essenciais é a coatividade, isto é, a faculdade de exigir de todos, ou de alguns terceiros, determinada conduta ou pelo menos a reparação pecuniária dos danos provocados pelo descumprimento. Ora, se alguém tivesse o suposto “direito” de escolher o número e o espaçamento dos filhos, deveria ter poder de coação para obrigar algum terceiro a ter relações sexuais com o suposto titular desse “direito”. E isto é um despropósito. Por tanto, o número e o espaçamento dos filhos pode ser: a) um desejo – legítimo –, ou b) um capricho – ilegítimo –, mas jamais um direito... Fora essa explicação, destaco que a autora inclui, nesse suposto direito, o

¹⁵⁰ Facio, Alda, op. cit., capítulo II, ítem B, 2.

¹⁵¹ Facio, Alda, op. cit., capítulo II, ítem B, 3.

aborto a pedido, quando afirma que “os diferentes comitês observam que o direito de decidir o número de filhos está diretamente relacionado com o direito à vida da mulher quando existem legislações proibitivas ou altamente restritivas em matéria de aborto, que geram altas taxas de mortalidade materna”.¹⁵²

O quinto direito seria o “direito à intimidade”, no qual estaria incluído o direito de ser a mulher esterilizada sem considerar a opinião do marido, ou de os médicos não informarem às autoridades públicas que uma mulher fez um aborto (nos países onde o aborto é crime).¹⁵³ O seguinte seria o direito “à igualdade e a *não discriminação*”. A autora supõe que as leis que impedem o aborto sejam discriminatórias, pois são “intervenções próprias da mulher” (sic), e a lei a que dá o nome de “*discriminação por orientação sexual...* Assim foi determinado pelo CDH quando estabeleceu por unanimidade que as leis da Tasmânia que criminalizam a sodomia consensual violavam os direitos à privacidade e à não discriminação por razões de sexo, contido no Pacto de Direitos Civis e Políticos”.¹⁵⁴ Menciona, em seguida, o direito ao casamento e a fundar uma família. A autora inclui no direito ao casamento – contra toda lógica – “... o caso do Chile. [onde] o CDH disse que a inexistência de uma lei de divórcio pode equivaler a uma violação do parágrafo 2º do artigo 23 do Pacto de Direitos Civis”.¹⁵⁵ Mais adiante, menciona o direito ao emprego e à seguridade social.¹⁵⁶

Refere-se, depois, ao direito à educação, que incluiria – segundo a perspectiva particular da autora – “**o direito à educação sexual e reprodutiva, assim como o direito a não discriminação no exercício e gozo deste direito**”. A respeito deste último ponto, Facio afir-

¹⁵²Facio, Alda, op. cit., capítulo II, ítem B, 4.

¹⁵³ Facio, Alda, op. cit., capítulo II, ítem B, 5.

¹⁵⁴Facio, Alda, op. cit., capítulo II, ítem B, 5.

¹⁵⁵ Facio, Alda, op. cit., capítulo II, ítem B, 5.

¹⁵⁶ Facio, Alda, op. cit., capítulo II, ítem B, 5.

ma “que é obrigação do Estado prover a educação sexual dos adolescentes e que esta educação deve ser sensível à liberdade de cultos e ao direito dos pais de educar seus filhos de acordo com suas convicções. No entanto, isto não quer dizer que os pais tenham o direito de impedir que seja oferecida uma *educação sexual e reprodutiva* às suas filhas e filhos, já que o direito dos pais de educar seus filhos/as de acordo com suas convicções não substitui o interesse dos meninos e das meninas, nem pode ser exercido de forma discriminatória entre filhos e filhas”.¹⁵⁷

Este argumento é uma falácia, pois os tratados internacionais atribuem expressamente aos pais o direito de que seus filhos recebam a educação religiosa ou moral – mesmo na escola pública – segundo suas convicções. Com o mito do “interesse” dos filhos, arruinam o direito dos pais e, como consequência, tal direito fica ilegítimamente nas mãos onímodas do Estado, que é quem determina os programas e a bibliografia da *educação sexual*. Deste modo, as disposições explícitas dos tratados de direitos humanos com relação ao pátrio poder são violadas.

Finalmente, são mencionados os supostos direitos: “à informação adequada e oportuna”, a “modificar os *costumes discriminatórios contra a mulher*” e “a usufruir do progresso científico” (sic).¹⁵⁸

c.3 A justiça de gênero na Tribunal Penal Internacional (TPI): Proponho-me demonstrar, agora, que algo similar ao que acontece no sistema americano está ocorrendo no sistema de direitos humanos da ONU, mais concretamente na Corte Penal Internacional. Com efeito, durante o longo processo de constituição da CPI, um dos assuntos decisivos foi a definição de quais seriam os delitos que ficariam em sua órbita, pois é evidente que muito poucos delitos podem ser considerados imprescritíveis e sujeitos a uma jurisdição

¹⁵⁷ Facio, Alda, op. cit., capítulo II, ítem B, 9.

¹⁵⁸ Facio, Alda, op. cit., capítulo II, ítems B, 10, 11 e 12.

supranacional. Em dezembro de 1997, as ONGs feministas agrupadas em torno do “*Women’s Caucus for Gender Justice*” (Coletivo de Mulheres pela Justiça de *Gênero*) conseguiram que fosse incluído no rascunho da lista de delitos a chamada – por elas – “*gravidez obrigatória ou forçada*”, que definiram internamente como “qualquer tipo de gravidez que não pode ser interrompida pela vontade”. Portanto, é evidente que sua intenção é suprimir toda legislação que coloque algum limite ao aborto a pedido da mulher. Felizmente, a definição recolhida pelo Estatuto da CPI diz que “por gravidez forçada se entenderá o confinamento ilícito de uma mulher que ficou grávida pela força, com a intenção de modificar a composição étnica de uma população ou de cometer outras violações graves do direito internacional. De modo algum, será entendido que esta definição afeta as normas de direito interno relativas à gravidez”.¹⁵⁹

Em primeiro de julho de 2002, entrou em vigor o Tratado de Roma e, portanto, começou a funcionar a Corte Penal Internacional. Ainda em 10 de dezembro desse mesmo ano, foi constituído o Coletivo de Mulheres Latino-Americanas pela Justiça de *Gênero*, que é, em nossa região, a submissa filial do “*Women’s Caucus for Gender Justice*”. “Seu objetivo é que essa Corte persiga judicialmente, em todo o mundo, quem se oponha ou limite o chamado *direito ao aborto*, o reconhecimento jurídico das uniões homossexuais e, em geral, quem não esteja de acordo com a chamada ‘*autonomia reprodutiva da mulher*’. Nesta tentativa de impor um pensamento único global, perseguem-se governos, legisladores, associações civis ou simples cidadãos de qualquer país que discordem da “nova ética universal de valores relativos”, isto é, qualquer pessoa que tenha a convicção de que existem preceitos morais imutáveis, que obriga todos os homens, qualquer que seja sua religião”.¹⁶⁰

¹⁵⁹ *Boletín Oficial de la República Argentina* n° 29.572, de 23.01.01, Suplemento, 1° Seção.

¹⁶⁰ Boletim Informativo Notícias da ONU, n° 557, de 21/01/2003.

Entre os objetivos do Coletivo Latino-Americano, segundo informa em sua página da internet, estão os seguintes:

“Iniciar processos de divulgação e capacitação no âmbito da Corte Penal Internacional e da *justiça de gênero*”.

“Manter e nutrir um jornal virtual sobre direitos humanos e *justiça de gênero* como base para a articulação do coletivo.”

“Promover o acesso de mulheres a instâncias judiciais nacionais e internacionais.”

“Desenvolver progressivamente um corpo de conhecimento no âmbito da *justiça de gênero* e do direito humanitário.”

“Promover o intercâmbio e apoio entre as organizações não governamentais que participam da articulação, e convocar outras organizações de movimento de mulheres e feministas para trabalhar conjuntamente.”

“Iniciar e/ou fortalecer processos de alianças entre o movimento de direitos humanos e o movimento de mulheres em torno da CPI.”

“Participar nos processos de implementação para garantir que os avanços que o Estatuto de Roma estabelece em matéria de violência sexual, participação e proteção a vítimas e testemunhas sejam incorporados e sirvam como parâmetro para melhorar nossas atuais legislações sobre o assunto.”

“Iniciar e/ou reforçar processos de exigibilidade política e jurídica no âmbito da *justiça de gênero*”.

c.4. A agenda de gênero nos parlamentos nacionais: Um objetivo evidente para impor esta ideologia é dotá-la de uma presença eficaz nos organismos estatais que elaboram as leis e, ao mesmo tempo, participam – direta ou indiretamente – na eleição e remoção dos juízes. De outro modo, não é possível que o ordenamento jurídico seja útil para impor o *gênero*. É por isso que obter cargos legislativos tirou o sono das feministas. Historicamente o processo se desenrolou deste modo:

– No início, pareceram contentar-se com uma presença simbóli-

ca, mas que foi útil para colocar os assuntos de seu interesse frente à opinião pública;

– O passo seguinte foi lutar por uma presença numericamente significativa nas cadeiras legislativas, fim esse alcançado depois que as *cotas de gênero* foram impostas nas candidaturas a tais cargos eletivos;

– Uma vez obtida a “massa crítica” de legisladoras, o passo seguinte foi a criação de determinadas comissões legislativas – onde tiveram ampla maioria – e que lhes permitiram a elaboração de diversos projetos de lei, inclinados a introduzir a ideologia no corpo normativo legal; os nomes destas comissões podem ser: de *gênero*, da mulher, *igualdade e não discriminação* etc.;

– Com a experiência do trabalho nestas comissões ideologizadas, formadas por mulheres parlamentares de diversos partidos, deram o passo seguinte: concertar entre elas uma “*agenda de gênero*”, independentemente da filiação partidária ou da ideologia política, de cada uma das parlamentares;

– O último passo foi a concretização, ponto por ponto, de todas as leis idealizadas na *agenda de gênero* de cada parlamento nacional ou regional.

– Naturalmente, cada Nação tem sua própria história parlamentar, com seus diferentes protagonistas, seus partidos ou correntes políticas e ideológicas, e seus próprios tempos históricos. No entanto, ao considerar os Diários de Sessões, a composição das Câmaras e suas Comissões, ao estudar os projetos apresentados por cada legislador, é possível fazer a crônica historiográfica deste processo. Obviamente, tal coisa excede amplamente o propósito deste livro. Por isso, limitar-me-ei a dar dois exemplos do que foi afirmado. Vejamos:

c.4.a. A agenda de gênero na Argentina, para o triênio de 2008/10: Estabeleço o caso argentino como paradigma de um parlamento já consolidado, com uma massa crítica de legisladoras feministas, com uma ocupação feminina de um terço das candidaturas a

deputados e a metade dos postulantes a senadores. Isso faz com que pelo menos 35% dos legisladores sejam mulheres e, destas, uma ampla maioria é militante do feminismo de *gênero*.

No dia 12 de março de 2008, a Câmara dos Deputados da Nação aprovou por unanimidade, com 197 votos a favor e 0 contra, a “*agenda de gênero*” para o exercício parlamentar de 2008 a 2010. É um compromisso dos integrantes de dita Câmara elaborar vários projetos de lei, entre os quais se encontram os seguintes temas:

“1ª) Medidas para o verdadeiro cumprimento da Convenção de Belém do Pará e da plataforma de ação de Beijing”. Devo salientar que Belém do Pará é um tratado internacional entre algumas nações americanas para erradicar e sancionar a “*violência contra a mulher*”. Por outro lado, a plataforma de ação da Conferência de Pequim (Beijing) foi o primeiro documento político que incorpora a ideologia de *gênero*.

“2ª) Medidas para cumprir com as metas do milênio sobre redução de mortalidade materna” e, para isso, se comprometeram especificamente a elaborar “medidas para garantir a plena vigência dos *direitos sexuais e reprodutivos* das mulheres, com especial consideração das recomendações dos organismos encarregados do monitoramento dos tratados internacionais de Direitos Humanos”. Mais abaixo, neste mesmo capítulo – item d.1. – o leitor poderá comprovar quais são essas “recomendações” dos organismos de monitoramento dos tratados de direitos humanos.

“4ª) Revisão integral da lei antidiscriminatória”, incluindo aqui a “ampliação das categorias e incorporação da não taxatividade da enumeração”. O que se pretende é incluir a não discriminação por *gênero* e por *orientação sexual* e, com isso, punir com prisão qualquer pessoa que – por exemplo – expresse publicamente que a homossexualidade – o travestismo, a promiscuidade sexual etc. – são doenças mentais ou morais. Por outro lado, se uma lei penal admite categorias não taxativas quanto a condutas consideradas delituosas, estamos diante do que se chama “tipos penais abertos”, que são pró-

prios de regimes totalitários. Neles, a conduta delituosa está definida com tal amplitude que – na prática – o regime imperante o utiliza para prender opositores políticos ou ideológicos.

“8ª) Reformas no Código Penal”, entre elas a “revisão do Código Penal quanto à figura do reconhecimento da imputabilidade diminuída no estado puerperal da mãe”. Concretamente, procura-se que o filicídio cometido pela mãe, durante os 40 dias posteriores ao parto, seja sancionado com uma pena simbólica.

É evidente que pactos como este existem em muitos parlamentos. No entanto, na grande maioria não são exteriorizados perante a opinião pública. O caso argentino é extremo e mostra o total descaramento com que os cultores do *gênero* se movem em dito país. Uma última observação a respeito: alguns dos deputados que votaram a favor da proposta pessoalmente são contrários ao aborto, às uniões homossexuais etc.. No entanto, participaram desta iniciativa com seu voto positivo ou, ao menos, se ausentando na votação. Isto demonstra duas coisas: a) estas iniciativas são apresentadas numa linguagem ambígua, que confunde muitas pessoas bem intencionadas; e b) a mediocridade dos legisladores, que votam afirmativamente em projetos cujo conteúdo real desconhecem.

c.4.b. O Novo Estatuto da Catalunha: O parlamento catalão sancionou, em 30 de março de 2006, o Novo Estatuto, endossado no referendo de 18 de junho do mesmo ano – embora tenha comparecido às urnas menos da metade do padrão eleitoral. Para visualizar o que é uma *agenda de gênero* parlamentar já realizada, transcrevo alguns parágrafos do mesmo:

“Artigo 40. Proteção das pessoas e das famílias”.

“7. Os poderes públicos da Catalunha devem promover a igualdade das diferentes uniões estáveis de casa, independente da *orientação sexual* de seus membros. A lei deve regular tais uniões e outras formas de convivência e seus efeitos.”

“8. Os poderes da Catalunha devem promover a igualdade de todas as pessoas, independentemente de sua origem, nacionalidade,

sexo, raça, religião, condição social e *orientação sexual*, bem como promover a erradicação do racismo, do antisemitismo, da xenofobia, da *homofobia* e de qualquer outra expressão que atente contra a igualdade e a dignidade das pessoas”.

“Artigo 41. *Perspectiva de gênero*”

“3. As políticas públicas devem garantir a abordagem integral de todas as formas de *violência contra as mulheres* e dos atos de caráter *sexista* e *discriminatório*. Devem fomentar o reconhecimento do papel das mulheres nos âmbitos cultural, histórico, social e econômico, e devem promover a participação dos grupos e das associações de mulheres na elaboração e avaliação de tais políticas.”

“5. Os poderes públicos devem cuidar para que a livre decisão da mulher seja determinante em todos os casos quanto às questões que possam afetar sua dignidade, integridade e bem-estar físico e mental, em particular no que concerne ao seu próprio corpo e à sua *saúde reprodutiva e sexual*.”

Esta mesma estratégia foi adotada pelas feministas nos organismos regionais, tais como o Parlamento Europeu e – em menor escala– o Parlamento Latino. Logicamente, a influência que os parlamentos regionais têm é bem menor, pois se trata de organismos cujas decisões em si mesmas não são vinculantes para os Estados Nacionais. Não obstante, têm uma influência frente à opinião pública, aos governantes e frente aos dirigentes de partidos políticos nacionais.

d. A ONU como plataforma para impor globalmente a ideologia de gênero: Em 1996, um grupo de especialistas da ONU propôs que “os Comitês que monitoram os Tratados devem incluir a condição da mulher e os direitos humanos da mulher nas deliberações e sentenças, fazendo uso de uma informação específica de *gênero*... Todos os agentes administrativos e pessoal do Centro para os Direitos Humanos, assim como todo o pessoal comprometido nas atividades de direitos humanos da ONU, devem receber orientação quanto ao reconhecimento dos direitos humanos da mulher e na promoção da

perspectiva sensível de gênero, para a promoção e proteção dos direitos humanos da mulher".¹⁶¹

Em 12 de dezembro de 1997, a Assembléia Geral da ONU aprovou a Resolução nº 52 100, pela qual adota a ideologia de *gênero* para a reinterpretação dos direitos humanos, na órbita dependente de NN.UU. Como consequência desta decisão, em começos de 1998, foi realizada uma Mesa Redonda sobre o Tratamento dos Direitos Humanos a respeito da Saúde da Mulher, com um enfoque sobre *Saúde e Direitos Reprodutivos e Sexuais*. Participaram da reunião os seis Comitês de Monitoramento dos Tratados de Direitos Humanos da ONU, oito agências de NN.UU. e seis ONGs. A recomendação aprovada em tal reunião foi que os Corpos de Monitoramento dos Tratados examinem o texto completo de cada um deles a fim de "reinterpretá-los" segundo a "*perspectiva de gênero*".

d.1. Os Comitês de Monitoramento: O mecanismo é o seguinte: Todos os países que subscrevem estes Tratados de Direitos Humanos estão obrigados a apresentar, periodicamente, um informe nacional a respeito do cumprimento do mesmo. O informe é recebido pelo organismo da ONU encarregado do monitoramento de tal Convenção – por exemplo, para o caso da Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, é o Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher, criado pelo art.17 dessa Convenção. O Comitê se reúne uma vez por ano para analisar os informes nacionais. A partir deles, mais a documentação que possa ser receptada por outras vias – por exemplo, segundo o art. 22 da Convenção, as ONGs feministas radicalizadas –, elabora seu próprio informe e o submete à Assembléia Geral das NN.UU., juntamente com as sugestões e recomendações que considerem pertinentes. Vejamos alguns casos concretos em que surge a aplicação desta política já a partir de começos do ano de 1998:

¹⁶¹ "Informativo da Reunião do Grupo de Especialistas sobre o desenvolvimento de pautas para a integração da perspectiva de *gênero* nas atividades e programas de direitos humanos da ONU", parágrafo 10/E/CN 4/1996/10520 e E/CN 4/10520, respectivamente.

● No informe sobre o Peru, o Comitê de Direitos Humanos expressou sua preocupação porque o aborto está criminalizado em tal país e, ao mesmo tempo, o aborto ilegal seria a principal causa de morte materna. O Comitê deduziu daí que as mulheres eram submetidas a um tratamento cruel e inumano, incompatível com os artigos 3, 6 e 7 do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos. Além disso, recomendou ao Peru “tomar as medidas necessárias para assegurar que as mulheres não arrisquem suas vidas pelas provisões legais restritivas sobre o aborto”;

● O mesmo Comitê, em relatórios posteriores, recordou aos governos da Bolívia, Colômbia, Zâmbia e Senegal que tinham o dever de prover serviços de “aborto seguro” às suas cidadãs. No caso da Zâmbia, instruiu para que derogasse alguns incisos de sua própria Constituição;

● O Comitê para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher segue um critério idêntico, já que em seu informe sobre o Zimbawe, afirmando que o aborto ilegal é a principal causa da morte para as mulheres de tal país, recomendou ao governo que “revisse a lei sobre aborto com vista à sua liberalização e despenalização”.¹⁶²

● Esse Comitê, em suas sessões 355 e 356, de 22 de julho de 1997, examinou os informes periódicos segundo e terceiro da República Argentina e, em sua recomendação nº 40, sugeriu que “se deveria rever a legislação que criminaliza as mulheres que abortam”;

● O mesmo Comitê, no informe de 1998 sobre a Indonésia, recomendou que “não se deve permitir que os valores religiosos solapem a universalidade dos direitos das mulheres”;

● Tal Comitê também afirmou que “está preocupado com o insuficiente reconhecimento e a proteção dos *direitos reprodutivos* das mulheres no Chile. O Comitê está especialmente preocupado com a existência de leis que proíbem e punem todo tipo de aborto. Esta lei

¹⁶² Informe de maio de 1998.

afeta a saúde das mulheres, aumenta a mortalidade materna e causa ainda mais sofrimento quando as mulheres são encarceradas por violar a lei. O Comitê está também preocupado porque as mulheres só podem aceder à esterilização em hospitais públicos. Preocupa-se, também, por ser exigido o consentimento do marido para a esterilização e pelo fato de a mulher dever ter quatro filhos. O Comitê considera que estas restrições violam os direitos humanos das mulheres”.¹⁶³

● Um caso paradigmático é o do Comitê sobre a Condição da Mulher, que em março de 1998 elogiava o informe sobre o Peru, *sensível ao gênero* e que pretende a despenalização do aborto, pois isso seria uma grave violação dos direitos humanos das peruanas.

Devo salientar que transcrevi apenas umas poucas recomendações do ano de 1998. Depois dessa data, multiplicaram-se as observações desse tipo.

A explicação deste tipo de informe é simples. O Comitê apenas recolhe a informação – geralmente falsa – que as ONGs com ideologia de *gênero* repassam. Delas obtém a “evidência estatística”. Depois, baseado em tais estatísticas, conclui que as perdas de vidas humanas se devem às “*leis discriminatórias*”. Passa daí a exigir que as “*práticas discriminatórias*” sejam derogadas. No caso do aborto, conforme a situação legal de cada nação, de algumas é exigida a despenalização; aos países que já a eliminaram do código penal é exigida a legalização, isto é, que os abortos sejam realizados gratuitamente, a cargo do Estado; pede-se a outros a eliminação das restrições, como o consentimento do cônjuge ou dos pais, a indicação médica etc., de modo que o aborto seja realmente a pedido.

O Comitê da CEDAW celebrou sua sessão nº 30, entre os dias 12 e 30 de janeiro de 2004, em sua sede das Nações Unidas em Nova

¹⁶³ Informe da reunião de 22 de junho de 1999, item nº 28, traduzido por Pilar Maynou do “Foro Aberto de Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos”, do Chile.

York. Extraio de tal informe os seguintes parágrafos: “... a Convenção é o único tratado de direitos humanos que afirma os *direitos reprodutivos* das mulheres e acusa a cultura e a tradição como influentes fatores que determinam os *papéis de gênero* e as relações familiares. [...] Os países que ratificaram a Convenção estão legalmente obrigados a pôr em prática suas disposições”, enfatizando mais abaixo que “nenhuma prática tradicional, religiosa ou cultural pode justificar as violações à Convenção;” e, por conseguinte, “as reservas por razões nacionais, tradicionais, religiosas ou culturais são incompatíveis com a Convenção e, mais ainda, são inadmissíveis e devem ser revistas, modificadas ou retiradas”. O Comitê pretende que a aplicação da Convenção seja conforme “sua” interpretação em termos de *gênero*, e não conforme o texto do tratado.

d.1.1. Além desses informes sobre as situações nacionais, os Comitês de Monitoramento (ou Seguimento) dos Tratados têm prerrogativas para emitir Recomendações e Comentários Gerais sobre a interpretação das disposições de cada Tratado. Para isso, recolhem até denúncias privadas, servindo-se delas para reinterpretar as Convenções segundo a *ideologia de gênero*. Pode ser mencionado, a este respeito, o caso Toonan, que interpôs um recurso contra a lei da Tasmânia que reprimia a homossexualidade e obteve uma condenação internacional que obrigou esse Território da Austrália a derrogar as leis repressivas da sodomia. Com casos como esse se pretende fazer variar a jurisprudência das Cortes Internacionais.

Nesta ordem de ideias, o Protocolo Opcional da Convenção para a Eliminação de toda Forma de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) merece especial atenção. Com efeito, tal Protocolo Facultativo transforma todas as recomendações ou observações – gerais ou especiais – que o respectivo Comitê de Seguimento efetue em vinculantes. Destaco que a Convenção não outorga caráter vinculante algum às recomendações relativas aos Estados-Parte. Deve-se enfatizar que, em 2 de fevereiro de 1999, o Comitê da CEDAW aprovou a Observação Geral nº 24, relativa ao art. 12 da

Convenção. O citado art.12 faz referência ao acesso das mulheres aos “serviços de atenção médica, inclusive os que se referem ao planejamento familiar”.

Ora, a “interpretação” que o Comitê faz do art.12 da Convenção, na citada Observação Geral, é uma mostra patente da releitura – em termos de *gênero* – dos direitos humanos. Com efeito, entre outras disposições completamente alheias ao texto da Convenção,¹⁶⁴ pode-se citar: o parágrafo 15, inciso b, exige “a capacitação dos trabalhadores da saúde sobre questões relacionadas com o *gênero*”; e se estabelece, ainda mais enfaticamente, a obrigação de “**situar a perspectiva de gênero no centro de todas as políticas e programas que afetem a saúde da mulher**” (parágrafo 30).

Em consonância com isso, a Observação propugna a despenalização do aborto ao afirmar, em óbvia referência a tal delito, que “o acesso da mulher a uma adequada atenção médica tropeça também em outros obstáculos, como as leis que criminalizam certas intervenções médicas que afetam exclusivamente a mulher, e punem as mulheres que se submetem a tais intervenções” (parágrafo 14). Mais adiante, é dito sem eufemismos: “a legislação que pune o aborto deveria ser emendada a fim de abolir as medidas punitivas impostas a mulheres que tenham se submetido a abortos” (parágrafo 31). Finalmente, admoesta os Estados-Parte, pois “devem garantir os direitos dos **adolescentes de ambos os sexos à educação sobre saúde sexual e reprodutiva** por pessoal devidamente capacitado em programas especialmente concebidos que respeitem seus **direitos à intimidade e à confidencialidade**” (parágrafo 18). Pretendem, com isso, excluir o exercício do pátrio poder nas práticas médicas, no que se relaciona à sexualidade humana.

d.1.2. Os burocratas da ONU realizaram uma reunião conjunta dos membros dos seis Comitês dos tratados de direitos humanos das

¹⁶⁴ Faça constar expressamente que tal tratado nem sequer menciona as palavras *gênero* nem aborto.

NN.UU, na chamada “Mesa Redonda de Glen Cove”. Segundo a informação oficial, “ali se fixou o marco moral e legal para o reconhecimento da *saúde sexual e reprodutiva* como direitos humanos”, pois “é necessário integrar o consenso conseguido nas recentes conferências – refere-se às de Viena, do Cairo e de Pequim – no processo de monitoramento e implementação dos tratados, a fim de estabelecer a responsabilidade legal dos Governos quanto a negligências ou violações do *direito à saúde reprodutiva e sexual*”.¹⁶⁵ “Em outubro de 1997, as resoluções de Glen Cove são aceitas pelo Secretário Geral e pelos presidentes dos comitês, vinculando todos os órgãos criados em virtude dos tratados de direitos humanos, decidindo que estes ‘formulem recomendações gerais em matéria de *saúde e direitos sexuais e reprodutivos*, nas quais *as perspectivas de gênero sejam incorporadas* na revisão das observações ou recomendações e diretrizes de caráter geral’”.¹⁶⁶ A partir daí, começa a reelaboração das recomendações, dos Comitês de Seguimento dos tratados internacionais de direitos humanos, sempre nos termos ideológicos de *gênero*.

d.1.3. Diante desta injusta e ilegítima reinterpretção dos Tratados, a Jamaica decidiu denunciá-los – é a ferramenta jurídica, do direito internacional, para que um Tratado deixe de ter valor jurídico vinculante para tal país denunciante. A resposta foi imediata: a Comissão de Direitos Humanos emitiu o comentário Geral nº 26 que decretou: “a lei internacional não permite que um Estado que ratificou, aderiu ou herdou estes Pactos os denuncie ou se retire dos mesmos”, por considerar que esses direitos pertencem às pessoas e não aos Estados.

¹⁶⁵ Cfr.: “Sumário de procedimentos e recomendações. Mesa Redonda de órgãos de direitos humanos criados em virtude dos tratados sobre o Enfoque de Direitos Humanos sobre Saúde da Mulher, Direitos Sexuais e Reprodutivos”, Glen Cove, Nova York, de 9 a 11 de dezembro de 1996.

¹⁶⁶ Sanahuja, Juan Claudio, “El desarrollo sustentable – La nueva ética internacional”, Ed. Vórtice, Buenos Aires, 2003. Recomento vivamente o capítulo VII deste livro para maior informação sobre a matéria.

d.2. A burocracia da ONU: Além de tudo o que já foi dito, cabe destacar que a Secretaria Geral da ONU organiza umas 600 reuniões anuais de todo tipo. Como o Secretário Geral e seu *staff* estão comprometidos com a inclusão da ideologia de *gênero*, resulta que, nas minutas dos documentos de trabalho, é **sempre** incluída, em algum lugar, uma referência concreta ao *gênero*, aos *pseudodireitos sexuais e reprodutivos* etc.. Em muitas destas reuniões, os representantes nacionais ignoram a que se referem estes tópicos e aprovam os textos das minutas sem mais trâmites.

Além dos próprios funcionários das NN.UU, em torno deles gira um enxame de representantes de diversas organizações não governamentais (ONGs), também chamadas representantes da sociedade civil (OSC). O Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC) se encarrega de atribuir-lhes o Estatuto consultivo, que lhes permite participar com voz, mas sem voto, em todas as reuniões das Nações Unidas, exceto aquelas de nível máximo – como a Assembléia Geral. Obviamente, apenas ONGs com abundantes recursos econômicos podem alcançar tal status. Algumas delas inclusive financiam parcialmente determinados projetos de Agências da ONU, que podem interessar-lhes. São especialmente abundantes – e economicamente generosas – aquelas que se dedicam à promoção dos chamados *direitos sexuais e reprodutivos*, das campanhas de prevenção da AIDS através da entrega de preservativos, das diversas formas do controle de natalidade – incluídas as esterilizações e o aborto – ou da implementação da ideologia de *gênero*. Alguns poucos exemplos bastarão para que o leitor perceba sua real dimensão:

a) A Fundação Turner anunciou, no ano de 2001, que doaria cem milhões de dólares anuais – durante 10 anos – às Nações Unidas; do primeiro envio, 26% foi dedicado à área “mulher e população”.¹⁶⁷ A Fundação Bill e Melinda Gates recebeu, durante o ano de 2006, do

¹⁶⁷ Boletim da Agência de Notícias Zenit, de 24/11/2001.

milionário Warren Buffet a soma de 31 milhões de dólares, com o encargo de dedicá-los ao “controle populacional; à produção massiva da pílula abortiva RU-486 (mifepristona), o “pesticida humano” que desprende o embrião já implantado do endométrio do útero; e o financiamento da IPPF e do grupo de apóstatas Católicas pelo Direito de Decidir”.¹⁶⁸

b) Passando agora ao campo da influência numérica e ideológica, basta lembrar o papel que a segunda maior ONG do mundo – depois da Cruz Vermelha Internacional – teve na Conferência da ONU sobre População e Desenvolvimento de 1994, no Cairo, a Federação Internacional de Paternidade Planificada – IPPF, por sua sigla em inglês. Em tal Conferência, participaram “210 delegados da IPPF, dos quais 90 vêm ocupando, com a ONU, postos de importância em todos os comitês de trabalho, e o resto faz parte das delegações nacionais”.¹⁶⁹

Para dimensionar a importância estratégica dos membros de tal ONG no Cairo, basta saber que a Conferência “foi presidida pela Diretora Executiva da FNUAP, a Sra. Nafis Sadik, antiga integrante da IPPF e colaboradora de McNamara em sua passagem pelo Banco Mundial. O Comitê Preparatório foi presidido pelo Dr. Fred Sai, então presidente também da IPPF. Billie A. Miller presidiu o Comitê de Planejamento das ONGS que participaram na Conferência e, ao mesmo tempo, presidia a Região Hemisfério Ocidental da IPPF e era membro da Junta Diretora do GPI – braço parlamentar da IPPF. Também teve um importante cargo executivo na Conferência o Dr. Halfdan Mahler, que foi durante 15 anos Diretor Geral da OMS, cargo que deixou em 1989 para ocupar a Secretaria Geral da IPPF”.¹⁷⁰

¹⁶⁸ Boletim Noticias Globales n° 722, de 14/07/2007.

¹⁶⁹ Semanário Europe Today, de 13/09/1994.

¹⁷⁰ Scala, Jorge, “IPPF – La Multinacional de la Muerte”, 5ª Edição Atualizada, Ed. Promesa, São José da Costa Rica, Ano 2010, págs. 242.

Obviamente, torna-se muito difícil enfrentar a máquina burocrática da ONU, diligentemente apoiada por ONGs multimilionárias, que tomaram resolutamente partido pela reinterpretação dos direitos humanos conforme a ideologia feminista. Apesar disso, não falta a sensatez de alguns governos ou de seus representantes, pois está começando a gestação de um embrionário lobby de ONGs que defendem a dignidade e a vida humana, bem como a família fundada no casamento entre um homem e uma mulher.

d.2.1. É necessário destacar, por outro lado, que todas as agências que dependem da ONU resolveram trabalhar conforme a ideologia de *gênero*, ainda que, para isso, tivessem que trair seus princípios fundacionais. É necessário destacar, por seu interesse pelo âmbito latino-americano, o papel da Organização Panamericana da Saúde (OPD), que deixou de lado sua missão de “melhorar a saúde e as condições de vida dos povos das Américas para alienar-se com a ideologia feminista em seus assuntos mais polêmicos”, conforme denunciou o psiquiatra peruano René Flores, na Revista “Gestion Médica”. Tal organismo adotou como guia para as políticas de saúde e população seu documento do início de 2000, intitulado “Promoção da *Saúde Sexual*. Recomendações para a Ação”.

“Flores denuncia que o documento proclama a ‘formação de um corpo sólido de conhecimentos derivados do ponto de vista das feministas acadêmicas’. E com esta afirmação – explica o especialista – o documento fica marcado pela inconsistência, porque o suposto ‘corpo sólido de conhecimentos’ é na realidade um conjunto de idéias provenientes do feminismo, muitas delas arbitrárias, sempre polêmicas e questionadas a partir de vários ângulos diferentes”.

“Entre os problemas mais graves do texto, Flores afirma que a OPS já ‘não diferencia a orientação sexual normal da desviada. Em síntese, para os autores, os transtornos sexuais que a medicina diagnóstica e trata não existem”.

“Deste modo, o médico adverte que a OPS assume posições tradicionalmente feministas em matéria de *saúde sexual*. Segundo o

texto oficial, acrescenta Flores, ‘a *saúde sexual* não pode ser abordada se o *gênero* e suas consequências sobre o poder não forem levados em conta; se não se considerar que o comportamento sexual responsável se caracteriza, entre outras coisas, pela busca do prazer; se a compreensão do espectro das identidades masculina e feminina não se encontrar dentro de uma gama que inclui heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade”’.

“‘Só faltaria a pedofilia para que a OPS se filie à agenda gay’, denuncia Flores”.

“O especialista lamenta que, no documento, a OPS se aproprie de conceitos discutíveis sobre a sexualidade como se gozassem de consenso, particularmente aqueles que provêm do feminismo; que não referende suas afirmações com citações que as respaldem; e que se alinhe – esquecendo seu caráter técnico – com uma ideologia que não diferencia a saúde da doença”.¹⁷¹

d.2.2. Para conceder uma espécie de imunidade ou “carta branca” a todas estas releituras dos direitos humanos – em termos de *gênero* –, a ONU emitiu a “Declaração sobre o direito e a responsabilidade dos indivíduos, grupos e órgãos da sociedade para promover e proteger os direitos humanos universalmente reconhecidos e as liberdades fundamentais” (A/RES/53/144), de 08/03/2000. “Esta Declaração se propõe, para começar, amparar os ‘defensores’ mais radicais dos ‘novos direitos humanos’ contra toda oposição ou perseguição. Estes ‘defensores’ contarão, pois, com a proteção da ONU e dos Estados. Assim, mesmo as leis nacionais que reprimem as perversões sexuais poderão acabar sendo abolidas. Nem os Estados nem os indivíduos poderão se opor a essas práticas a partir do momento em que elas tenham recebido a etiqueta de ‘novos direitos humanos’...Os agentes-defensores desses direitos poderiam declarar, então, ‘novos direitos’ que nem sequer tivessem sido ‘negociados’. Além disso, para que tais direitos fossem respeitados, gozariam do aval que lhes dá a

¹⁷¹ Boletim da Agência ACI Digital, Peru, setembro de 2002.

Declaração. Esta, com efeito, garante não apenas o privilégio da iniciativa, mas também o da imunidade”.¹⁷²

d.2.3. Devo destacar, como demonstra lucidamente o Prof. Dr. Michel Schooyans, que o sistema da ONU tenta se constituir numa espécie de órgão supraestatal ou Estado único Mundial, adotando para isto os conhecidos – e contestados – postulados de filosofia do direito de Hans Kelsen, pois essa “concepção piramidal do direito postula, assim, uma concentração extrema do poder. Já não existe aqui lugar para a separação clássica dos poderes. O poder aqui é **absoluto**, no sentido literal da palavra: está totalmente desvinculado de toda referência a um corpo político, aos corpos intermediários e, finalmente, às pessoas de carne e osso, que constituem estes corpos ... A subordinação dos indivíduos aos Estados, e dos Estados a um centro de poder mundial, caracterizado por uma soberania indiscutível, determinado por um direito internacional, é uma **necessidade lógica** induzida por sua teoria do direito. Esta concepção do direito legitima **necessariamente** um Estado mundial e, ao final, um poder mundial, sujeito exclusivo de soberania e autoridade ilimitada ... O novo totalitarismo que está sendo implantado em nome da ordem jurídica internacional é um totalitarismo **coletivo, anônimo**, sem rosto. É um totalitarismo cujo poder ilimitado se difrata nos tribunais, como assinalamos com frequência, mas também na Declaração sobre os defensores dos direitos humanos, no AMI, nas ONGs, nas redes mundiais de comunicação e em certas organizações regionais, como a União Européia. Todos exercem pressão para acelerar o processo de **centralização mundial**”.¹⁷³

Ainda que pareça inverossímil, no âmbito interno da burocracia da ONU é antiga a ideia de transformar esta instituição numa espécie de governo único mundial. Já em 1994 foi publicado um documento por uma das Agências das NN.UU, onde se diz:

¹⁷² Schooyans, Michel, “La cara oculta de la ONU”, Ed. Diana, México, 2.002, pág. 59.

¹⁷³ Schooyans, Michel, op. cit., págs. 142 e 143/4.

“...os problemas da humanidade já não podem ser resolvidos pelos governos nacionais. É necessário um Governo mundial. A melhor maneira de consegui-lo é mediante o fortalecimento do sistema das Nações Unidas [...] seria necessário criar instituições completamente novas. Entre estas poderiam ser incluídas, por exemplo, uma Polícia Mundial permanente que teria poderes para citar países para que comparecessem perante a Corte Internacional de Justiça, ou perante outros tribunais especialmente criados. Se os países não cumprissem as sentenças da Corte, deveria existir a possibilidade de aplicar sanções, tanto militares como não militares”.¹⁷⁴

d.3. A Ideologia de gênero na ONU: Atualmente, a incorporação plena de tal corrente ideológica, como corpo de ideias estruturante de todo o sistema das Nações Unidas, está em gestação. Com efeito:

Em 14 de setembro de 2009, durante o 63º período de sessões da Assembléia Geral da ONU, foi aprovada uma Resolução que se referia à “Coerência em todo o sistema”. Entre os assuntos tratados, foram mencionadas as “opções institucionais para o fortalecimento dos arranjos institucionais destinados a apoiar a igualdade entre os gêneros e o empoderamento da mulher”,¹⁷⁵ onde foi aprovado o estudo da possibilidade de se criar um novo organismo que aglutinasse três já existentes¹⁷⁶ para a problemática da mulher. Tal instituição dependeria diretamente do Secretário Geral das NN.UU, que teria a faculdade de nomear seu pessoal diretivo – com prévia consulta aos Estados Membros. Nesse documento, resolveu-se continuar estu-

¹⁷⁴ Tinbergen, Ian, “Governo Mundial para o século XXI, artigo incluído na pág. 97 do Informe sobre Desenvolvimento Humano – 1994, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

¹⁷⁵ Resolução A/Res/63/311, da 105ª Sessão Plenária, da Assembléia Geral da ONU, publicada em 02/10/2009.

¹⁷⁶ São eles: a Divisão para o Avanço da Mulher (DAW), o Instituto Internacional das Nações Unidas para a Promoção e Capacitação da Mulher (INSTRAW) e a Comissão sobre o Status da Mulher (CSW). Nesta resolução, o Comitê de Seguimento da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) foi deixado de fora.

dando as diversas propostas para definir a missão e organização – incluindo o organograma – dessa futura entidade. Em definitivo, as diversas propostas seriam tratadas durante o 64º período de Sessões Ordinárias da Assembléia Geral, em setembro de 2010.

Entre 1º e 12 de março de 2010, a “Comissão sobre o Status da Mulher” (CSW) para a revisão da Declaração e Plataforma de Ação da Conferência Internacional sobre a Mulher de Pequim se reuniu em Nova York, em seu 54º período de sessões, aos 15 anos de sua implementação. Por esse motivo, tal reunião ficou conhecida pela imprensa como “Pequim + 15”. O trabalho se centrou na discussão de um longo documento, cujo eixo é a criação de uma Agência especial da ONU para os assuntos vinculados com o *gênero*, denominada “Gender Architecture” (GEAR), cuja finalidade é implementar – em nível planetário – o Plano Mundial de Ação da Conferência de Pequim. A proposta é que tal Agência surja da fusão das quatro entidades que se ocupam da problemática feminina no seio da ONU. Obviamente, seu orçamento de funcionamento deve ser incluído no orçamento das Nações Unidas. Nessa reunião, o orçamento inicial para a nova Agência foi estimado em um bilhão de dólares anuais.

A reunião não foi de alto nível, já que nem o Secretário Geral da ONU nem qualquer outro profissional hierarquizado se fizeram presentes. As delegações nacionais também foram representadas por pessoal de segundo escalão, salvo raras exceções, entre as quais a ministra da Igualdade da Espanha – Bibiana Aído. Como foi denunciado publicamente, “... alguns delegados mencionaram a existência de presenças internacionais para promover um texto de acordo com a *perspectiva de gênero* e com as exigências dos organismos mundiais”.¹⁷⁷

Em tal sessão, também foi aprovado um documento sobre “mortalidade materna”, no qual se excluiu toda menção ao aborto – por exigência de numerosas nações que respeitam o direito à vida da pessoa por nascer –, mas são feitas numerosas referências aos cha-

¹⁷⁷ SEVI, Gacetilla nº 317/10, de 11 de março de 2010.

mados *direitos sexuais e reprodutivos*. O pseudoargumento utilizado foi que 13% das mortes maternas se devem a complicações nos abortos; por isso, para evitar essas mortes, contraceptivos deveriam ser doados. O documento ignora que 87% das mortes maternas se devem – principalmente – a quatro causas evitáveis com bons sistemas de saúde, a saber: hemorragias severas depois do parto, processos infecciosos, eclampsia – hipertensão durante a gravidez – e obstruções no parto. Obviamente, se o objetivo fosse diminuir as mortes maternas, a ênfase deveria ser dada ao combate destas que são suas principais causas.

Tal Agência foi aprovada no 64º período de sessões ordinárias da Assembléia Geral da ONU (setembro de 2.010). Foi ali denominada “Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e Empoderamento da Mulher (UN WOMEN)”. A ex-presidente do Chile, Michele Bachellet, foi designada para presidir tal agência, com o cargo de Subsecretária. Esta Agência substitui o Fundo das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), o Instituto Internacional de Investigações e Capacitação para a Promoção da Mulher (INSTRAW), a Divisão para o Avanço da Mulher (DAW) e o Escritório de Assessoria Especial em Questões de Gênero e Avanço da Mulher (OSAGI).

O objetivo das Nações Unidas é evidente: a ideologia de *gênero* deve dar a coerência necessária a todo o sistema da ONU e, para cumprir tal objetivo, uma Agência específica de *gênero* é criada. Note o leitor que as agências existentes no dia de hoje no âmbito das NN. UU. são, por exemplo, a Organização Mundial da Saúde (OMS), Fundo das Nações Unidas para a Cultura (UNESCO), Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO). Vale dizer que a ONU equipara a importância da saúde, alimentação e cultura – entre outras – com a ideologia de *gênero*. Em outras palavras, para as NN. UU., o mito do “sexo socialmente construído” é tão necessário como o alimento, a saúde ou a cultura. Isto me exime de maiores comentários, que deixo à lucidez do leitor.

e. O papel dos organismos multilaterais de crédito: financiar a ideologia de gênero: Existem, em âmbito internacional, diversos organismos que dão créditos às nações com menor desenvolvimento econômico. De acordo com seus regulamentos institucionais, tais empréstimos deveriam ter como finalidade, precisamente, possibilitar o desenvolvimento econômico e social de tais nações. O principal agente financeiro é o denominado “Grupo do Banco Mundial”, composto pelos seguintes organismos: a) o Banco Mundial (BM), com seus bancos regionais subordinados, tais como o Banco Asiático de Desenvolvimento, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) etc.; b) o Fundo Monetário Internacional (FMI); c) o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD); d) a Corporação Financeira Internacional (CFI, que empresta dinheiro apenas a empresas); e) a Associação Internacional de Fomento (AIF); f) o Centro Internacional de Arranjo de Diferenças Relativas a Investimentos (CIADI); e g) o Organismo Multilateral de Garantia de Investimentos (OMGI). Os três primeiros estão envolvidos na promoção da agenda de *gênero*.

e.1. Estes organismos engendraram um sistema que perpetua a dominação dos países ricos sobre as nações pobres. Trata-se da transformação da dívida externa em dívida “eterna”. Par isso, durante diversos períodos nos últimos trinta anos, os excedentes financeiros dos países opulentos foram colocados em empréstimos às nações menos desenvolvidas. Boa parte deles teve como finalidade específica a compra de elementos improdutivos – mas fabricados por países ricos –, tais como armas e bens de consumo.

O controle das contas públicas por parte do FMI teve – e tem – como finalidade essencial garantir que o conjunto de empréstimos dados seja superior à capacidade de pagamento de cada Nação. A equação ideal é aquela onde não se possa devolver o capital, mas apenas pagar os juros. Ao chegar ao vencimento do capital, o país “beneficiado” não pode cancelá-los, refinanciando-os com um novo empréstimo em condições usurárias, com a desculpa do

descumprimento anterior. Pela alta da taxa de juros deste refinanciamento, o país em questão apenas poderá pagar parte dos juros. Com as cotas de capital vencidas, será solicitado um novo refinanciamento, onde os juros em queda são capitalizados e agregados ao capital não pago, refinanciando-se o novo montante com uma taxa de juros ainda maior pelo duplo descumprimento. E assim sucessivamente.

Sem detrimento disso, cada um dos refinanciamentos inclui outras condições extorsivas. Exige-se que a Nação pobre tome novos empréstimos para: compra e distribuição massiva de contraceptivos – e com isso controle da natalidade;¹⁷⁸ reforma do sistema educativo que inclua a “educação sexual” nas escolas; reforma do sistema de saúde e judicial, que inclua indicadores de *gênero* para todas essas áreas governamentais etc. Nenhum destes era um objetivo do governo daquele momento; no entanto, devem ser incorporados em suas políticas para obter o refinanciamento de sua dívida externa, quando não tem a possibilidade financeira de terminar de pagá-la.

e.2. Um estudo pormenorizado dos empréstimos destas instituições aos diversos países, no tema que nos ocupa, excede amplamente o objeto deste livro. O leitor pode entrar na página da *web* do Banco Mundial e ali buscar o *link* do país que deseje investigar. Encontrará todos os empréstimos vigentes em detalhe, com uma informação sucinta de cada um deles. Naqueles que se referem à saúde materno-infantil, políticas de *gênero*, *saúde sexual ou reprodutiva*, prevenção da AIDS, reforma do sistema de saúde ou educativo está o financiamento de diversos aspectos da ideologia que estamos estudando.

Por razões de espaço, limitar-me-ei a citar três documentos de

¹⁷⁸ Isto era uma prática tão consolidada que, em sua Encíclica *Sollicitudo Rei Socialis*, de 31/12/87, João Paulo II dizia “... é muito alarmante constatar em muitos países o lançamento de campanhas sistemáticas contra a natalidade, por iniciativa de seus governos, em contraste não apenas com a identidade cultural e religiosa dos mesmos países, mas também com a natureza do verdadeiro desenvolvimento. Amíúde tais campanhas se devem a pressões e estão financiadas por capitais provenientes do estrangeiro e, em alguns casos, estão subordinadas às mesmas e à assistência econômico-financeira”.

dezembro de 1999, elaborados pelo Banco Mundial com relação à República Argentina. Foram escolhidos para demonstrar que o BM está envolvido na implantação do *gênero* há mais de uma década e, além disso, para mostrar que esta política é imposta a todos os países em vias de desenvolvimento, mesmo naqueles onde as desigualdades entre os sexos são pouco significativas. Com efeito, um destes trabalhos diz: “Em algumas áreas, o país apresenta traços típicos de uma nação industrializada: uma semi-igualdade entre homens e mulheres na proporção de resultados educativos, taxas médias de fertilidade e mortalidade materna relativamente baixas, e uma média de diferenças salariais que não apenas é uma das mais baixas da região como também pode ser comparada com a de países como os Estados Unidos, Canadá, Suíça e Grã Bretanha. De fato, a Argentina possui umas das mais baixas diferenciações por *gênero* na participação na força de trabalho e uma das porcentagens mais altas de representação política da mulher dentro da América Latina e Caribe”.¹⁷⁹

e.3. Para manipular as decisões das nações endividadadas, o BM inventou a “Estratégia de Assistência ao País (C.A.S.)”, que “é um documento que o Banco Mundial elabora para cada país, com o propósito de funcionar como **marco de referência que guiará as políticas e programas que serão objeto de apoio creditício por parte da instituição no futuro imediato** ... Uma vez elaborado pelo escritório local do banco, o documento C.A.S. é discutido e acordado com o respectivo governo do país e, finalmente, deve ser aprovado pelo diretório central da instituição em Washington ... **O documento C.A.S. definitivo tem um caráter reservado e não será dado ao conhecimento público**, a menos que o próprio governo argentino autorize sua difusão e/ou a assuma por si mesmo”.¹⁸⁰ Em poucas

¹⁷⁹ Banco Mundial, “Cuestiones de *género* en Argentina. Una relación particular”. Ano de 1999.

¹⁸⁰ Banco Mundial, “Proceso consultivo sobre el C.A.S. (Estrategia de Asistencia País)”, Ano de 1999.

palavras, o C.A.S. fixa as prioridades do Banco Mundial e – como existem questões espúrias – deve ser um documento secreto.

e.3.a. O BM elaborou um trabalho específico para a questão do *gênero* na Argentina. Começa com um diagnóstico da situação onde, no parágrafo que se refere à “saúde e a planejamento familiar”, afirma: “A inquietude básica de muitas mulheres é o limitado acesso a serviços de *saúde reprodutiva* devido à falta de consenso social sobre o direito que a mulher tem de dispor desses serviços ... A mortalidade materna – causada sobretudo pela falta de acesso a métodos de planejamento familiar, pelo aborto clandestino e pela ausência de serviços de saúde – é, em sua maior parte, perfeitamente evitável. Do mesmo modo, a informação e o acesso a métodos contraceptivos são desiguais em todo país. Os adolescentes, os setores de renda mais baixa e a população rural têm acesso limitado ao planejamento familiar ... As estatísticas indicam que só 50% da população argentina utiliza contraceptivos. Isso conduz a um problema de maior envergadura, já que o tamanho da família é a característica mais importante associada aos ganhos e gastos per capita”.¹⁸¹

Depois disso, o trabalho coloca os “desafios para o novo século”: “É preciso desenvolver uma estratégia a longo prazo para mudar o modelo atual de *relações de gênero*, que limita as possibilidades de igualdade entre homens e mulheres, e provoca *assimetrias de poder* e limitações impostas pelos *papéis sexuais*, na direção de um novo modelo que ofereça oportunidades iguais para todos para além de seu próprio *gênero*”.¹⁸²

Para conseguir esse grande objetivo, propõe, entre outras, as seguintes metas: “Promover *equidade* na tomada de decisões familiares e nas responsabilidades domésticas...”

“Expandir o sistema educativo a programas de ‘educação para a vida’ que incluam componentes de ... planejamento familiar...”

¹⁸¹ Banco Mundial, “Cuestiones...”, acima citado.

¹⁸² Banco Mundial, “Cuestiones...”, acima citado.

“Incluir tanto homens como mulheres em programas de *saúde reprodutiva* e disseminar melhor a informação sobre doenças de transmissão sexual.”

“Distribuir informação acessível a meninos de ambos os sexos sobre seu sistema reprodutivo e suas opções para evitar *gravidezes adolescentes não desejadas...*”

“Intervir no sistema educativo ... com uma estratégia preventiva que inclua: ...a supressão de *estereótipos de gênero* em livros de texto e outros materiais educativos”.¹⁸³

Como justificativa das “Atividades e iniciativas em curso”, o documento afirma que **“A proposta do Banco para o desenvolvimento da disseminação do gênero na Argentina foi tentar incorporar esta disseminação através de nossas atividades e não de forma isolada. Desse modo, espera-se que os projetos na área da educação, ou saúde, ou nos mercados de trabalho, por exemplo, examinem o tema de gênero com outras áreas... As preocupações assustadoras que emergem da análise em curso são sobre o tema da saúde reprodutiva feminina”**.¹⁸⁴

e.3.b. No documento específico do BM relativo ao sistema de saúde, pode-se ler o seguinte: “Existe uma quantidade insuficiente de serviços de *saúde reprodutiva*, apesar de existir um alto número de gravidezes adolescentes, elevadas taxas de fertilidade entre as mulheres pobres e muitos problemas de saúde durante a gravidez, além de um elevado nível de mortalidade materna. A taxa de fertilidade para as mulheres pobres é três vezes maior que a das mulheres endinheiradas. O tamanho das famílias pobres é de cinco pessoas, enquanto que o das ricas é de tão somente três pessoas”.¹⁸⁵

No capítulo referente às metas que o BM se propôs (“Onde queremos chegar”), são mencionados estes objetivos: “Expandir pro-

¹⁸³ Banco Mundial, “Cuestiones...”, acima citado.

¹⁸⁴ Banco Mundial, “Cuestiones...”, acima citado.

¹⁸⁵ Banco Mundial, “La salud en Argentina. Un sistema de salud avanzado”, Ano de 1999.

gramas nacionais de saúde e de nutrição materno-infantil. Dar maior importância à saúde reprodutiva ... Ampliar a agenda em questões relacionadas a ... problemáticas sexuais”.¹⁸⁶

e.3.c. Estas foram as propostas do Banco Mundial para a Argentina em dezembro de 1999. As consequências destas políticas – convenientemente financiadas pelo BM – foram:

– em 2003, a sanção da lei 25.673 de “*saúde reprodutiva*”, pela qual é gratuitamente distribuído a qualquer pessoa todo tipo de contraceptivos nos hospitais públicos;

– em 2005, o decreto 1086/2005, onde foram estabelecidas as seguintes prioridades governamentais em matéria de “direitos humanos”: legalizar as esterilizações e o consumo de drogas, descriminalizar o aborto e a eutanásia, e reconhecer as uniões homossexuais;

– em 2006, a sanção da lei 26.130 legalizando as esterilizações;

– em 2006, através da lei 26.171, a Argentina ratificou o Protocolo Opcional da Convenção contra todas as formas de discriminação contra a mulher, cujas funestas consequências estudamos neste mesmo capítulo;

– em 2006, a sanção da lei de criação do “programa Nacional de *educação sexual integral*”;

– em 2006, a sanção da lei 26.206 de educação que incorpora a ideologia de *gênero*;

– em 2007, o ministério da saúde incorporou a “anticoncepção de emergência”, aos serviços médicos obrigatórios;

– em 2007, o ministério da saúde aprovou o “guia técnico para o atendimento dos abortos não puníveis”. Destaco que, na Argentina, todos os abortos são criminalizados.

– em 2008, o ministério da educação elabora as diretrizes curriculares obrigatórias para a “*educação sexual*”, onde se inclui

¹⁸⁶ Banco Mundial, “La salud...”, acima citado.

como tema transversal – isto é, em todas as matérias de todos os ciclos – a ideologia de *gênero*.

– em 2010 é sancionada uma lei que equipara as uniões do mesmo sexo ao casamento.

Para completar o panorama, o leitor deve saber que, em começos do ano de 2002, a Argentina declarou a suspensão do pagamento de uma parte substancial de sua dívida externa. Durante o ano de 2005, regularizou essa situação através de um novo refinanciamento de sua dívida externa. A correlação de datas me exige de maiores comentários. É óbvio que, além das pressões ilícitas do BM, os governos do período fizeram suas essas políticas tão caras à ideologia de *gênero*.

f. Reformas educativa e sanitária em termos de *gênero*: Por ser uma antropologia falaz, o *gênero* só pode ser imposto pela força bruta – e não por força da razão. A chave para isso é o sistema educativo formal. E quanto menor a idade das crianças doutrinadas, mais promissores serão os resultados. Para implementá-la, foi realizada em muito países – especialmente os menos desenvolvidos – uma reforma educativa integral. No caso dos países pobres, foi devidamente financiada pelos organismos multilaterais de crédito. Para garantir a eficácia, a reforma baseou-se nos seguintes pilares:

a) substituição dos planos de estudo – com ou sem modificação dos ciclos –, acrescentando algumas matérias – em geral de tecnologia – e eliminando outras – as de humanidades –, mudando a carga horária e modificando os programas das matérias;

b) a ideologia de *gênero* foi incorporada como conteúdo “transversal”. Essa estratégia “implica impregnar absolutamente toda a realidade educativa em conteúdos transversais, **que devem estar presentes em toda grade curricular, constituindo-se no eixo em torno do qual gire a temática**”.¹⁸⁷ Sem eufemismos, foi dito que

¹⁸⁷ Montserrat, “Los temas transversales”, 1993.

“se baseia numa estratégia multidimensional e transversal, de alcance nacional e gestão inter setorial ... Foi concebido como um programa multidimensional ... que incide em todos os projetos e ações que o ministério desenvolve”;¹⁸⁸

c) como consequência lógica, todos os livros de texto tiveram que ser substituídos, adaptando-os aos novos programas;

d) todos os docentes, além disso, tiveram que ser “capacitados” novamente. Para garantir os resultados, as nomeações dos professores primários e secundários tornaram-se invalidadas. Para revalidá-las tinham que, num lapso determinado, cursar um número mínimo de créditos, atribuídos por diversos cursos de capacitação. O Estado foi o principal, senão o único a ter autorização para realizar os cursos de capacitação docente.

f.1. Com um financiamento internacional abundante – a ser devolvido com seus juros –, foram modificados os planos e programas de estudo, incluindo a temática de *gênero* como um conteúdo que atravessa todas as matérias e ciclos. Além disso, todos os livros de texto foram substituídos pelos que contemplaram as modificações de programas e planos de estudo. E, finalmente, a maioria dos docentes foi treinada nessa ideologia.

Vejamos alguns textos que ilustram esta questão. Em alguns países, a proposta foi chegar a uma radicalização da educação mista: “Progressivamente fomos avançando para um enfoque coeducativo, cuja intenção é produzir mudanças nas *identidades e papéis* tanto de mulheres como de homens, afetando igualmente a vida pública e privada ... Seus principais objetivos são: desenvolver as capacidades individuais independentes dos *estereótipos genéricos* e sustentar o surgimento de habilidades múltiplas e da confiança necessária para pô-las em prática”.¹⁸⁹

¹⁸⁸ Bonder, Gloria, “De la teoría a la Acción, reflexiones sobre la implementación de una política de igualdad de oportunidades para la mujer en América Latina”, pág. 18.

¹⁸⁹ Bonder, Gloria, “De la teoría a la acción...”, pág. 20.

Para facilitar a tarefa, a proposta é começar com a “*perspectiva de gênero*”, desde a escola inicial, porque “modificando a personalidade da criança desde esse nível escolar, o resto da tarefa será muito mais fácil”, já que “nesta etapa as meninas e os meninos começam a ampliar seu espectro de saberes e de relações sociais. A escola enriquece o mundo do conhecido e pequenas (ou significativas) rupturas com os modelos e pautas transmitidas no lar podem começar a ser produzidas”.¹⁹⁰ Mais claro é impossível.

E com relação à participação dos docentes, esta foi colocada sem ambiguidades: “O objetivo geral dos novos Conteúdos Básicos Comuns é **modificar pela raiz a compreensão da realidade** por parte do aluno, desde a mais tenra idade e em todo o país... Trata-se de uma **mudança de mentalidade** que deve começar pelo **docente**. Este deverá ser ‘atualizado’ e ‘capacitado’ para poder então ‘conduzir’ e ‘dirigir’ a mudança de mentalidade da criança”.¹⁹¹

Este processo já está em curso. Como tudo o que concerne à educação, os resultados serão vistos dentro de alguns anos.

f.2. Quanto ao sistema de saúde, destaco que, em 1991, o então Diretor Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Hiroshi Nakajima, colocou na Assembléia Mundial da Saúde que era necessário “um novo paradigma de saúde em função da mudança das realidades políticas, econômicas e sociais”.¹⁹² O paradigma até então vigente está plasmado na própria Constituição da OMS e diz: “conseguir o melhor estado de saúde que seja possível alcançar constitui um dos direitos fundamentais de todo ser humano, qualquer que seja sua raça, religião, opiniões políticas ou condição econômica e

¹⁹⁰ PRIOM, versão preliminar do documento “Propuestas para integrar los aportes de los Estudios de la Mujer a los Contenidos Básicos Curriculares”, pág. 20.

¹⁹¹ Informe citado, págs. 51/2, baseado em Malajovich, Ana, “Novidades Educativas”, nº 45, pág. 29.

¹⁹² OMS, “Alocución del Director General al Consejo Ejecutivo”, na 87ª Sessão (Genebra, 14 de janeiro de 1.991). A44/DIV/4.

social”. Segundo Nakajima, os doadores obrigavam agora a OMS a ser seletiva nos serviços de saúde, concentrando-se num número limitado de prioridades de baixo custo. Exemplificou até onde chegava sua proposta, dizendo: “... pouco sentido teria para uma criança sobreviver à poliomielite num ano, para morrer de paludismo no ano seguinte, ou não ter um crescimento que lhe permita chegar a ser um adulto saudável e produtivo”.¹⁹³

Em 1992, Nakajima apresentou oficialmente à Assembléia o novo paradigma de saúde da OMS. Seus objetivos são: “Determinar e hierarquizar as medidas prioritárias para atender as necessidades básicas para o desenvolvimento e, depois, escolher e pôr em prática as que sejam compatíveis com os recursos disponíveis e que tenham probabilidades de êxito”.¹⁹⁴ Além disso, os países foram reclassificados como de “alta renda”, ou de “baixa ou média renda”. Através desta classificação, são dadas recomendações diferentes. Aos países de “altas rendas” a OMS recomenda o que a ciência aconselha como critério mais seguro. Em compensação, para os países de “receitas baixas ou médias”, as recomendações estão limitadas pelos recursos existentes. Em poucas palavras, a política passou do aumento de recursos para poder atender a todas as necessidades para o atendimento somente das necessidades que os recursos atuais permitam.

Em consequência, nos países pobres a saúde pública apenas tratará algumas doenças das pessoas “produtivas” – aquelas que compõem a força de trabalho – e somente as enfermidades que possam ser atendidas com os limitados recursos que possuam e, entre elas, só as que tenham probabilidades de êxito. Os idosos, doentes crônicos ou crianças não terão nenhuma prioridade para a saúde pública e serão curados apenas na medida em que haja dinheiro e insumos

¹⁹³ OMS, “Alocuciones del Director General Dr. Hiroshi Nakajima al Consejo Ejecutivo y a la Asamblea Mundial de la Salud”. A44/DIV/4, Ginebra, 1.991.

¹⁹⁴ OMS, “Alocuciones del Director General Dr. Hiroshi Nakajima al Consejo Ejecutivo y a la Asamblea Mundial de la Salud”. A45/DIV/4, Ginebra, 1.992.

disponíveis para isso. Obviamente, quem estiver em condições de pagar – para si ou familiares – a própria assistência médica, poderá receber todos os serviços que esteja disposto a pagar, mas isto nos limites da assistência privada.

Uma aplicação concreta – e cruel – deste novo paradigma é a que se refere às recomendações para os países de “baixa ou média renda” quanto ao aleitamento materno em caso de mães soropositivas, com relação ao vírus de imunodeficiência adquirida (AIDS). Estatisticamente, estas progenitoras contagiam 30% de seus filhos se os amamentam. Tal risco se reduz proporcionando certas drogas à mulher durante a gravidez. Caso contrário, o aleitamento materno deve ser evitado. Ora, contra todas as recomendações científicas, em 1992, o Acordo Consensual OMS/UNICEF¹⁹⁵ determinou que as mulheres soropositivas dos países pobres deveriam amamentar seus filhos.

f.2.a. Entre as políticas recomendadas pela ONU para combater a pandemia de AIDS, num documento do ano de 2005 fica estabelecido que “a voluntariedade do teste deve permanecer no coração de todas as políticas e programas sobre o HIV/AIDS, ambos para cumprir com os princípios dos direitos humanos e garantir de maneira sustentável os benefícios da saúde pública”.¹⁹⁶ Por se tratar de uma doença infecto-contagiosa, tanto a voluntariedade dos testes para sua detecção, quanto a obrigatoriedade de não informar aos companheiros sexuais dos doentes constituem uma política contrária à que permitiu erradicar as principais doenças desse tipo. Qual é a origem de tamanho despropósito, em matéria de saúde pública, diante de uma doença mortal? A ideologia de *gênero*, como esclarece o documento acima citado.

O protocolo médico consiste, concretamente, em que o teste de detecção do HIV deve ser:

¹⁹⁵ OMS/UNICEF. Declaração Consensual com motivo da Consultoria OMS/UNICEF sobre a transmissão do HIV e Aleitamento Materno. WHO/GPA/92.1. (1992).

¹⁹⁶ OMS/ONU/AIDS, “Um enfoque baseado em direitos” Ano de 2005.

- Voluntário, precedido ou seguido de conselhos, confidencial, protegido pelo segredo profissional e com o consentimento do informado.

- Se a mulher o desejar, oferecerá a seu marido – ou companheiro sexual – a possibilidade de fazer o mesmo teste.

Sugestivamente, o documento firmado em conjunto pela OMS e a ONUAIDS desencoraja as mulheres a fazerem o teste porque promoveria a desigualdade de *gênero*, já que ela poderia ser abandonada por seu marido e sofreria o ostracismo por parte de sua família e da sociedade. Como consequência desta visão enviesada, muitas mulheres se negam a fazer o teste ou, no caso de conhecer sua doença, a informá-la a seu marido. Como o leitor pode perceber, tal conselho é um despropósito, porque é a própria mulher a primeira a ser prejudicada se não fizer o teste, já que sem ele não pode ser diagnosticada nem medicada. Por outro lado, se ignora que está infectada, poderia contagiar seu marido e seus filhos.

f.2.b. Para visualizar com mais clareza o que significa reformar o sistema de saúde de um país em termos de *gênero*, limitar-me-ei a descrever algumas resoluções do Ministério de Saúde da República Argentina no breve lapso de 4 anos, entre maio de 2005 e maio de 2009. Lembro ao leitor o que foi dito sobre o financiamento do *gênero*, nos pontos **e.3.** e **ss.** deste mesmo capítulo. Uma descrição similar poderia ser feita de muitos ministérios da saúde do mundo. Certamente uma investigação dessa envergadura excede o propósito deste trabalho. A simples leitura da epígrafe nos exime de maiores comentários. Vejamos:

f.2.b.1. Através da Resolução 431/2005 – publicada em 02/05/2005 –, o Ministério da Saúde e do Ambiente da Nação criou, no âmbito desta pasta, a “Coordenação da Unidade de *Gênero* e Saúde”, com o fim de incorporar e transversalizar a *perspectiva de gênero* em todos os assuntos da agenda ministerial. Esta Unidade articulará as áreas governamentais – entre elas o Conselho Nacional da

Mulher – e as organizações não governamentais que promovem, com enfoque de *gênero*, a situação da mulher e sua saúde. Isto “a habilitará para apoiar, controlar e monitorar de maneira conjunta a implementação e desenvolvimento do Programa de *Saúde Sexual*”.

A Coordenação impulsionará em cada programa, plano ou política que aborde a problemática da mulher a incorporação da *perspectiva de gênero*. Poderá traçar políticas, elaborar planos e programas com esse fim, celebrar acordos com áreas governamentais e não governamentais, e participar na elaboração do esboço das linhas de ação sanitárias. Contará com um Coordenador Geral e com um Conselho Consultivo de Assessoria Permanente. Suas funções incluem: impulsionar os acordos internacionais vinculados à temática, aprofundar o debate sobre *gênero*, alcançar transformações sociais, promover os “*direitos de saúde sexual e reprodutiva*” como direitos humanos, promover atividades de difusão orientadas à comunidade em geral e avaliar sistematicamente a situação de *gênero* e saúde. O plano de Trabalho 2005, entre outras coisas, prevê “o monitoramento do Programa de *Saúde Sexual e Procriação Responsável*” e a capacitação de equipes de saúde, educadores e promotores comunitários para promover os “*direitos sexuais e reprodutivos*”, e facilitar o acesso aos serviços de *saúde reprodutiva*.

f.2.b.2. Em 17 de agosto de 2005, foi publicada a Resolução 989/05 do Ministério da Saúde da Nação, que aprovou o “Guia para o monitoramento da atenção pós-aborto”. Como veremos mais adiante, este não foi mais do que um primeiro passo para a legalização do aborto. Sutilmente pretende-se que o aborto já não seja considerado um delito, mas um problema de saúde pública, que merece a atenção diligente do pessoal da saúde. Mais que isso, o Guia considera que “esta abordagem da atenção das complicações do aborto deve ser incorporada, no que concerne aos *direitos reprodutivos*, como parte fundamental dos *direitos humanos da mulher* e como **dever** de todo profissional da saúde”.

São introduzidos, para esse fim, os supostos “aborto incomple-

to”, “aborto inevitável” (sic) e “aborto em evolução ou aborto iminente” (sic), nos quais se indica a hospitalização da mulher “para realizar a aspiração manual intrauterina (AMIU) ou curetagem uterina”; depois disso, “a mulher deve receber um anticoncepcional junto à alta hospitalar e encaminhada ao programa de *Saúde Sexual e Reprodutiva*”.

f.2.b.3. Em outubro de 2006, através da Resolução da Superintendência de Serviços de Saúde nº 755/2006, todas as entidades públicas, privadas ou mistas, que participam do Sistema Nacional de Seguro de Saúde, foram obrigadas a implementar com cobertura total as práticas de esterilização, através das “ligaduras de trompas de Falópio” e “ligadura de condutos deferentes ou vasectomia”.

f.2.b.4. Em 9 de março de 2007, foi publicada a Resolução nº232/2007 do Ministério da Saúde, que obriga as Obras Sociais e os agentes do Seguro de Saúde a fornecer gratuitamente as pílulas indevidamente chamadas de “contracepção de emergência”¹⁹⁷. Na cartilha que o ministério acrescentou para a apresentação destes fármacos, omite-se toda referência aos seus efeitos abortivos.

f.2.b.5 Em setembro de 2007, o Ministério da Saúde da Nação enviou a todos os hospitais – públicos ou privados – do país uma comunicação relativa às esterilizações. Embora o mesmo não tenha jurisdição sobre os centros de saúde provinciais, municipais nem privados – por isso a nota não era mais que uma simples comunicação –, o Ministro de então assim se expressava: “Tanto no setor pú-

¹⁹⁷ Estas pílulas têm cinco mecanismos de ação. Dois são anticoncepcivos e três abortivos. No entanto, pelo modo de utilização, os mecanismos contraceptivos são ineficazes: a) o espessamento da mucosa cervical é inoperante diante do fato de que em poucos minutos os espermatozoides chegam ao terço externo das trompas de Falópio; e b) se já começou o processo ovulatório, a pílula não pode impedi-lo. Portanto, apenas os mecanismos abortivos são eficazes: 1) modificam o endométrio para que o embrião não possa nidar; 2) provocam uma assincronia, pela qual o embrião chega ou muito cedo ou muito tarde ao endométrio e este não está preparado para a nidação; 3) inibem o hormônio luteinizante, que é o que permite que o embrião se mantenha nidado na parede uterina. Os próprios fabricantes reconhecem estes mecanismos de ação.

blico como no privado, a intervenção cirúrgica deve ser realizada sem custo algum para o/a requerente, isto é, em forma totalmente gratuita. A lei não requer adesão provincial. Não é necessário que as províncias adiram à norma nacional para que as mulheres e homens que decidam procurar a anticoncepção cirúrgica possam fazê-lo. As províncias têm obrigação de garantir o acesso à anticoncepção cirúrgica desde o momento da entrada em vigor da lei nacional, já que devem garantir o acesso aos direitos constitucionais em jogo: os direitos à saúde e os *direitos sexuais e reprodutivos*... Esperamos que a informação oferecida seja útil para garantir o acesso aos *direitos sexuais e reprodutivos* da população e para a melhoria da qualidade de atenção de seu estabelecimento”.

f.2.b.6. Em dezembro de 2007, dias antes de terminar sua gestão como Ministro da Saúde, Ginés González García ordenou a distribuição do “Guia Técnico para a Atenção aos Abortos não Puníveis”, apesar de não existir na Argentina nenhum tipo de aborto que seja “não punível”. O Guia exige: a) o respeito “ao direito da mulher de decidir sobre as questões relacionadas com seu corpo, sua saúde e sua vida”; b) que os abortos sejam praticados “no momento em que as mulheres ou aqueles que, em cada caso, estejam autorizados a requerê-lo solicitem a interrupção da gravidez”, garantindo uma “atenção ágil e imediata”, e sem a interferência de “aspectos sociais, culturais, religiosos, morais e outros”.

O Guia propõe que o aborto seja realizado em toda mulher estu-prada e quando exista perigo para a saúde física, psíquica ou social da mãe. Apenas um médico realizará o diagnóstico e decidirá se o aborto se enquadra no que é descrito pelo Guia. No caso de perigo para a saúde psíquica da mulher, o médico poderá consultar um psicólogo. O aborto deverá ser praticado num prazo máximo de cinco dias depois da solicitação da mulher ou de quem esteja autorizado a fazê-lo.

O médico deverá ter “um trato respeitoso e receptivo que estimule a mulher na tomada de decisão, evitando juízos morais, tem-

pos de espera desnecessários e respeitando a confidencialidade ... A decisão da mulher é inquestionável e não deve ser submetida a juízos advindos de considerações pessoais, religiosas ou de valores por parte dos profissionais da saúde ... Nada do que ocorre na consulta deve ser revelado a outras pessoas (outros integrantes da equipe de saúde e mesmo da família)”. Quanto às adolescentes, “é essencial que os provedores dos serviços garantam claramente a confidencialidade, assegurando às adolescentes que não dividirão a informação da consulta com ninguém”.

O Guia pretende ser aplicado *manu militari* por se considerar como “violação ao direito da mulher de acesso ao aborto” a solicitação de intervenção de outro profissional, o comitê de ética ou da justiça, sendo que, em tais casos, “os profissionais da saúde serão responsáveis penal, civil e administrativamente ... O processo punitivo será iniciado automaticamente, mediante a solicitação da parte interessada, por informação do funcionário público, denúncia ou queixa apresentada por qualquer pessoa”.

Em outro parágrafo, o Guia explica detalhadamente os métodos abortivos a serem utilizados: a) dentro das 12 semanas da última menstruação, “Os métodos de escolha são a aspiração manual intrauterina ou elétrica, ou o aborto com medicamentos em uma combinação de mifepristona seguida de uma prostaglandina”; b) depois dessa data, “O regime de aborto com medicamentos de escolha é a mifepristona seguida de doses repetidas de uma prostaglandina, como misoprostol ou gemeprost. O método cirúrgico de escolha é a dilatação e evacuação (D&E), usando aspiração e pinças”.

O sistema de saúde pública argentino é administrado – em sua quase totalidade – pelas províncias e municípios. Isso explica o fracasso do Guia, o qual não foi aplicado pela resistência das autoridades de saúde provinciais e municipais. No entanto, o Guia em nenhum momento foi anulado.

f.2.b.7. Em 28 de maio de 2009, foi apresentado o “Plano Estratégico para a Redução da Mortalidade Materna e da Mortalidade

Infantil”, elaborado pela Subsecretaria de Saúde Comunitária do Ministério da Saúde, com o apoio da UNICEF e da Organização Pan-americana da Saúde (OPS). Propõe como objetivos reduzir a mortalidade infantil e a taxa de mortalidade materna.

Para obter estes objetivos, procura-se – entre outras medidas – reforçar o trabalho em matéria de *saúde reprodutiva*. Ao lançar o plano, a então Ministra da Saúde afirmou que “não será possível conseguir maiores avanços, se não for discutida a questão da possibilidade de facilitar a informação acerca de métodos anticonceptivos e sobre os casos em que a interrupção da gravidez possa ser autorizada” (sic); destaco que a Constituição da Argentina tutela a vida “desde o momento da concepção” e, por isso, todo tipo de aborto está criminalizado.

h. Síntese do capítulo: Tratamos, aqui, de demonstrar que a ideologia de *gênero* é necessariamente um sistema totalitário que pretende ser imposto pela força bruta. Não mediante a violência das armas, mas através da mágica pretensão de modificar a estrutura íntima do ser humano, através de uma mudança cultural levada a cabo pela manipulação da linguagem.

– Para realizar essa mudança cultural, falta uma “massa crítica” de mulheres. Promove-se a militância feminista, através do que se chamou a “*construção da cidadania*”.

– Os membros dessa “massa crítica” feminista devem lutar para obter ao menos a metade de todos os postos de decisão em matérias política, social e cultural. Para consegui-lo existe a estratégia de obter as *cotas de gênero* em tais postos de poder.

– Como a ideologia de *gênero* não vai ser aceita por amplas camadas da população, é necessário impô-la através do sistema jurídico. Ressalto que, nas sociedades laicas, as pautas morais não têm lugar na vida pública, apenas as normas jurídicas são aceitas e aplicadas. A estratégia para isso é a reinterpretação da teoria dos direitos humanos em termos de *gênero*. Para isto, os chamados *direitos sexuais e reprodutivos* fazem as vezes do cavalo de Tróia.

– Para garantir a modificação das leis e – ao mesmo tempo – controlar a eleição e remoção dos juízes que as aplicarão, é necessário levar a *agenda de gênero* aos parlamentos nacionais e regionais. Para isso as *cotas de gênero* são vitais para preencher os cargos legislativos.

– As Nações Unidas – e, em sua medida, as organizações internacionais regionais como a União Européia e a OEA – são as plataformas idôneas para impor globalmente a ideologia de *gênero*.

– Vimos também o modo com que os organismos multilaterais de crédito financiam – em todo o planeta – a imposição desta ideologia às nações menos desenvolvidas.

– Finalmente e a título de exemplo, analisamos o modo com que as reformas educativas e sanitárias foram efetuadas e financiadas, em termos de *gênero*, em algumas nações menos desenvolvidas.

UM CAMINHO DE ESPERANÇA

Caríssimo leitor, como chegou até aqui na leitura, admiro sua paciência. É provável que, se não estava familiarizado com o assunto, este livro o tenha perturbado. Não é para menos. Você está em condições de começar a armar um quebra-cabeça com tantas realidades, notícias de jornal e conversas com amigo – com direito a cafezinho –, entre as quais intuía que houvesse um fio condutor, mas que não conseguia imaginar qual poderia ser. Agora já sabe o que está acontecendo neste mundo louco e o porquê. Também conhece a origem dessa loucura e seu objetivo final. Está “marcado”. Já não tem desculpas para se fazer de rogado com sua família, sua cidade, sua comarca, sua pátria nem com o resto do mundo. Precisamos de você. É uma peça chave, única, insubstituível. Não se esqueça disso.

Quando, há quinze anos, comecei a estudar esta ideologia, pareceu-me obra de loucos. Ao expor publicamente os resultados destes estudos, meus interlocutores tiveram a mesma impressão: trata-se da exagerada extravagância própria de mentes exaltadas, não pode prosperar. No entanto, tão somente esta década e meia decorrida mostrou, desde então, um avanço notável da mesma, em quase todo o mundo. É verdade que esse desenvolvimento foi à custa da liberdade e da felicidade de muitas pessoas. Para toda ideologia, liberdade e felicidade são abstrações inexistentes. Para os propagadores do *gênero* também.

Caríssimo amigo, sua reação não pode ser a mesma dos meus ouvintes de quinze anos atrás. Você pode ver coisas que eles não tinham à vista. Repito: você está marcado. Já não pode se fazer de distraído, olhando para o lado. Se fizesse isso, não poderia conciliar o sono. Não imagine que tudo está perdido. Muito pelo contrário, não existe nenhuma derrota à vista. Depende de você e de mim. Verá que o pior que pode acontecer a uma pessoa doente é pensar que está saudável. O melhor para ela é conhecer sua doença, a terapia adequada e aquilo que não deve fazer, pois agravaria seu estado. Hoje foi um dia memorável para você. Já conhece a doença de que padece a sociedade em que vive. Somente agora está em condições de aplicar os fármacos que podem curá-la. Ao menos já somos dois... Este trabalho é minha contribuição à causa; e você, como vai contribuir? Não me responda: faça!

a. Motivos de esperança: Existem muitos. A história, como mestra da vida, está cheia de razões que alentam nossa esperança. A humanidade conheceu todo tipo de luzes e sombras. Povos ferozes, como os hititas, assírios, hunos, germanos, vikings, mongóis, sarracenos, turcos etc., tiveram seus quinze minutos de glória. No entanto, hoje não são mais que algumas páginas nos livros de história. Nos tempos das quedas de Roma e Constantinopla, pensou-se que a cultura se acabaria e, ainda que tenha cambaleado, nunca terminou. Alguns povos são sucedidos por outros, as culturas decaem em civilizações e depois desaparecem. Mas outras vêm suplantá-las. E foi sempre assim. Por acaso a ideologia de *gênero* é mais poderosa que a marxista ou a nazista? E o que ficou delas, além de seus últimos estertores? O ser humano possui, em sua natureza mais íntima, essa ambivalência que lhe permite – sempre – ressurgir de suas cinzas. Agora também. Poderia dar muitos exemplos. Alguns bastam. Aqui vão:

a.1. Lech Walesa, o eletricista que dirigiu a revolta dos estaleiros Lenin, em Gdansk, em sua Polônia natal, que foi o princípio do fim

da ideologia marxista, no começo de sua autobiografia, afirmou: “... em minhas atividades, chegado o momento de agir, felizmente o instinto do homem que saiu – e ao mesmo tempo é pai – de uma família numerosa me inspirou. Por outro lado, essa foi sempre a tradição entre os meus: uma série de filhos, uma vasta ramificação familiar. Neste simples traço biológico reside, talvez, um valor que me permite permanecer em pé, apesar das vicissitudes do destino”.¹⁹⁸ A mensagem é muito clara: das famílias baseadas nos casamentos – em especial as numerosas – sairão os homens – mulheres e homens – que voltarão a pôr as coisas em seu lugar. Sempre acontece a mesma coisa: um pouco de levedura que fermenta toda a massa;, hoje como ontem e amanhã.

a.2. Com sua fina ironia, Jean Gitton faz uma observação fundamental, que me exime de maiores comentários: “Em todos os séculos, diz-se que a Igreja vai cair, e ela se mantém. É incrível. E em cada século, diz-se que não é como os séculos precedentes, que esta vez é definitiva e que Igreja não se salvará. E sempre se salva. Veja, ainda, no século XX. O comunismo a enterraria. Todo mundo dizia isso. O materialismo era insuperável. Você lembrará que todo mundo dizia isso. Eu também esperava o pior, na Europa e em todos os lugares. O que aconteceu? A Igreja enterrou o comunismo. E já veremos que a mesma coisa vai acontecer com o liberalismo que se acredita eterno. Aos olhos humanos, nenhuma pessoa sensata poria um centavo nas ações do ‘Catolicismo’. Hoje em dia se diz: o consumo e o sexo varrerão a Igreja. Bom, eu não acredito. Uma vez mais acontecerá algo, não sei o quê. Repito: é incrível. Toda esta história é inverossímil”.¹⁹⁹

a.3. Em seu último livro, João Paulo II desenvolve – entre outros – o problema do mal no mundo. Conta o drama interior dos polone-

¹⁹⁸ Walesa, Lech, “Un Camino de Esperanza”, Ed. Sudamericana, Buenos Aires, pág. 10.

¹⁹⁹ Guitton, Jean, “Mi testamento filosófico”, Ed. Sudamericana, Buenos Aires, 3º Edição, 1999, pág. 67.

ses que tinham atuado na resistência contra o nazismo pelo fato de que – quando de sua queda – outro totalitarismo ocupou seu lugar. A situação chegou a interpelar a fé desses poloneses: onde está Deus ao qual rezamos e em quem confiamos para tirar o nazismo da Polônia? Karol Wojtyła não foi alheio a essa crise. Deixemos que ele nos relate qual foi sua atitude nesses anos.

“...uma vez terminada a guerra, pensei comigo: Deus concedeu ao hitlerismo doze anos de existência e, cumprido esse prazo, o sistema sucumbiu. Pelo visto, este foi o limite que a Divina Providência impôs a semelhante loucura. Para dizer a verdade, não foi somente uma loucura: foi uma “bestialidade”, como escreveu Konstanty Michalski. O fato é que a Divina Providência concedeu apenas aqueles doze anos ao desenfreamento daquele furor bestial. Se o comunismo sobreviveu mais tempo e tem alguma perspectiva de um desenvolvimento maior, pensava comigo, deve ser por algum motivo ... Ficou, então, muito claro para mim que seu domínio duraria muito mais tempo que o do nazismo. Quanto? Era difícil prever. O que se podia pensar é que também este mal era, em certo sentido, necessário para o mundo e para o homem. Com efeito, em determinadas circunstâncias da existência humana, parece que o mal é, em certa medida, útil enquanto propicia ocasiões para o bem ... Detive-me em destacar o limite imposto ao mal na história da Europa exatamente para mostrar que tal limite é o bem ... Em todo caso, não se esquece facilmente o mal que se experimentou diretamente. Só se pode perdoar. E o que significa perdoar sem recorrer ao bem, que é maior que qualquer mal?”²⁰⁰

Assim refletia Karol Wojtyła a respeito do marxismo. Sabia que ia durar mais que o nazismo e opôs uma resistência similar àquela que teve com isto: deixando de lado a luta armada para circunscrever-se à questão cultural. Ele intuía, acertadamente, que as ideologi-

²⁰⁰ João Paulo II, “Memoria e Identidad”, Ed. Planeta, Buenos Aires, 2.005, págs. 28, 29 y 30.

as não podem resistir à verdade – objeto da inteligência – nem ao bem – objeto da vontade. E ali enfocou sua luta. O que Wojtyla não podia imaginar, nesses anos, é que pouco mais de quatro décadas mais tarde ele seria um dos atores principais na queda do sistema totalitário marxista. Entrou em colapso sem derramamento de sangue, como toda mentira que – uma vez descoberta – se desfaz como uma bolha de sabão...

No entanto, sua análise não fica aqui e converge diretamente com o objeto deste trabalho. “A este propósito, não pode ser omitida a referência a uma questão mais atual que nunca e dolorosa. Depois da queda dos sistemas construídos sobre as ideologias do mal, cessaram, de fato, nesses países, as formas de extermínio citadas. Não obstante, mantém-se, ainda, a destruição legal de vidas humanas concebidas, antes de seu nascimento. E, neste caso, trata-se de um extermínio decidido até por parlamentos eleitos democraticamente, nos quais o progresso civil da sociedade e da humanidade inteira é invocado. Tampouco faltam outras formas graves de infringir a lei de Deus. Penso, por exemplo, nas fortes pressões do Parlamento Europeu para que sejam reconhecidas as uniões homossexuais, como se fossem outra forma de família, que teria também direito à adoção. Pode-se, ou melhor, **deve-se colocar a questão sobre a presença, neste caso, de outra ideologia do mal, talvez mais insidiosa e oculta, que tenta instrumentalizar até os direitos do homem contra o homem e contra a família**”.²⁰¹

b. Como lemos no decorrer destas páginas, a ideologia de *gênero* é a atual ideologia do mal, que se propôs a destruição do homem e da família, não os massacrando, mas tentando substituí-los. Por isso, é mais insidiosa e obscura. Assim como as outras ideologias malignas desapareceram, esta também sucumbirá. Não sei quando nem como; mas tenho certeza absoluta de que, mais cedo ou mais

²⁰¹ João Paulo II, op. cit., págs. 24 y 25.

tarde, será apenas outra página escura da história humana. Disto estou absolutamente convencido. Porque sempre foi assim, tanto quanto o sol sempre nasce do oriente. A mentira não pode ser sustentada por muito tempo. Sempre termina desfazendo-se repentinamente.

Com tal convicção, para que se ocupar de um ídolo com pés de barro, que terminará caindo e se despedaçando com seu próprio peso? Muito simples: porque ainda que o *gênero* desapareça da face da terra, não dá na mesma que seja hoje ou dentro de vinte anos. Quanto mais demorar, maior será o custo a ser pago pela humanidade. Dito de outro modo, se nós pudermos adiantar os tempos, muito seres humanos – com nome e sobrenome, de carne e osso – terão a oportunidade de ser felizes. Se os tempos se alongarem, essa possibilidade diminuirá de modo dramático. Não se esqueça: a felicidade de umas tantas pessoas depende de sua resposta e da minha. Não me deixe sozinho, espero você agora mesmo. Mãos à obra.

RESUMO BIOGRÁFICO

Jorge Scala joscala@onent.com.ar é advogado pela Universidade Nacional de Córdoba (Argentina). Professor honorário da Universidade Ricardo Palma (Lima, Peru). Professor de bioética no Mestrado em Desenvolvimento Humano da Universidade Livre Internacional das Américas (ULIA). Prêmio Tomás Moro na categoria Justiça, outorgado pelo Instituto Tomás Moro do Paraguai. Prêmio João Paulo II em defesa da vida, concedido pela Universidade Fasta da Argentina.

Integrou a equipe interdisciplinar que ganhou o caso “Portal de Belém” na Corte Suprema de Justiça da Argentina, pelo qual se reconheceu com valor constitucional a inviolabilidade do direito à vida de todo ser humano, “desde o momento da concepção”.

Autor dos livros “IPPF: a multinacional da morte” (5ª edição ampliada [no Brasil editado pela Múltipla Editora, Anápolis, 2004]), que recebeu o prêmio Primera Faja de Honor Leandro Castellani; “Gênero y Derechos Humanos” (3ª Edição ampliada), “Recrear la cultura de la vida” (2ª Edição ampliada) e “¿Matrimonio o divorcio? La familia en el siglo XXI”, e “Curso Básico de Sexualidad y Vida Humana”.

Coautor dos livros: “Jornadas por la Vida”; “La Mujer Hoy – Después de Pekín”; “Valor de la Vida - Cultura de la Muerte” (2ª Edição ampliada); “Doce años de divorcio en la Argentina”; “Engaño Mortal”; “Derechos Humanos – 7 casos controversiales en América Latina” (2ª Edição ampliada); “Direito Fundamental à VIDA”; “La constitucionalización de las falacias. Antecedentes de una senten-

cia”; “En defensa del Derecho Penal”; e “Um diálogo latino-americano: Bioética e Documento de Aparecida”.

Autor de mais de oitenta artigos publicados em revistas especializadas, em matéria de direito de família, direitos humanos, direito comercial e bioética, na Argentina, Bolívia, Colômbia, Espanha, Guatemala e Paraguai.